

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MEIRE DE SOUZA NEVES

**VIDAS PRECARIZADAS:
um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina**

**FRANCA
2011**

MEIRE DE SOUZA NEVES

VIDAS PRECARIZADAS:

um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Nassif Soares

FRANCA

2011

Neves, Meire de Souza

Vidas precarizadas : um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina / Meire de Souza Neves. –Franca : [s.n.], 2011
178 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Ana Cristina Nassif Soares

1. Serviço Social – Mulher – Trabalho – Família. 2. Relações de Gênero. I. Título

CDD –301.412

MEIRE DE SOUZA NEVES

VIDAS PRECARIZADAS:

um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Nassif Soares

1º Examinador: _____
Prof. Dr. Pe. Mário José Filho - UNESP/Franca-SP

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli - UNA/ Belo Horizonte-MG

Franca, _____ de _____ de 2011.

Dedico este trabalho à minha mãe, mulher maravilhosa que me ensinou que o amanhã pode ser melhor que o hoje!

AGRADECIMENTOS

“O fim depende do começo.”

Essa máxima citada no filme “O Clube do Imperador” (2002) constitui-se como uma inspiração para o momento especial dos agradecimentos, uma vez que o processo para chegar a esta etapa final contou com a colaboração de importantes pessoas que muito me apoiaram nesses meses de mestrado. Sem a presença de vocês, esta estória talvez fosse outra.

Quero deixar registrado meu sincero agradecimento a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação da UNESP/Franca, o qual com suas formas particulares conduziram suas aulas, ajudando-me a enriquecer a formação profissional e a perceber o quão complexa e desafiante é a profissão de Assistente Social nestes tempos de financeirização do capital, em que a vida humana fica relegada a segundo plano.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares, que sempre me apoiou no processo de investigação científica, colocando-se solícita e prestativa a me orientar. Para mim, sempre será uma referência positiva como pesquisadora, educadora, companheira, enfim, uma pessoa especial que procura vivenciar os conhecimentos veiculados e adotar uma postura ética diante do processo da construção do saber.

Também não poderia deixar de lembrar de minhas amigas e amigos de profissão, profissionais exemplares, que compartilharam comigo esses anos de mestrado e de docência no Curso de Serviço Social, fazendo-me acreditar que abraçar a profissão exige garra, esforço coletivo e confiança no processo da história. Levarei comigo as melhores lembranças das infinitas discussões em torno das intempéries profissionais, das mudanças nas conjunturas, das articulações políticas e o que é mais importante, dos elos de amizades construídas: Edméia, Flávia, Rosiane, Fumiê, Fábio Ávila, Taís, Regina Lídia, Regina Maria, Rita de Cássia entre tantos outros.

À querida Edméia, agradeço de uma forma especial por ter aberto as portas do mundo universitário e também pela maneira ética e comprometida de encarar a nossa profissão.

À querida amiga e companheira de trabalho: Desirré por ter compartilhado comigo momentos tão desafiantes dentro do mundo acadêmico e por ter me encorajado a continuar. Você é uma pessoa iluminada, que clareia onde passa.

À querida amiga Fumiê, que me acolheu em sua casa tão carinhosamente e me deu a oportunidade de solidificar nossos elos de amizade. À querida Rosiane, pelas tantas caronas na rota de Guaxupé, pelo companheirismo, força e amizade construída nesses anos da vida acadêmica. Admiro-a muito como profissional!

Registro meus agradecimentos aos alunos e a todos os professores do Curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG) e da Universidade de Formiga (UNIFOR), importantes Centros Universitários, que me abriram as portas para a docência e o contato com o maravilhoso mundo da educação, seja por meio das pesquisas, projetos de extensão, estágio supervisionado, como também nas aulas, espaços tão prazerosos e intensos de aprendizado.

Agradeço de uma maneira sublime o apoio constante de minha família que tanto amo e admiro: minha mãe, pessoa encantadora, alma esperançosa e guerreira que me fez acreditar que os sonhos podem se tornar realidade. Minha irmã Marília, grande poetisa, alma de artista e exemplo de amor à área da Educação. Obrigada pelas correções ortográficas, pelo apoio constante e por dividir comigo a alegria da maternidade. À querida irmã Josimara: exemplo de garra, criatividade e praticidade, que sempre fez questão de me apoiar e de me ensinar que entrar em crise é bom para romper com o que já não desejamos e também pelo apoio emocional em tantos momentos desafiantes. Admiro-a ainda mais.

Agradeço ao meu namorado Rogério pela presença nesta fase tão cheia de mudanças e novidades da minha vida profissional e pessoal e, por muitas vezes, não medir esforços para me ajudar a chegar até aqui.

E também ao meu querido amigo e irmão Reginaldo Guiraldelli, profissional exemplar, competente teórico e amante da sabedoria. Um grande referencial para mim, mas o que é mais importante: uma das pessoas mais interessantes que conheci no Serviço Social e que tenho o prazer de chamar de amigo leal, ético e companheiro.

Aos amigos do mestrado que também contribuíram com minha formação: Regina Maria, Cíntia, Regina Lydia, Fabiana e todo o grupo.

Às mulheres que contribuíram com minha pesquisa do Grupo Colcha de Retalhos: vocês me permitiram descobrir que a discussão de gênero é essencial e desafiante. Com vocês, tive a oportunidade de vivenciar momentos emocionantes, criativos e enriquecedores. Levarei comigo as lembranças dos nossos momentos: “Chá com Cultura”, “Cine CESG”, “Mulher Borboleta”, “Mão na Massa”, entre outros eventos socioeducativos. Aquelas tardes de sábado foram inesquecíveis!

Ao Grupo de Estudos Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Família, Sociedade e Educação (perspectivas e tendências), que muito contribui para ampliar meu olhar em relação à temática da família e aos desafios existentes para romper com olhares preconceituosos, moralistas e limitados no que tange às configurações familiares na contemporaneidade.

Ao grupo “Teoria Social de Marx e Serviço Social”, que me incentivou a conhecer as obras clássicas marxistas, proporcionando-nos a contextualização da perspectiva marxiana, com os ideais do Serviço Social.

À banca de qualificação nas pessoas dos professores: Dr. Pe. Mário José Filho e Dra. Helen Barbosa Raiz Engler, que trouxeram contribuições significativas para a construção deste estudo.

À minha filha Maria Clara, minha fonte inspiradora, que veio ao mundo prematuramente, com muita coragem e ânsia de viver e me ensina cotidianamente a ser mãe.

À minha terapeuta Luzdalma, que semanalmente me acompanha, mostrando-me a importância de buscar conhecer a mim mesmo, meus limites e possibilidades que ficam algumas vezes escondidas no “Self”.

A toda a equipe do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de São Sebastião do Paraíso, em especial, à minha chefe Jane e aos colegas: Silene e Thales por todos os conhecimentos compartilhados e por acreditarem no Serviço Social na previdência social.

A todas as minhas amigas, Assistentes Sociais da Gerência Executiva do INSS de Divinópolis-MG por compartilharem comigo dos múltiplos desafios e possibilidades do Serviço Social na previdência social e por serem especiais.

Ao Centro Educativo e Social de Guaranésia (CESG), por ter me possibilitado entrar em contato com o desafiante cotidiano institucional e desenvolver um projeto de extensão universitária.

Ao grupo “Colcha de Retalhos”, pelos tantos encontros emocionantes e enriquecedores e principalmente pela oportunidade de ter me aproximado das vidas das mulheres e também de suas famílias. Foram momentos intensos de troca de saberes.

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui, fortalecendo-me nos momentos desafiantes e também por ter me oportunizado realizar mais este sonho.

A todos que passaram por minha vida e deixaram legados de sabedoria, amizade e companheirismo. É certo que muitos estão longe geograficamente dizendo, contudo, pela veracidade dos elos construídos, estamos unidos por ideias de melhoria coletiva, sendo assim, sinto-os perto constantemente.

Dedico-lhes o poema que construí em homenagem a vocês.

Elos

*Sinto-me tocada a cada amanhecer
Pelos elos construídos em minha trajetória
Rumo ao despertar e ao saber...
Nas trilhas das Gerais, nos conhecemos
Outros foram no circuito São Paulo...
Mas o que vale de tudo isso é a certeza
Das trocas, dos anseios pelo novo...
Do reconhecimento de que pouco sabemos,
Nem somos melhores e muito menos piores
Apenas reconhecemos a nossa incapacidade
de viver , de suportar tantas injustiças e barbáries sozinhos
Talvez seja por isso que nos sentimos próximos;
Nas utopias, na crença, na superação,
No entendimento de que a história é construída
Por mim, por vocês e por outros que agem, constroem, lutam,
resistem e vencem....
Elos construídos: grandes riquezas,
E assim, no íntimo de meu ser, o eu se amplia e transforma em nós.*

Meire de Souza Neves, novembro de 2010

NEVES, M. S. **Vidas precarizadas**: um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o cotidiano de famílias pertencentes à cidade de Guaranésia-MG, sob a perspectiva feminina. Trazemos para este trabalho o recorte de gênero, conceito este em construção social e, por isso, sujeito às mudanças de acordo com o contexto sócio-histórico vigente. O interesse pelo olhar feminino deve-se ao contato da pesquisadora com as mulheres do Grupo “Colcha de Retalhos”, as quais se constituíram como sujeitos da pesquisa de campo. As mesmas contribuíram através de suas narrativas e experiências de vida para desvelarmos algumas relações desiguais vivenciadas por elas, tanto no espaço produtivo, como também na dimensão reprodutiva. Merece ênfase o fato de que utilizamos no percurso metodológico de nossa dissertação a pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de bibliografia, que nos auxiliou a buscar respostas à temática escolhida. Também recorremos, com o intuito de nos fornecer dados concretos e específicos, à pesquisa documental. Por fim, realizamos a pesquisa de campo, a qual ocupa um espaço significativo neste trabalho, pois nos aproximou das vidas de nossas colaboradoras da pesquisa que tecem suas vidas entre diversas situações precárias e limitadas. É válido destacar que as análises das entrevistas foram feitas dentro dos moldes da pesquisa qualitativa e divididas em categorias de análises, sendo que, o método que nos serviu de referência para o entendimento de tal tema foi o materialista histórico-dialético, oportunizando um entendimento de que o real, por ser a síntese de várias determinações, encontra-se em constante mudança e contradição. Os resultados obtidos com esta pesquisa demonstram, dentro de um viés aproximativo, que os reflexos do contexto atual marcado pelo neoliberalismo, reestruturação produtiva, esfacelamento dos direitos e das políticas sociais, fazem-se presentes no cotidiano de nossas protagonistas do estudo, contribuindo para a precarização de suas vidas e limitando as chances de emancipação humana.

Palavras-chave: Serviço Social. mulher. trabalho. família. relações de gênero.

NEVES, M. S. **Vidas precarias:** un estudio sobre la vida cotidiana de la familias desde una perspectiva femenina. 2011. 178 f. Tesis (Maestría en Servicio Social) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo examinar la vida cotidiana de las familias pertenecientes a la ciudad de Guaranésia-MG, de la femenina. Trazamos perspectiva de este trabajo como un género, un concepto de construcción social y por lo tanto sujetos a cambios de acuerdo a la fuerza histórico-social. El interés por el aspecto femenino se debe al contacto del investigador con el grupo de mujeres "Patchwork Quilt", que se constituye como objeto de investigación de campo. Contribuyeron a través de sus relatos y experiencias de vida para revelar algunas relaciones de opresión experimentada por ellos, tanto en la zona de producción, así como en el tamaño de reproducción. Merece atención el hecho de que usamos en el enfoque metodológico de nuestra tesis, la búsqueda bibliográfica a través de la bibliografía, que nos ayudó a encontrar respuestas al tema elegido. También pidió prestado para que nos proporcione los datos concretos y específicos, la investigación documental. Por último, llevamos a cabo investigación de campo, que ocupa un lugar importante en este trabajo, cuando nos acercábamos a la vida de los colaboradores de nuestra investigación en sus vidas que tejen a través de diversos precaria y limitada. Cabe destacar que el análisis de las entrevistas se realizaron a lo largo de las líneas de la investigación cualitativa y se dividen en categorías de análisis, es decir, el método que se utiliza en referencia a la comprensión de este tema fue el materialismo histórico y dialéctico, proporcionando oportunidades para la comprensión que lo real, como la síntesis de varias determinaciones, se encuentra en constante cambio y contradicción. Los resultados de esta investigación demuestran un sesgo en el reflejo aproximado de la actual coyuntura marcada por el neoliberalismo, la reestructuración, los derechos de rotura y las políticas sociales, están presentes en nuestros jugadores todos los días en el estudio y ha contribuido a la precariedad de su vidas y limitar las posibilidades de emancipación humana.

Palabras clave: Servicio Social. mujer. trabajo. familia. relaciones de género.

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CAPS	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CESG	Centro Educativo e Social de Guaranésia
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CLT	Consolidação das leis Trabalhistas
CRESS	Conselho Regional do Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEPEFA	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Família, Sociedade e Educação (perspectivas e tendências)
IAPS	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MG	Minas Gerais
ONG	Organização Não governamental
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SIAC SPA	Empresa de Metalurgia

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNIFEG	Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIFOR	Centro Universitário da Fundação Educacional de Formiga
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação dos Municípios Segundo o Total de Habitantes	38
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda Familiar.....	58
Gráfico 2 - Número de integrantes na família.....	59
Gráfico 3 - Número de integrantes x renda.....	60
Gráfico 4 - Renda familiar x escolaridade.....	61
Gráfico 5 - Configuração familiar x renda.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação dos Sujeitos	57
---	----

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Antiga Sede do CESH.....	40
FOTO 2 - Nova Sede do CESH	40
FOTO 3 - Projeto “Cinema no CESH”	50
FOTO 4 - Reuniões para montar a Colcha de Retalhos	51
FOTO 5 - A Construção da Colcha de Retalhos	51
FOTO 6 - Colcha de Retalhos finalizada	52
FOTO 7 - Reuniões com as famílias do CESH.....	53

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
 CAPITULO 1 TRILHAS METODOLÓGICAS: a tessitura da pesquisa e sua aproximação com o real	28
1.1 O <i>lócus</i> da pesquisa: Guaranésia-MG e o Centro Educativo e Social (CESG) ...	35
1.2 O Grupo “Colcha de Retalhos”: elos com as protagonistas da pesquisa ...	45
1.3 Sujeitos da pesquisa e as categorias de análise: invisibilidade desvelada	55
1.3.1 Vida cotidiana: apreensões e compreensões pela ótica feminina.....	63
1.3.2 Famílias: significados, expectativas e cuidados.....	63
1.3.3 “Ser mulher” na realidade familiar: múltiplas jornadas de trabalho	64
1.3.4 O trabalho e seus contornos: faces da precarização no cotidiano das mulheres	64
1.3.5 A “des”proteção social e a questão social: manifestação na vida das famílias.....	65
 CAPÍTULO 2 VIDA COTIDIANA E REALIDADE FAMILIAR: um debate pertinente ao Serviço Social.....	67
2.1 O cotidiano de famílias: significados, fragilidades e rede de apoio.....	78
2.2 Relações de gênero no contexto familiar: olhares femininos e experiências de vida	96
 CAPITULO 3 “NA PONTA DA AGULHA”: o trabalho precarizado, a (des)proteção social e as vivências familiares	112
3.1 Questão Social e Política Social: particularidades no cotidiano de nossas entrevistadas	123
3.2 Trabalho precarizado e seus desenhos: impactos na vida das mulheres entrevistadas	139
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152

REFERÊNCIAS	161
-------------------	-----

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas	174
--	-----

APÊNDICE B - Poema Cicatrizes	176
-------------------------------------	-----

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ..	178
---	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Refletir sobre vidas, cotidiano familiar e a questão de gênero no cenário contemporâneo em que predominam a barbárie, a opressão e a agudização da questão social, em tempos de mundialização¹ do capital, faz-nos aproximar das inúmeras problemáticas referentes à área das Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso do Serviço Social, profissão esta ainda recente em nossa sociedade e permeada por metaformoses.

Expressivos são os estudos desencadeados por assistentes sociais brasileiros a partir da segunda metade do século XX, que apresentam o surgimento do Serviço Social como profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo, no contexto da emergência do capitalismo monopolista em meados da década de 1930. Tais autores, já bem conhecidos em nosso âmbito pela criticidade e esforço em decifrar os caminhos, as características e a identidade da profissão, Paulo Netto (2000), Martinelli (2003), Iamamoto (2003, 2008), Guerra (2006) muito nos auxiliam na compreensão de que a profissão está intimamente ligada à emergência da questão social, entendida como um fenômeno resultante das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista e que, por conseguinte, necessita de respostas diante do acirramento dos problemas sociais. Nessa vereda, Guerra (2006, p. 3) reforça nosso entendimento de que o Serviço Social é:

[...] uma especialização do trabalho coletivo. Constitui-se numa profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, intervindo nos âmbitos da produção material e reprodução ideológica da vida social. Como tal, intervém no âmbito da questão social, mais exatamente das formas de tratamento da questão social. A profissão tem uma regulamentação, um projeto ético político e um projeto de formação profissional, portanto, uma direção social, um perfil determinado de profissional, bem como um conjunto de atribuições e competências socioprofissionais.

Nessa perspectiva, compreendemos que o Serviço Social, ao atuar diretamente com as interfaces da questão social, entre elas a questão de gênero se depara com desafios históricos a serem solucionados, uma vez que os diversos

¹ Um estudo sobre o processo de mundialização do capital na cena atual, pode ser encontrado em Chesnais (1996).

estudos sobre a situação feminina ao longo da história (BRUSCHINI, 1998; STREY, 2000; DEL PRIORI, 1997; SOARES, 2001; SAFFIOTI, 1992; 2004) corroboram que as mulheres enfrentam no cotidiano, há tempos remotos por meio de movimentos sociais e políticos, infinitas lutas para resistir aos diversos tipos de violência, subalternidade e opressão presentes em nossa sociedade machista, patriarcal e desigual, reivindicando a condição de sujeito e protagonista da História.

No que tange ao entendimento da questão de gênero, percebemos que as diferenças entre os homens e as mulheres extrapolam a dimensão biológica, uma vez que os costumes, os papéis construídos e inclusive a educação de ambos se diversificam em consonância com as particularidades sócio-históricas e culturais, variando de acordo com a sociedade existente e as ideologias por ela veiculada. Saffioti nos ajuda a entender que a construção de gênero deve ser visualizada não somente na relação estabelecida entre homem e mulher, mas como:

[...] um processo infinito de modelagem, conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais, entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer história. (SAFFIOTI, 1992, p. 11).

Nesse prisma, a construção de gênero se dá a partir do contexto em que o sujeito se desenvolve e está, dessa forma, em permanente transformação. Compartilhamos das palavras de Marcondes Filho (1985, p. 83), quando demonstra que os indivíduos normalmente assimilam a ideologia “[...] de forma inconsciente e sem reflexão; elas são transmitidas no início da educação e depois reforçadas pelas unidades simbólicas, como a escola, o trabalho e demais tipos de atividades humanas.” Embasados nessa prerrogativa, observamos que as diferenças entre homens e mulheres têm contribuído para segregá-las através de opressões múltiplas. As lutas incessantes a favor da igualdade de direitos constituem-se como uma bandeira antiga, uma vez que, desde a Revolução Francesa em 1789, tal demanda aparece. No Brasil, tal pauta somente foi inserida no ordenamento legal, com a Carta Constituinte em 1988.

Desde o final do século XVIII, com a consolidação do sistema capitalista, as mulheres residentes tanto no campo como na cidade construíram e organizaram reivindicações com o intuito de contribuir com a emancipação feminina, sendo que

suas principais bandeiras estavam direcionadas ao direito ao trabalho, à propriedade, à educação, à herança, à participação política, ao controle de natalidade e ao acesso ao voto, o qual foi tardiamente conquistado em 1932.

Em relação aos movimentos de mulheres na realidade brasileira, sabemos que suas manifestações se fizeram presentes em vários contextos sociais. Ferreira da Silva (2008), ao realizar uma análise acerca dos fundamentos sócio-históricos e das raízes da questão social no Brasil traz exímios apontamentos sobre os diferentes movimentos e mobilizações sociais que já se faziam notados desde os tempos da colonização brasileira, cujas marcas de dominação, exploração e escravidão se evidenciaram naquele período e mantêm resquícios até a atualidade. Destarte, a autora destaca que, apesar de todo o retrocesso dos movimentos sociais, ainda é possível verificar a resistência dos grupos minoritários nos anseios por melhores condições salariais e perspectivas de uma vida com dignidade.

O próprio movimento operário, mesmo apresentando resistência² à participação feminina, percebeu a importância de tal contingente para somar forças nas reivindicações trabalhistas e sindicais pela redução da jornada de trabalho e melhoria nas condições salariais.

Neste século XXI, ou seja, nos dias atuais, com todo o retrocesso dos movimentos sociais, observamos que os movimentos de mulheres que lutam por melhores condições de vida e dignidade continuam existindo. Citamos, como exemplo positivo, a construção do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres³ (II PNPM) construído em 2008. Tal plano expressa a articulação das mulheres em nível nacional, exigindo do poder público novos direcionamentos na construção de políticas sociais e garantias de direitos com o intuito de melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras nas suas múltiplas diversidades existentes.

Os princípios aprovados nas I e II Conferências Nacionais são: igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado,

² Rago (1997, p. 67), em seu valioso estudo sobre o processo de disciplinarização da classe trabalhadora na transição do século XIX para o XX no Brasil, demonstra que as mulheres eram consideradas pelo discurso operário masculino como “[...] ‘sexo frágil’, física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-las contra os dom-juans das fábricas e conscientizá-las de sua organização política.”

³ O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é fruto da mobilização de “[...] quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo o país, das conferências municipais e estaduais, e elegeram 2.700 delegadas na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007.” (BRASIL, 2008b, p. 7).

universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social. Esses princípios, defendidos pelas mesmas, comprovam que há muito a ser conquistado para que as mulheres atinjam patamares desejáveis de dignidade.

Partindo desse direcionamento, percebemos a pertinência de nós, enquanto profissionais envolvidas com estudos e trabalhos com famílias e mulheres que atravessam no cotidiano as manifestações da questão social, aprofundarmos tal análise, uma vez que poderá contribuir para ampliar nossos entendimentos sobre a temática. Outra questão impulsionadora para o desenvolvimento do estudo é que esse poderá fornecer caminhos para a ruptura com olhares e posturas profissionais conservadoras e imediatistas. Igualmente, “[...] nossa prática social, como assistentes sociais, se faz com e na vida de todos os dias dos grupos sociais oprimidos.” (CARVALHO, M. C. B., 2007, p. 15).

O nosso atual Código de Ética Profissional, sancionado em 13 de março de 1993, nos seus princípios fundamentais salienta que o assistente social deve fazer a opção “[...] por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma ordem societária, sem dominação - exploração de classe, etnia e gênero.” (BRASIL, 1993).

Sendo assim, nosso entendimento sobre a questão de gênero - a qual se constitui como eixo transversal nas análises dentro dos capítulos desta dissertação - está intimamente relacionado com a questão social, pois, embora nas últimas décadas as mulheres tenham obtido ganhos notórios, “[...] tais conquistas, entretanto, não redundaram numa significativa diminuição das desigualdades de gênero” (MATOS; SIMÕES, 2010, p. 19). Dentro dessa perspectiva, é possível compreender a questão de gênero como uma das expressões da questão social, a qual necessita de melhores respostas por parte do poder público e da sociedade.

Outro elemento a ser considerado é que, ao longo de nossa vida acadêmica e também em nossa experiência enquanto assistente social e docente do Curso de Serviço Social há alguns anos, as questões ligadas à exclusão social e às práticas discriminantes, principalmente às relações de gênero, marcaram presença no universo de nossas preocupações maiores e constituíram foco de motivação para a realização desta pesquisa. Percebemos os limites da proteção social às famílias empobrecidas e também ao segmento feminino que contemple as particularidades de gênero. As políticas sociais existentes são construídas dentro de um viés

compensatório, fragmentado e residual, não favorecendo, por conseguinte, a emancipação dos sujeitos que delas fazem uso.

Após essa incipiente apresentação dos desafios que estão intrínsecos ao nosso estudo, compreendemos que o processo de construção do conhecimento envolve um esforço aproximativo de reconstrução da realidade e, sendo assim, partimos do concreto para a construção de nossa pesquisa.

Nesse ínterim, merece destacar que elegemos como objeto para o desenvolvimento do estudo a análise do cotidiano de famílias pertencentes à cidade de Guaranésia-MG, sob o olhar feminino. A escolha desse cenário se deve ao nosso envolvimento com o Grupo de Mulheres “Colcha de Retalhos”, composto eminentemente por mulheres, as quais representavam suas famílias nas reuniões socioeducativas, realizadas quinzenalmente no Centro Educativo e Social de Guaranésia (CESG), durante os anos de: 2007 a 2009. Tal grupo se originou no contexto de um Projeto de Extensão Universitária desenvolvido e coordenado por nós.

Pudemos visualizar, no decorrer de nossos encontros, algumas nuances do cotidiano familiar: as expressões da opressão feminina e o processo de precarização do trabalho presentes no *lócus* familiar, resultado de todo o contexto social e político atual em curso. No encontro com a realidade das mulheres, inquietações e dúvidas se fizeram presentes:

- Como as famílias conseguem sobreviver com tão ínfimos recursos?
- Como as mulheres lidam com a precariedade presente no cotidiano?
- Como as mulheres percebem suas próprias vidas, seus trabalhos e ocupações?
- Qual o significado da família para as mulheres?

Nesse sentido, com a intenção de descobrir e desvelar tais questionamentos, alinhavamos como objetivo basal de nosso estudo conhecer o cotidiano das famílias pelo olhar das próprias mulheres do grupo “Colcha de Retalhos” e também perceber como se dava a sobrevivência das mesmas, tendo em vista a precariedade existente. Assim, almejamos entender os determinantes estruturais e conjunturais que incidem no viver cotidiano de nossas protagonistas do estudo.

Para a condução do estudo, inicialmente nos pautamos no pressuposto de que as famílias empobrecidas são as que mais sofrem para garantir a sobrevivência de seus integrantes. Por meio de aproximações (teóricas e empíricas), buscamos descobrir elementos presentes no processo histórico e com desdobramentos para a vida dos sujeitos envolvidos com nossa pesquisa.

No bojo dessas reflexões, visualizamos que são diversos os caminhos a partir dos quais se pode socializar saberes, contribuir para veicular as informações obtidas e abrir espaços para novas interrogações, sendo que essas frequentemente se fazem presentes nos meandros dos múltiplos processos envolvidos com o objeto de estudo. Em nosso caso, enfatizamos que toda a nossa trajetória está relacionada ao próprio trabalho construído junto ao território mineiro. Nesse prisma, destacamos que a análise do objeto do estudo para nós está:

[...] historicamente condicionada pela posição social do cientista e pelas correntes de pensamento em conflito na sociedade, isto é, mesmo havendo uma autonomia relativa, o caráter originalmente interessado do conhecimento é evidente nas interconexões entre sujeito e objeto, uma vez que ao transformar o objeto o ser humano transforma a si mesmo, ou seja, os seres humanos ao mudarem esta realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. (MARX; ENGELS, 1989, p. 23).

Vale pontuar que, no decorrer do percurso investigativo, utilizamos como desenho metodológico que norteou nossas análises, o recurso das pesquisas documental, bibliográfica e de campo, sendo que todos esses procedimentos foram essenciais para oportunizar o descortinamento dos fenômenos estudados e se encontram envolvidos entre si, tendo sido nos moldes da pesquisa qualitativa. Essa considera que a importância não está “[...] no número de pessoas que vai prestar a informação, mas no significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa.” (MARTINELLI, 1999, p. 24). Ademais, com base na visão defendida pela autora mencionada acima, essa forma de fazer pesquisa possibilita:

[...] trazer a tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável - e este é o outro elemento muito importante - o contato direto com o sujeito da pesquisa. (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Ressalta-se que escolhemos o método materialista histórico dialético para esta dissertação, tendo em vista que este nos possibilita trilhar pela visão de totalidade e inconclusão, sendo impossível a construção de sínteses definitivas. Ademais, tal perspectiva anseia por uma visão do todo por meio de aproximações sucessivas, sem a pretensão de esgotar a vasta complexidade e dinamicidade do real.

Paulo Netto (2009, p. 674), como um grande estudioso no âmbito do Serviço Social das ideias marxianas traz uma valiosa explicação sobre a necessidade de o pesquisador buscar o conhecimento dos fenômenos estudados para além da aparência imediata e empírica. O autor supracitado corrobora a necessidade do pesquisador recorrer à essência do fenômeno a ser desvelado, ou seja, da estrutura e dinâmica do objeto. Assim, o método de pesquisa “[...] que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.”

Para a estruturação de nossas reflexões, dividimos este estudo em três capítulos, os quais se encontram ligados entre si.

No primeiro capítulo, intitulado “TRILHAS METODOLÓGICAS: A TESSITURA DA PESQUISA E SUA APROXIMAÇÃO COM O REAL”, realizamos um relato sobre a construção da pesquisa e nosso encontro com a realidade de Guaranésia-MG. Destacamos os caminhos escolhidos rumo ao desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nas etapas metodológicas até chegarmos às categorias, nascidas a partir das cinco entrevistas realizadas com as mulheres que se constituíram como sujeitos do nosso estudo. Também sinalizamos, por meio de gráficos construídos, algumas características sociais, familiares, econômicas e culturais presentes na realidade das mulheres e de suas famílias.

“VIDA COTIDIANA E REALIDADE FAMILIAR: UM DEBATE PERTINENTE AO SERVIÇO SOCIAL” é o segundo capítulo, cuja abordagem está direcionada à discussão do cotidiano, como sendo uma categoria central para nossa pesquisa. Apresentamos uma relação do Serviço Social com a temática de gênero. Procuramos trabalhar com o olhar feminino para entender como as mulheres entrevistadas percebem a vida familiar, as atividades desenvolvidas no espaço doméstico, em síntese, a definição do seu cotidiano. Afinal, “[...] a vida cotidiana de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social” (CARVALHO, M. C. B., 2007, p. 15).

No terceiro e último capítulo, intitulado metaforicamente “NA PONTA DA AGULHA’: O TRABALHO PRECARIZADO, A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL E AS VIVÊNCIAS FAMILIARES”, trazemos uma discussão demonstrando que a vida das mulheres é “alfinetada” todos os dias pelos limites, pela precariedade e por poucas possibilidades de emancipação humana. A vida das protagonistas do nosso estudo é “costurada” e construída nos meandros da precarização: do trabalho informal, aviltante e destituído de significado criativo. Outro elemento observado através da pesquisa de campo é o fato de as mulheres se depararem com políticas sociais que não são feitas dentro de um viés que oportunize a mobilidade social e patamares desejáveis de dignidade. Apresentamos alguns elementos que denotam o descaso do poder público com as famílias de baixa renda, as quais não conseguem atender às suas necessidades básicas para uma vida satisfatória.

Já nas Considerações finais, procuramos sintetizar o estudo deixando um espaço aberto para novas possibilidades de análise, em face da sensação de inconclusão diante do estudo em voga.

Não tivemos a pretensão, em nenhum momento, de dar por encerrada a discussão sobre a vida das famílias com as quais mantivemos contato; pelo contrário, outras questões relativas a esta continuam em evidência e carentes de mais aprofundamento, uma vez que poderão contribuir para a construção de políticas sociais públicas mais conscientes e próximas da realidade de milhares de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e destituídas de direitos sociais dentro do cenário brasileiro.

Sabemos que nós, profissionais que abraçamos ideais de justiça e respeito pela vida humana, precisamos estar atentos em nossas ações cotidianas à nova conjuntura social e enveredar ao encontro de posturas interventivas que primem pela defesa e garantia dos direitos sociais dos segmentos subalternos e oprimidos. Os horizontes do projeto ético-político-profissional certamente indicam uma rota que direciona as demandas contemporâneas postas na realidade atual e apontam caminhos para a construção de uma sociedade melhor, sem exploração de classe, gênero, etnia e nenhuma outra forma de preconceito social. Fazemos jus à observação de Borguignon (2006, p. 51), quando reafirma a dimensão sócio-histórica da pesquisa na área social e a necessidade do pesquisador:

[...] manter-se vigilante quanto às repercussões de seu trabalho científico no contexto em que se insere, avaliando suas contribuições, não só para seu desenvolvimento pessoal e profissional, mas principalmente para um projeto societário que contribua com o processo de emancipação humana.

Em linhas gerais, essas foram as trilhas seguidas na presente dissertação, que busca continuamente respostas aos múltiplos questionamentos existentes que igualmente se encontram referenciadas pelo movimento contraditório e complexo da realidade social.

CAPÍTULO 1 TRILHAS METODOLÓGICAS: a tessitura da pesquisa e sua aproximação com o real

Ao encontro

*Se me perguntar o que é real,
talvez a dúvida irá se instaurar.
O movimento da vida, as múltiplas contradições existentes,
a História sendo construída: por sujeitos vivos,
o todo...as partes...mediações estabelecidas!
As partes que são todos-
nossas buscas inacabadas -
em busca do processo investigativo.
O desenho da pesquisa...
A descoberta do objeto de estudo...
Um caminho que se fez “ao caminhar”
O que tem de novo? perguntamo-nos.
As respostas permanecem em aberto...
Surgem desafios em encontrar os recursos e instrumentos a serem
utilizados
E tudo isso nos aproxima do movimento dialético.
As certezas não são possíveis
nesse movimento!
Tecer um estudo se torna tão complexo como uma viagem rumo ao
inesperado.
Diversas determinações se instauram no percurso ...
Talvez isso seja o diferencial: nossos anseios para romper com visões -
apriorísticas e preconceituosas presentes na singularidade do viver
cotidiano!
Novas indagações irão surgir certamente!
Então, vamos lá: ao encontro!*

Meire de Souza Neves, junho de 2010

Não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como um saco vazio: Não! temos vida, temos história, temos emoção. (MARTINELLI, 2006, p. 19).

Ao iniciarmos a escrita de nossa dissertação, somos levados a percorrer os caminhos que nos impulsionaram a chegar a esta etapa da escrita, ou seja, a desvelar o germe de algumas inquietações. Essas, por sua vez, motivaram-nos a escolher o objeto de estudo: a vida cotidiana de famílias de Minas Gerais pertencentes à cidade de Guaranésia-MG, a qual se constituiu como universo desta pesquisa.

Partimos da premissa de que a produção do conhecimento (o qual se faz através da pesquisa) pode estar diretamente vinculada ao trabalho profissional e, nesse ínterim, compartilhamos dos ideais defendidos por Bourguignon (2006, p. 42), quando elucida que:

[...] as questões motivadoras da investigação estão, portanto, relacionadas aos interesses do pesquisador e a contextos socialmente determinados. É fruto da inserção do pesquisador no real que, dado a complexidade, instiga a busca, o novo e a superação, [...] portanto, a definição do objeto de pesquisa, é sempre expressão de uma dada experiência pessoal e profissional.

Nesse sentido, destacamos que a escolha de tal temática nasceu da experiência junto ao território mineiro, por meio de nossa atuação como assistente social, Docente⁴ e Coordenadora de um projeto extensionista com famílias em vulnerabilidade social cadastradas no Centro Educativo e Social de Guaranésia (CESG). Tal entidade atende, em período contrário ao escolar, crianças e adolescentes provenientes de famílias de baixa renda e sujeitas a várias situações de risco social⁵. Outro elemento que nos instigou ao estudo em questão diz respeito ao nosso interesse pela temática de gênero e sua relação com o cotidiano de famílias em vulnerabilidade social, uma vez que o mesmo se constitui como um assunto oportuno para o âmbito do Serviço Social, profissão esta de natureza interventiva e que oportuniza, em seus diversos espaços de trabalho, o

⁴ Docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG) - MG.

⁵ Entendemos como situação de risco aquelas famílias cuja renda percapita é inferior a 0,5 salário mínimo, ou seja, está abaixo da “linha de pobreza”. (RIBEIRO et al, 1998).

desenvolvimento de programas, projetos e atividades com famílias e mulheres que atravessam em suas vidas as inúmeras expressões da questão social.

Dentro dessa ótica, partimos do pressuposto de que o “fazer pesquisa” não segue caminhos aleatórios, uma vez que é um momento especial para a construção e sistematização do conhecimento. Sendo assim, o pesquisador, como agente que intervém na realidade pesquisada, é influenciado e se influencia ao mesmo tempo e, por isso, resolvemos investir nas trilhas desse percurso investigativo.

Vale destacar que a trajetória metodológica utilizada rumo à construção de nosso estudo pretende estar orientada pela perspectiva teórico-crítica. Pontua-se, de antemão, que a teoria social de Marx nos fornecerá ricos elementos na compreensão do modo de produção capitalista. Trabalharemos com alguns dos interlocutores marxistas, como: Mészáros (2006; 2009), Kosik (1976), Luckács (1984), Heller (1985), Carvalho (2007) e Paulo Netto (2007), que também nos auxiliam no entendimento das relações sociais e das estruturas presentes na vida cotidiana, além de outros autores que não se definem necessariamente como marxistas, todavia, nos ajudam no debate sobre o Serviço Social, o mundo do trabalho e as questões: social e de gênero.

Nessa linha de pensamento, um ponto a ser observado na tessitura investigativa dentro do âmbito das ciências humanas (como é o nosso estudo em questão) diz respeito ao emprego dos procedimentos metodológicos para a produção do conhecimento na contemporaneidade. Assim, Cassab (2007, p. 56), em suas ricas reflexões, traz-nos um importante alerta:

Acredito que o conhecimento sobre pesquisa e o uso adequado de um suporte investigativo proporcionem ao profissional e pesquisador uma melhor compreensão das práticas sociais que constrói, desenvolve, e de outras que atravessam o seu fazer profissional, em direção à garantia dos direitos de cidadania, na perspectiva da democracia.

Nessa perspectiva, pensamos ser prudente demonstrar o desenho de nossa investigação, ou seja, as etapas metodológicas utilizadas para atingir os objetivos propostos com o estudo em voga, que foram: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, as quais contribuiriam para ampliar nossos olhares a respeito do estudo em questão.

Destacamos que, primeiramente nos apropriamos da pesquisa bibliográfica, adotando como instrumental a revisão de literatura, o que contribuiu para que ampliássemos nossas visões concernentes aos fenômenos pesquisados.

Posteriormente, recorremos ao recurso da pesquisa documental, que permitiu analisar os documentos (Projeto Político Pedagógico do CESSG e o Projeto extensionista) relativos ao objeto pesquisado. Tal pesquisa possibilitou a utilização “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (GIL, 1999, p. 66).

Com o intuito de enriquecer nossas apreciações, utilizamos a pesquisa de campo, uma vez que esta se constitui como um instrumental que viabiliza o contato com as experiências vivenciadas pelos sujeitos colaboradores, permitindo aprofundar o universo dos significados.

Assim, para a apreensão⁶ dos dados, referenciamo-nos na entrevista, por esta constituir-se, na visão de Minayo (2004), como a técnica mais utilizada no trabalho de campo para aproximar-se do cenário cotidiano dos sujeitos colaboradores. Outra autora que defende o uso das entrevistas para aproximação com a vida dos sujeitos é Sarti (2007, p. 27), ao mostrar que:

As entrevistas constituem, sobretudo uma oportunidade singular nas vidas das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São uma prova rara do reconhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo.

Levamos em consideração também as ponderações de Brandão (2000, p. 8), que elucida que a entrevista, por constituir-se como parte de um trabalho que, “[...] reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, e refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado.”

Merece pontuar que o tipo de entrevista escolhida para o nosso trabalho foi a semiestruturada, que permite uma maior liberdade e interação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa. Destarte, procuramos respeitar os ritmos, tons, expressões e gestos que acompanham ou muitas vezes substituem as falas e que procuramos valorizar nesta etapa, bem como nas demais.

⁶ Conforme sugestão da banca de qualificação, é mais prudente a utilização da terminologia: “apreensão” ou “sistematização de dados”, ao invés de “coleta de dados”. Sendo assim, acatamos tal orientação.

Fizemos, assim, uso de um roteiro⁷ semiestruturado, o qual foi dividido em alguns temas norteadores, como:

- I) Identificação dos sujeitos
- II) Questão do Trabalho
- III) Cotidiano
- IV) Família
- V) Rede de Apoio

Outro ponto necessário a deixar registrado é que, para o desenvolvimento das entrevistas, foram explicados para aos sujeitos (mulheres) que colaboraram com o estudo os objetivos da pesquisa⁸ e esclarecidas as dúvidas que surgiram. Utilizamos, em atendimento a Resolução 196-96, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em apêndice, sem as assinaturas dos sujeitos)⁹, proposto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP-Franca.

Nesse contexto, destacamos que os procedimentos metodológicos e as análises do material sistematizado estão pautados nos moldes da pesquisa qualitativa, a qual valoriza a qualidade, e não a quantidade de participantes, sendo que o método escolhido para a compreensão da realidade social dos sujeitos participantes será o materialismo histórico-dialético, uma vez que ele possibilita compreender a sociedade em suas intensas contradições e em constante mudança, além de viabilizar o caminho do pensamento para a construção do conhecimento. Karel Kosik (1976) nos fornece elementos significativos acerca do significado do método:

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano sensível para o outro plano racional; é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é no plano do abstrato, que é a negação da imediatez, da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por

⁷ Para conhecimento do roteiro que utilizamos, ver Anexo A.

⁸ O projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP sob o número 078-2009.

⁹ Utilizamos um gravador de voz portátil para que pudéssemos melhor apreender a linguagem e as respostas apresentadas.

consequente, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. **O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta**, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões. O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo o próprio todo é concomitante delineado, determinado e compreendido. (KOSIK, 1976, p. 37, grifo nosso).

Sendo o conhecimento um processo que demanda esforço da própria construção da realidade, para um melhor entendimento do tema de nosso estudo dentro de uma panorama que se aproxime da totalidade, visualizamos que este:

[...] não determina apenas o objeto do conhecimento, determina-lhe também o sujeito. A ciência burguesa - de forma consciente ou inconsciente, ingênua ou sublimada - considera sempre os fenômenos sociais do ponto de vista do indivíduo. E o ponto de vista do indivíduo não pode conduzir a nenhuma totalidade; quando muito, pode levar a aspectos dum domínio parcial e fragmentado. A totalidade não pode ser encarada a menos que o sujeito que a encarar seja ele próprio uma totalidade. (LUKÁCS, 1984, p. 42).

A discussão sobre a questão da totalidade também é compartilhada pelos marxistas Lowy e Nair (2008), ao demonstrar que tal categoria metodológica não é determinada pela abstração, como uma equação matemática.

A totalidade remete a uma realidade histórica em construção e, sendo assim, um processo contínuo. Nesse entendimento, o sujeito que constrói teoricamente essa totalidade constitui-se, como ele próprio, um momento desse processo, pois dele participa de uma forma plena. Assim, ela não pode ser objetivamente dada, pois esta se faz diariamente com a história. A ação humana ganha destaque nesta acepção, pois possibilita transformar a totalidade e, para apreender a realidade,

[...] o homem procede por totalizações relativas sem jamais alcançar a objetividade pura e cristalina. Ele próprio é história. E é por esse processo, que consiste em atingir certa coerência estrutural, que o homem destrói as totalidades antigas para criar novas. Só existe totalização na medida em que há desestotalização. Portanto, a totalidade é processo histórico contínuo. (LOWY; NAIR, 2008, p. 25).

Com base nesta compreensão de que as totalidades são parciais e relativas, continuamos nosso trajeto metodológico explicando que, para a escolha dos sujeitos a serem entrevistados, inicialmente solicitamos uma reunião com a coordenadora do CESG, que ocorreu em novembro de 2009 na sede da própria entidade. Durante a reunião, pedimos a autorização para nos aproximar e entramos em contato com as mulheres que participavam do projeto extensionista e que seriam os sujeitos da pesquisa. Explicamos os objetivos do estudo e destacamos que as entrevistas, bem como todas as informações que socializaríamos, estariam respaldadas nas normas éticas estipuladas pelo Comitê de Ética em pesquisa da UNESP-Franca, com o intuito de garantir o sigilo e o respeito com a vida delas, bem como de suas famílias e, sendo assim, recebemos a autorização verbal por parte da coordenadora.

Entramos em contato com as mulheres por meio de telefonemas e por um convite que foi entregue pelos filhos das mesmas e pedimos que confirmassem recebimento.

Após a confirmação das respectivas participações, deixamos livre para que as mulheres definissem qual seria o melhor dia e o local adequado para a realização das entrevistas. Todas elegeram o espaço do CESG - por ser um ambiente tranquilo para conversar, acessível e com maior privacidade, sendo sugerido o dia de sábado, pois muitas delas trabalham fora de casa. E assim, respeitando as sugestões, fizemos as cinco entrevistas no mês de dezembro de 2009, numa tarde de sábado. A duração¹⁰ de cada entrevista foi em média de 50 minutos.

Transcrevemos as entrevistas, respeitando a linguagem utilizada pelas participantes. Após diversas leituras, destacamos as falas essenciais para nosso estudo em questão e, a partir daí, conseguimos agrupá-las em categorias de análise, sendo possível responder as dúvidas anteriormente delineadas e aproximar o trabalho aos objetivos propostos pela pesquisa. Ademais, as categorias exprimem as relações contraditórias pertencentes à formação sócio-histórica da sociedade e não são meros conceitos isolados. Lukács (1984, p. 28) defende que as categorias “[...] expressam relações e compreender as relações é o segredo de um processo de

¹⁰ Percebemos que muitas entrevistadas ficaram tímidas por saberem que suas falas estavam sendo gravadas. Diante disso, tranquilizamos as mulheres e novamente explicamos os objetivos da pesquisa e a liberdade que elas poderiam ter para expor o que considerassem pertinente.

investigação.” Nosso entendimento sobre tal conceito também segue a linha de pensamento de Gomes (1994, p. 70), que esclarece:

[...] a palavra categoria, em geral, se refere, a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à idéia de classe e série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito, capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa.

Após a apresentação dos rumos trilhados na pesquisa, passamos, a seguir, a apresentar um breve histórico sobre as características do município de Guaranésia, bem como algumas particularidades do CESG para que pudéssemos visualizar alguns determinantes econômicos, sociais e culturais do cenário de nossa pesquisa, afinal “[...] partir dos próprios espaços concretos da vivência pode significar também uma imersão na história do lugar onde se vive e de seus sujeitos construtores” (KOGA, 2003, p. 39).

1.1O *lócus* da pesquisa: Guaranésia-MG e o Centro Educativo e Social (CESG)

Diante da importância que a questão territorial adquire na cena contemporânea, destacaremos algumas especificidades de Guaranésia a partir do entendimento de que a mesma faz parte de uma realidade mais ampla e, sendo assim, sofre com todas as mudanças conjunturais e estruturais em curso no contexto brasileiro.

O município de Guaranésia pertence ao estado de Minas Gerais, na microrregião de São Sebastião do Paraíso.

A cidade está localizada na região denominada de Planalto Cristalino, que se estende na porção leste, sudoeste e sul de Minas, na qual são formadas diversas serras como a da Mantiqueira, do Aimorés e Caparaó, sendo que a vegetação predominante é a típica do cerrado.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2008), sua população era estimada em 19.848 habitantes, sendo que seu - Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH)¹¹ - é de 0,769. Tal dado demonstra que a qualidade de vida da população está abaixo da média brasileira, a qual foi classificada em 2007, pela ONU, com índice de 0,792. Denise Blanes (2007, p. 233) traz uma contribuição crítica sobre a utilização de indicadores para o acompanhamento e avaliação de políticas socioassistenciais. Para a autora, o IDH tem como ideia básica “[...] a expansão das capacidades humanas; não avalia o desenvolvimento humano mediante obtenção da riqueza como finalidade, mas como o meio que propicia a expansão das capacidades humanas.”

Vale pontuar que a atividade econômica do município está baseada na agropecuária (produção do café, da cana-de-açúcar, milho, arroz, feijão e laranja) e os produtos de maior representatividade são o café e a cana-de-açúcar. Outra fonte de economia em expansão é a atividade industrial, englobando-se as pequenas empresas às indústrias de grande¹² porte, sendo que um dos setores mais notável é a indústria têxtil, a qual abarca serviços como bordados e estampagem à grandes fábricas de fiação.

No que diz respeito à questão educacional do município, é possível constatar que existem 3 escolas estaduais, 2 escolas municipais, 1 escola de Educação Especial (APAE), 1 Centro Educacional e Social (CESG), havendo 2 escolas particulares.

A realidade de Guaranésia pode ser relacionada com a maior parte dos pequenos municípios brasileiros que, a partir do século XX, apresentaram uma tendência à urbanização. Esta traz em seu bojo tanto questões positivas, como é o caso dos diferentes investimentos de capital, como também os negativos, os quais são permeados por diferentes conflitos sociais, contribuindo para o acirramento da questão social¹³. As análises de Milton Santos (1997) são de grande valia para compreendermos as metamorfoses do espaço urbano com suas contradições, bem

¹¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi construído com o intuito de mensurar o grau de desenvolvimento de um país e, para isso, são considerados três indicadores: a renda per capita, ou seja, (toda a riqueza produzida ao longo de um ano dividida por sua população), a longevidade (que está atrelada a expectativa de vida da população) e o último a escolaridade (considera o número de crianças alfabetizadas e regularmente matriculadas nas escolas). Para maiores informações ver as considerações de Blanes (2007).

¹² Uma das maiores indústrias do município é a SIAC do Brasil, pertencente ao grupo italiano SIAC SPA Metalurgia, a qual produz cabines de tratores agrícolas e máquinas rodoviárias.

¹³ A discussão e a conceituação da questão social serão alvo de um debate mais profundo em nossos próximos capítulos; contudo, de antemão, registramos que nosso entendimento deste fenômeno, está ligado ao conjunto de desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, atravessada por crises cíclicas, motivos que contribuem para que as mesmas apresentem especificidades históricas e respostas diversas por parte do Estado e da sociedade.

como corroborar com a noção de que o espaço é fundamental para se poder entender as relações que o circundam, pois elas são determinadas pelo movimento da sociedade e de seu modo de produção. Nessa linha de pensamento, o autor define o espaço urbano como:

[...] um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre esses objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. (SANTOS, 1997, p. 258).

Respaldados na perspectiva defendida pelo autor supracitado, compreendemos que os homens constroem o espaço mediado pelas próprias relações e seus entornos. Sendo assim, precisamos perceber as particularidades históricas dos municípios, suas condições demográficas e o contingente populacional, pois esse conjunto de elementos se reflete no cotidiano das famílias que nelas vivem.

No Atlas da Exclusão Social de 2005, são apresentadas algumas características do cenário brasileiro, enfatizando que os elementos geográficos são primordiais na compreensão da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos, uma vez que os mesmos afetam a renda individual das famílias. Concordamos com a ideia de que “[...] a elevada desigualdade regional indica realidades completamente distintas, que precisam ser consideradas frente à perspectiva do estabelecimento de uma agenda não liberal de inclusão social para o conjunto da população” (POCHMANN et al, 2005, p. 67).

Os dados da Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS) sinalizam melhor essa compreensão demográfica dos municípios a partir das divisões populacionais. Assim, os municípios de pequeno porte I (até 20.000 habitantes) como é o caso de Guaranésia, ainda possuem 45% de sua população sobrevivendo em áreas rurais e representam 75% do conjunto de municípios brasileiros. Isso significa que a maioria das cidades do Brasil se caracteriza como sendo de pequeno porte.

Podemos considerar que a dinâmica populacional constitui-se num relevante indicador, a qual:

[...] está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de valorização do solo em todo o território nacional, destacando-se a alta taxa de urbanização, especialmente nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles. Estes últimos espaços urbanos passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença crescente do desemprego e da informalidade, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade (BRASIL, 2005, p. 11).

A tabela abaixo traz uma classificação dos municípios segundo o total de habitantes, sendo que estes foram divididos em: pequenos I e II, médios, grandes e metrópoles.

TABELA 1-Classificação dos Municípios Segundo o Total de Habitantes

Classificação dos Municípios Urbanos	Total de Municípios	População Total	População Rural	População Urbana	% Rural	% Urbano
Pequenos I (até 20.000 hab.)	4018	33.437.44	15.022.174	18.451.230	44,93	55,07
Pequenos II(de 20.001 a 50.000 hab)	964	28.832.600	9.734.706	19.097.894	33,76	66,24
Médios (de 50.001 a 100.00 hab)	301	20.928.128	3.940.021	16.988.107	18,83	81,17
Grandes (de 100.001 a 900.00 hab.)	209	50.321.723	2.332.987	47.988.736	4,64	95,36
Metrópoles (mais de 900.000 hab)	15	36.279.315	815.323	35.463.992	2,25	97,75
Total	5.507	169.799.170	31.845.211	137.953.959	18,75	81,25

Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:** atlas do desenvolvimento humano, 2002. (2000).

Após essa breve apresentação do município e da importância da questão territorial para as populações que neles habitam, passamos a destacar alguns

aspectos da origem do CESG que estão ligados ao direcionamento de nossa pesquisa. A seguir, explicaremos nosso envolvimento com tal entidade.

O CESG¹⁴ está localizado no município de Guaranésia-MG, sendo que seu surgimento em janeiro de 2003, está relacionado à preocupação de diferentes segmentos da sociedade guaranesiana com a situação das crianças e adolescentes provenientes de famílias em vulnerabilidade social, as quais não possuíam um espaço para realizar atividades no período contrário ao escolar, ficando a maioria exposta às múltiplas situações de risco social¹⁵ nas ruas.

Com o apoio da Pastoral da Saúde foi realizado um levantamento nos bairros periféricos em que predominavam as famílias com maiores problemas sociais: violência, desemprego, trabalhos informais, baixa escolaridade, famílias numerosas que possuíam crianças e adolescentes em idade escolar e que frequentavam o ensino público. Os resultados de tal pesquisa apontaram que cerca de 120 crianças e adolescentes poderiam participar dos projetos que seriam oferecidos pela entidade, contudo, inicialmente, somente 60 dessas, entre a idade de 7 a 14 anos, passaram a frequentar as atividades oferecidas, devido à limitação do espaço existente.

Nas fotos a seguir, ilustramos a antiga sede da entidade, a qual funcionou por alguns anos em um espaço cedido pelo Lar de Idosos “São Vicente de Paulo” do município, sendo que não havia uma estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades existentes. E, como pode ser observado na segunda imagem, situa-se a outra localização do CESG atual, que foi construída com o apoio da sociedade local, da Prefeitura que cedeu o terreno para a construção e da SIAC do Brasil que contribui mensalmente com recursos para a manutenção da entidade.

¹⁴ Conforme o Projeto Político Pedagógico do CESG (2007), a referida entidade passou a ser reconhecida como Utilidade Pública Municipal com a Lei n.1546 de 12 de novembro de 2004 e também possui inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

¹⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990, prevê em seu Art.70 a necessidade de proteção à criança e ao adolescente, com o intuito de prevenir as inúmeras situações de risco em que está exposto tal segmento no Brasil. É atribuído ainda, neste artigo, como sendo dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos.



FOTO 1 - Antiga Sede do CESC

Fonte: Relatório de Extensão Universitária 2007



FOTO 2 - Nova Sede do CESC

Fonte: Relatório de Extensão Universitária 2007

Atualmente, a entidade expandiu seu atendimento e conta com uma nova sede, conforme as fotos acima. No total, são aproximadamente 150 crianças e adolescentes cadastrados pertencentes a 84 famílias de baixa renda. Vale pontuar que as crianças e adolescentes que participam das atividades no CESC foram encaminhados pelo Conselho Tutelar¹⁶, Serviço Social do município, Poder Judiciário, escolas públicas e ou a pedido dos próprios pais que almejavam que seus filhos participassem das oficinas existentes: capoeira, bordado, biscuit, flauta, violão, canto, vôlei, basquete e futebol, educação física, computação, reforço escolar, jogos dirigidos, pintura, as quais são coordenadas e desenvolvidas pela equipe composta de profissionais contratados e por voluntários que acreditam nas diretrizes da entidade.

Resumidamente, os objetivos do CESC (2007), em consonância com o seu Projeto Político Pedagógico, são:

- Promover um ambiente educacional que desperte o conhecimento e amplie a visão de mundo de seus alunos.
- Desenvolver o educando proporcionando formação indispensável para o exercício de sua cidadania.
- Promover o desenvolvimento da autoestima do aluno.

¹⁶ Em consonância com o art.131 do ECA de 1990, “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.”

- Despertar interesses pessoais para a promoção do conhecimento das habilidades e potenciais individuais.
- Desenvolver a cooperação, o senso crítico e a consciência de cidadania.
- Promover atividades socioeducativas, esportivas, de lazer e cultura.
- Promover conhecimentos que sirvam para a inclusão futura dos jovens no mercado de trabalho.

Como podemos perceber, os objetivos da entidade caminham no sentido de oferecer oportunidades para a inclusão social de crianças e adolescentes por meio de ações preventivas e protetivas, contribuindo para garantir o preceito constitucional, o qual reafirma a necessidade de a família, juntamente com a sociedade e o Estado, garantir a proteção à infância e à adolescência nas duas importantes fases do desenvolvimento do ser humano.

A Constituição Federal de 1988 e também o ECA, sancionado em 1990, constituem-se em marcos significativos e históricos, no que tange ao reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e merecedores de proteção integral, uma vez que, por estarem em processo de desenvolvimento, são dignos de um tratamento adequado por parte de sua família, de toda a sociedade e do poder público. Sendo assim, Liberati e Dias (2006), ao tecer comentários ao ECA, demonstra que este revolucionou o direito infanto-juvenil inovando ao adotar a doutrina da proteção integral, a qual está baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral.

Igualmente, algo que merece atenção é que nas últimas décadas, com a vigência do neoliberalismo, o qual advoga o estado mínimo para o social e transfere seus encargos e responsabilidades para a sociedade civil, a família está sendo responsabilizada e chamada prioritariamente pelas próprias legislações a garantir toda a proteção e segurança às crianças e aos adolescentes. Tal dado precisa ser analisado com atenção, pois, nesse cenário, a centralidade da família dentro do aparato legal e das políticas sociais pode favorecer o processo de culpabilização da mesma e desviar a responsabilidade do Estado na condução das respostas diante das expressões da questão social, que rebatem na vida dos indivíduos e também de suas famílias.

Observemos o artigo 203 de nossa Carta Magna de 1988, que aponta como responsabilidade prioritária da família garantir os cuidados com a vida, saúde, educação e lazer, entre outros, e assegurar à criança e ao adolescente a prevenção contra qualquer tipo de violência e maus-tratos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 133).

No artigo supracitado está evidenciada a responsabilidade primária da família em assegurar as condições de uma vida satisfatória e isenta de qualquer tipo de violência, posteriormente atribui à sociedade e por último aponta a responsabilidade do Estado em garanti-las.

Nesse momento de nossas reflexões, destacamos que não iremos nos alongar no debate acerca da matricialidade familiar que está preconizada na Constituição Federal de 1988 e em várias legislações brasileiras. Registramos que, em nosso terceiro capítulo, faremos uma análise mais direcionada a tal questão. Voltando para o CESG, algo que merece ser ressaltado diz respeito às atividades desenvolvidas pela entidade, as quais são realizadas por voluntários¹⁷ e por uma pequena equipe de profissionais contratados (monitoras, professores de educação física, coordenadora pedagógica, padaria, serviços gerais, secretária, coordenadora da entidade e guarda).

Os projetos e as atividades existentes são realizados por meio de oficinas culturais, artísticas e esportivas, no período contrário ao escolar, sendo que, para as crianças e adolescentes poderem participar e frequentar a entidade exige-se que estejam regularmente matriculados e frequentando a rede pública de ensino.

No que diz respeito à manutenção da entidade, os recursos arrecadados advêm de pessoas físicas, jurídicas e da empresa “SIAC do Brasil”, contudo, são

¹⁷ Na atualidade, com o projeto neoliberal em curso há uma tendência à desresponsabilização do Estado no que tange à prestação dos serviços sociais, incentivando o trabalho voluntário, principalmente dentro das entidades sem finalidades lucrativas, como é o caso do CESG. Para maiores informações sobre essa discussão, ver: Montañó (2003) e Gohn (2003).

insuficientes para a manutenção de todas as atividades desenvolvidas conforme o apontamento destacado no estudo de Souza (2008, p. 13):

Com relação ao custo da manutenção do CESC, existe a colaboração de padrinhos, pessoas físicas e jurídicas, que contribuem mensalmente com um valor simbólico para cada criança e adolescente. A receita do apadrinhamento corresponde a 50% (cinquenta por cento) do custo operacional. O restante provém da parceria firmada com a empresa "SIACDO BRASIL."

Nessa perspectiva, torna-se pertinente salientar que a entidade é a única existente na cidade que desenvolve, até o presente momento, ações no período contrário ao escolar visando garantir a proteção social e preservar os direitos das crianças e adolescentes, favorecendo um processo educativo com dignidade. O ECA, em seu capítulo IV "DO DIREITO A EDUCAÇÃO, A CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER," no artigo 53, enfatiza que tanto a criança como o adolescente possuem direito à educação, objetivando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, bem como o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assegurado:

- 1) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- 2) Direito de ser respeitado por seus educadores;
- 3) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- 4) Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- 5) Acesso à escola pública e gratuita perto da sua residência.

Outrossim, tendo em vista que a família bem como o CESC, configuram-se como espaços educativos, é relevante considerar que a educação como um processo contraditório, uma totalidade de ação e reflexão realiza-se "[...] nessa tensão dialética entre liberdade e necessidade." (GADOTTI, 1981, p. 74).

O autor, numa perspectiva materialista-histórico-dialética, mostra que os elementos que unem os homens é a busca dos meios próprios para garantir sua existência. Sua práxis é histórica, sendo que é por meio do trabalho que o homem se descobre como ser da práxis. Nesse percurso, a questão educativa adquire um

significado inquestionável, pois a educação como um fenômeno social é “[...] produto e produtor de várias determinações sociais” (GADOTTI, 1981, p. 57).

A questão educacional é alvo de vários debates e entendimentos por diferentes autores e correntes teóricas. Referenciamo-nos nas análises de Mészáros (2005), que a visualiza como sendo um processo continuado, permanente e abrangente, que extrapola a estrutura educacional formal e burocrática. Em suas palavras:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase “a aprendizagem é a nossa própria vida”. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal, salvaguardada e sancionada. (MÉSZÁROS, 2005, p. 52).

É possível perceber nas considerações do autor supracitado a importância e a amplitude da educação. Ele defende em sua obra a existência de práticas educativas que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças pertinentes à construção de uma outra sociedade, em que o capital não explore mais o tempo de lazer e não imponha uma educação alienante, objetivando manter o homem dominado e com poucas possibilidades criativas.

Na perspectiva desse autor, uma educação para além do capital deve caminhar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo político e econômico em vigência. Nessa empreitada, todos nós somos chamados a participar deste processo.

Neste trabalho, não temos a intenção de fazer um estudo detalhado da educação, todavia, sentimo-nos imbuídos da necessidade de trazer as reflexões expostas acima pelo fato da centralidade que a questão educacional adquire em nossa sociedade globalizada e também pelo universo de pesquisa estar inserida na questão educativa.

Após essa rápida apresentação das características da cidade de Guaranésia, passamos a descrever o surgimento do Grupo “Colcha de Retalhos” e nossa ligação com tal grupo.

1.2 O Grupo “Colcha de Retalhos”: elos com as protagonistas da pesquisa

Sujeitos coletivos expressam consciências partilhadas, são sujeitos que lutam por vontades históricas determinadas. (MARTINELLI, 2006, p. 17).

Em 2007, enquanto docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional-UNIFEG e Coordenadora dos Projetos de Extensão Universitária do respectivo Curso, fomos convidadas a realizar uma parceria por meio de um Projeto de Extensão Universitária, com a instituição CESC.

Entendemos que a atividade de extensão, por possibilitar a interação entre a universidade e a sociedade, “[...] constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria x prática, promovendo a troca de saberes acadêmico e popular” (AVALIAÇÃO ..., 2000, p. 70).

Tal parceria foi aceita pela unidade de ensino, uma vez que oportunizaria a abertura de campo de estágio supervisionado, contribuindo para que os discentes tivessem contato com o cotidiano de uma entidade social de atendimento à criança e adolescente, espaço que despertaria interesse nos discentes. Outro elemento que justifica o envolvimento do Centro Universitário com o CESC é o compromisso da universidade com a socialização do saber produzido e com a interação da realidade social vigente, bem como a necessidade de ampliação de vagas para a prática do estágio curricular, o qual se constitui como elemento central para a formação profissional do Assistente Social.

Silva e Quimelli (2006, p. 283) trazem oportunos comentários sobre a pertinência da extensão universitária para a formação dos discentes, pelo fato de ela favorecer a:

[...] oxigenação do conhecimento (artístico, científico, tecnológico e cultural) produzido na universidade, por produzir novos conhecimentos de forma interdisciplinar através de suas ações e contribuir para a formação plena do aluno cidadão, oportunizando ao mesmo trabalhar a partir da realidade concreta, cooperando para a construção de uma sociedade melhor e melhoria da qualidade de vida da população.

Compartilhando deste entendimento de extensão, iniciamos nossas atividades, conhecendo a realidade da entidade, com o intuito de perceber quais

seriam as possibilidades para o desenvolvimento do trabalho a ser estruturado. Realizamos frequentes reuniões com a coordenação da respectiva entidade e com a equipe de professores do UNIFEG que já desenvolvia ações extensionistas no CESC, pertencente aos cursos de Pedagogia, Letras, Educação Física, Biologia, Letras e Filosofia.

É pertinente destacar que não havia o profissional de Serviço Social dentro do *lôcus* institucional e, por outro lado, as famílias também não recebiam acompanhamento e pouco participavam da vida de seus filhos, não interagindo com a realidade educacional.

Levando em consideração a filosofia de trabalho estimulada pela entidade, a qual está pautada na perspectiva de oportunizar instrumentos para a “[...] inclusão social de seus alunos, atuando não só dentro da instituição, mas sendo ponte entre a família e a sociedade” (CESG, 2007, p. 3), nos animamos em pensar em alternativas interventivas. E assim descobrimos, no contato com o cotidiano do CESC, a necessidade de construirmos um trabalho com as famílias da entidade.

Num segundo momento, reunimo-nos com as alunas do curso de Serviço Social que estariam envolvidas através da prática do estágio supervisionado no projeto a ser construído. Igualmente, depois dessas etapas destacadas, pensamos em alguns caminhos para a construção do trabalho social com famílias da entidade.

Construímos um trabalho socioeducativo junto às famílias, dentro das diretrizes da educação popular, que pode ser entendida respaldada em Brandão (1987) como uma educação menos oficial, a qual acontece, de maneira geral, fora dos muros escolares, sendo que seu objetivo é construir a aprendizagem junto aos educandos a partir da prática social dos mesmos, contribuindo para a criatividade e a formação de sujeitos críticos.

Outro importante autor que contribui com o entendimento sobre o trabalho de educação popular que buscamos desenvolver junto às famílias é Freire (1997, p. 43), quando destaca que:

A educação popular é ela mesma uma educação cidadã, uma esfera pública. Ao falarmos em educação popular nos referimos à criação em distintos âmbitos (escolas, bairros, movimentos sociais, famílias) de esferas públicas que permitam que as pessoas se reúnam em lugares diversos para falar, intercambiar informação, escutar, fazer negociações.

Imbuídos desse referencial de trabalho pedagógico-educativo, que considera a dimensão política do trabalho profissional e o compromisso com as classes subalternas¹⁸, entramos em contato com as famílias da entidade. Vale destacar que compreendemos a questão da subalternidade como a ausência de poder de mando, de poder e decisão, de poder de criação e de direção, ou seja, nas palavras de Yasbek (1996, p. 18):

Subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político- sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.

A autora, pautada no referencial gramsciano, demonstra que historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que são vinculados aos seus.

Após alguns encontros em que estabelecemos elos com as famílias, construímos um planejamento quinzenal de encontros. Iniciamos com oficinas, cujos temas foram sugeridos pelas famílias participantes do projeto.

Foram realizadas incontáveis reuniões socioeducativas, análises de filmes e fóruns de discussão¹⁹, os quais aconteceram nas tardes de sábado²⁰ no salão central do CESC.

Merece uma explicação as ações profissionais dos assistentes sociais neste momento do nosso trabalho, pois compartilhamos da análise de Yasbeck (1996), que explicita e diferencia as duas dimensões da atuação profissional do Assistente Social: a prestação de serviços assistenciais e o trabalho socioeducativo, sendo que há uma tendência histórica a hierarquizar a ação educativa em face do serviço concreto. Entendemos que esses dois momentos são importantes para a vida dos usuários das políticas sociais e dos serviços existentes, não podendo ser visualizados dicotomicamente.

¹⁸ Respalda-mo-nos para o entendimento deste conceito nas análises de Yasbek (1996), a qual utiliza essa nomenclatura por sua expressividade e por contemplar um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação, tendo sido escolhida para nomear as classes em que se inserem os usuários de Assistência Social.

¹⁹ Os Fóruns de discussão contaram com a participação de importantes representantes do Poder Público e da sociedade civil: Promotor de Justiça, por exemplo, o qual fora convidado pelas famílias para discutir a questão da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340 de 7 e agosto de 2006).

²⁰ As reuniões aconteciam aos sábados, a pedido das próprias famílias, pois algumas mulheres trabalhavam fora de casa durante a semana.

Na realidade, é pela mediação da prestação de serviços sociais que o Assistente Social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de seu trabalho. Essa interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa (e política/ideológica) da profissão, a qual é intrínseca ao exercício profissional do Assistente Social. Este pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador²¹ destinado a moldar o usuário, (dentro das normas institucionais), como também nas diversas esferas da vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento²² dos projetos e lutas das classes subalternizadas.

Nesse sentido, a dimensão socioeducativa respaldada na visão de Yasbek (1996), não é algo que seja exterior à prestação de serviços materiais, mas sim algo que lhe é inerente e que lhe dá sentido e direção.

Merece destaque nesse íterim, a contribuição de Romano (2009) que em seu trabalho sobre a dimensão socioeducativa na atuação com grupos no CRAS em São José do Rio Preto-SP, alerta que o entendimento da dimensão socioeducativa da prática profissional pressupõe por parte da categoria profissional: “[...] um processo de desmistificação e de clareza política quanto à direção impressa na prática, possibilitando assim, a construção de uma nova relação pedagógica.” (ROMANO, 2009, p. 124).

Sendo assim, a prática voltada aos interesses das classes subalternizadas não se reduz à provisão imediata de ajuda, a qual se perde na imediatez e nos atendimentos fragmentados e isolados.

Torna-se necessário que os sujeitos sociais que participam deste processo, transformem-se em protagonistas na ruptura com a dependência, e encaminhem esforços pautados no direcionamento político para ir além dos interesses singulares. Ou seja, o trabalho em grupo pode direcionar as discussões num viés coletivo, pois, na maioria das situações, as demandas efervescem, como individuais, pontuais e desvinculadas de uma dinâmica societária. Concordamos com a autora supracitada quando afirma que o pertencimento a um grupo “[...] ocorre por meio de um processo de reconhecimento da igualdade de situações vivenciadas e sofridas no cotidiano” (ROMANO, 2009, p. 124).

²¹ No início do processo de institucionalização do Serviço Social, as funções atribuídas ao Assistente Social caminhavam na perspectiva educativa em relação à classe trabalhadora em formação na década de 1930, contribuindo para manter os interesses da classe dominante. Para maiores detalhes ver: Iamamoto e Carvalho (2000).

²² O Serviço Social após o Movimento de Reconceituação busca construir novas visões e posturas coerentes com a realidade brasileira, passando a se apropriar da teoria social crítica.

Voltando aos apontamentos sobre o surgimento de nosso grupo, algo que merece ênfase no projeto desenvolvido foi a criação do nome Grupo de Mulheres: “Colcha de Retalhos”, sugerido pelas próprias mulheres que tiveram a oportunidade de participar de nosso Projeto “Cinema no CESC” e assistir ao filme “Colcha de Retalhos”, romance este produzido nos EUA, em 1995, o qual narra as experiências de vida de um grupo de mulheres maduras, que possuem o costume de se reunirem anualmente para confeccionar uma colcha de retalhos.

É retratado que cada uma das mulheres borda um pedaço de pano que representa um momento especial de suas vidas em que foram realmente felizes. No final, são unidas todas as partes, formando uma linda colcha artesanal. O filme utiliza da linguagem metafórica e apresenta um enredo emocionante marcado por segredos, sofrimento e crescimento de distintas mulheres que se assemelham em um aspecto: todas possuem chagas, feridas não cicatrizadas - que vêm à tona à medida que bordam e compartilham sua arte. Em algum momento de suas vidas, amaram muito; umas foram amadas; outras o desejaram demasiadamente. Cada pedaço de pano retrata uma época da vida das protagonistas e, no final, costuram tudo e constroem a Colcha de Retalhos²³.

Algo extremamente relevante no filme (e que também pode ser percebido em nosso grupo) é que as participantes do grupo ao visualizarem suas vivências em situações semelhantes às do outro, identificaram que não se tratava de uma questão meramente individual, assim, o “outro” passa a ser um igual e não mais um sujeito estranho, alheio, portador de situações particulares. Tal oportunidade de se reconhecer “no outro” constitui-se a nosso ver como um espaço construtivo dentro do próprio ritmo cotidiano e algo positivo.

Se levarmos em consideração a lógica individualista e competitiva presente e estimulada em nossa sociedade capitalista, esses momentos grupais que propiciam a reflexão podem ser relevantes estratégias de resistência e fortalecimento dos grupos subalternizados.

Tomamos a liberdade de expor algumas fotos²⁴, a fim de registrar momentos de nosso trabalho. Entendemos que toda imagem é histórica, cheia de sentido

²³ Achemos importante registrar que pelo fato do grupo não existir mais, a colcha de retalhos está sob os cuidados da pesquisadora. Pretendemos ainda neste semestre realizar uma reunião para dar uma devolutiva de nossa pesquisa e, na oportunidade, entregar tal colcha para uma representante do grupo.

²⁴ A utilização das imagens neste estudo foram autorizadas pelas mulheres participantes do grupo.

social, de memórias revisitadas. Sendo assim, concordamos com a autora que em seus estudos sobre Fotografia e História destaca: “[...] não ficamos passivos diante de uma fotografia: ela incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem” (MAUAD, 2008, p. 35).



FOTO 3 - Projeto “Cinema no CESC”

Fonte: Relatório de Extensão Universitária (2007).

Enfim, as questões concernentes ao dia a dia das mulheres-protagonistas do longa metragem tiveram uma grande repercussão em nosso grupo.

Muitas mulheres se emocionaram naquele dia, pois se reconheceram nas personagens do filme. Narraram questões de suas vidas, falaram de seus desencantos, sonhos não realizados, de seus problemas familiares, dos limites existentes para atingir níveis de emancipação dentro de suas próprias casas, como nos espaços de trabalho, nos quais estão envolvidas. Vários foram os questionamentos surgidos concernentes ao papel da mulher na sociedade e, principalmente, dentro da instância familiar.

Como resultante desse processo de discussão e identificação a partir do filme, foi proposta pelas mulheres a construção de uma colcha de retalhos, com o intuito de representar e simbolizar a força e união feminina.



FOTO 4 - Reuniões para montar a Colcha de Retalhos

Fonte: Relatório de Extensão Universitária (2007).



FOTO 5 - A Construção da Colcha de Retalhos

Fonte: Relatório de Extensão Universitária (2007).

Durante os três meses de elaboração da colcha, vivenciamos momentos peculiares à nossa formação profissional, pois pudemos nos aproximar, por alguns momentos, do cotidiano dessas mulheres e perceber as inúmeras determinações presentes em suas vidas singulares, as quais eram sentidas, analisadas e percebidas de maneiras diversas por cada participante do grupo, que representava suas respectivas famílias.



FOTO 6 - Colcha de Retalhos finalizada

Fonte: Relatório de Extensão Universitária (2007).

Em nossos encontros, pudemos apreender algumas dificuldades, limitações e ausências de oportunidades presentes na vida dessas mulheres. O cotidiano delas “denunciava” os inúmeros desafios existentes. Eram vidas marcadas por limites econômicos, sociais, culturais e políticos. Algumas questões tiveram mais expressividade e nos despertaram maior atenção, como:

- As diferentes expressões da questão social presentes em suas famílias: desemprego, acidente de trabalho, violência doméstica e desigualdade de gênero.
- A “des”proteção social visível, ou seja, inexistência de serviços públicos e acesso deficiente aos poucos existentes.

→ A constante precarização das condições de trabalho, acentuada pela questão de gênero, ou seja, as mulheres recebiam baixos salários, sendo que suas rendas eram destinadas à garantia da sobrevivência de suas famílias.

Era perceptível em nossos encontros o interesse por parte das mulheres em discutir assuntos ligados às suas próprias vivências, as quais eram permeadas pela violência e suas manifestações, por ínfimo acesso a direitos sociais e a políticas públicas, pelo cotidiano familiar atravessado pelo desemprego, informalidade, etc, entre outras questões valiosas dentro do âmbito social, que vão ao encontro de diferentes estudos sobre as mudanças no mundo do trabalho(ANTUNES, 2006) e suas consequências para as famílias empobrecidas (MIOTO, 1997; 2004) que lutam para sobreviver, sem contudo, terem atendidas suas necessidades básicas e essenciais (PEREIRA, 2008) .



FOTO 7 - Reuniões com as famílias do CEG

Fonte: Relatório de Extensão Universitária (2008).

No cerne do trabalho desenvolvido entre os anos de 2007, 2008 e 2009 com o grupo mencionado, pudemos nos aproximar, de uma forma mais contínua, das

vidas das mulheres. Os múltiplos questionamentos que se fizeram presentes nos incentivaram a desenvolver a presente pesquisa. Igualmente, todas essas questões presenciadas por nós, associadas aos diferentes estudos sobre a questão de gênero²⁵, trabalho²⁶, família²⁷, levaram-nos a pressupor que, na atualidade, as mulheres estão assumindo, cada vez mais, o comando de suas famílias, tanto no âmbito reprodutivo: cuidado com os filhos, como no produtivo, devido à inserção no mercado de trabalho. Não obstante, os desafios para serem reconhecidas como protagonistas de suas próprias vidas e atingirem níveis de emancipação permanecem em aberto.

Dentro desse panorama, tais questões foram sendo gradativamente observadas por nós, e juntamente com isso, a vontade de descortinar um pouco mais o cotidiano de algumas famílias mineiras sob o olhar feminino. Entendemos que o estudo sobre o cotidiano é um assunto complexo e permeado por obstáculos. Por outro viés, constitui-se como uma temática interessante para todos os profissionais das diversas áreas, como: educação, psicologia, saúde, assistência social, entre outras que atuam direta e indiretamente nas vidas construídas no e a partir do cotidiano familiar.

Para nós, assistentes sociais, o presente estudo nos ajudou a visualizar questões significativas para o desenvolvimento de nosso trabalho interventivo com as famílias, tanto nas entidades sem finalidades lucrativas, como nas instituições públicas relacionadas às políticas públicas.

Assim, com o intuito de desvelar tais questionamentos, propusemo-nos a realizar a presente pesquisa e melhor explorar a realidade de vida das famílias de Guaranésia, sob o ponto de vista feminino.

Sabemos que o desvelamento do real, assim como a aproximação com a essência do fenômeno a ser estudado, só é possível a partir de aproximações sucessivas, as quais não podem ser lineares e neutras, uma vez que o movimento histórico é dinâmico e requisita constantemente novos olhares, pois: “[...] o pensamento tem que estar em constante diálogo com o real.” (MIOTO; LIMA, 2007, p. 40).

²⁵ Ver os importantes trabalhos de (SAFIOTTI, 1976, 1992, 2004), (SOARES, 2001), (RAGO, 1997); (BRUSCHINI, 1998).

²⁶ Sobre a questão de o trabalho feminino consultar: (NOGUEIRA, 2006); (GUIRALDELLI, 2006; 2010); (HIRATA, 2002), etc.

²⁷ Muitos estudos apresentam a realidade da mulher na família (ENGELS, 1997), MIOTO (2004), entre outros.

Passamos, a seguir, a identificar os procedimentos metodológicos que utilizamos para o desenvolvimento de nosso estudo. Posteriormente, apresentaremos algumas características dos sujeitos que participaram desta pesquisa, destacando os critérios construídos para a escolha dos mesmos, bem como as categorias delineadas a partir da transcrição das entrevistas.

1.3 Sujeitos da pesquisa e as categorias de análise: invisibilidade desvelada

É, a paciência foi pela vida inteira
o meu escudo,
quando o mundo disse não,
A arma branca, as lágrimas de fé,
a resistência é a força da mulher.
(Jorge Vercílio)

Para a realização desta pesquisa, entrevistamos cinco²⁸ mulheres que participaram com assiduidade, entre os anos de 2007 a 2009, do Grupo “Colcha de Retalhos”. Construímos alguns critérios para a escolha dessas. Respaldamo-nos nas ponderações de Sarti (2007, p. 25), que elucida que na prática de trabalho de campo, os critérios de seleção dos entrevistados norteiam nossas escolhas em função do problema estudado e destaca que “[...] a escolha dos entrevistados também envolve um certo cuidado para não ferir suscetibilidades.” Procuramos ter essas atenções no processo da seleção dos sujeitos e construímos alguns indicadores para tal decisão:

- Possuir vínculos com o CESC (filhos, netos, sobrinhos ou outros matriculados na entidade).
- Possuir união estável, ser casada ou possuir um companheiro.
- Ter participado das reuniões do Grupo “Colcha de Retalhos”.

²⁸ Planejamos realizar seis entrevistas, contudo, a colaboradora que iria participar não pôde comparecer no dia definido para a entrevista por motivos de saúde.

Para uma melhor apresentação da realidade das mulheres que foram entrevistadas, faremos uma sucinta caracterização de suas vidas com o objetivo de apresentar algumas particularidades.

É importante mencionar que elegemos como critério de seleção a participação no Grupo “Colcha de Retalhos” pelo fato de ter sido um espaço que possibilitou o intercâmbio conosco, contribuindo para que nos aproximássemos de algumas expressões da vida cotidiana das mesmas.

Escolhemos as mulheres que possuíam união estável (casadas, amasiadas e outras formas de relacionamento contínuo) para podermos problematizar e melhor explorar a questão de gênero presente no espaço familiar.

Podemos ressaltar que todas elas trabalham na informalidade, sem carteira de trabalho e destituídas de direitos trabalhistas.

Pedimos, no momento da entrevista, para que cada mulher escolhesse um nome fictício para ser usado nesta pesquisa, com o intuito de manter todo o sigilo e o respeito por suas histórias de vida e os fatos relatados. Assim, chamar-lhes-emos, no decorrer de nossas análises, dos nomes escolhidos por elas, que foram:

- **MARIA 1**
- **PRETA**
- **MARIA 2**
- **CRISTINA**
- **ÉVELIN**

No quadro abaixo, que construímos para melhor identificar os sujeitos da pesquisa, podem ser observados elementos ricos para a compreensão da realidade familiar de nossas entrevistadas, além de possibilitar a percepção de alguns dos condicionantes ligados ao trabalho, renda familiar, configuração familiar e o acesso limitado às políticas sociais.

<u>Nome Fictício</u>	<u>Idade</u>	<u>Profissão/ Trabalho Atual</u>	<u>Renda Familiar</u>	<u>Números de pessoas/ Família</u>	<u>Configuração familiar</u>	<u>Escolaridade</u>	<u>Provedor Econômico</u>	<u>Acesso Prog/ Projetos</u> -
1) MARIA 1	52	Babá	112,00- Bolsa família +120,00 (babá)	6 pessoas/ 4 filhos+ marido e ela	Nuclear	Até a 4 série-incompleto	Mulher	Bolsa- família Grupo
2) PRETA	33	Lavadora/ Desempregada	100,00- Bolsa família	7pessoas/5 filhos+ marido e ela	Nuclear	Até a 4 série	Mulher	Bolsa-família Grupo
3) MARIA 2	26	Cozinheira	2 salários	5 pessoas/mãe, 2 filhos, sobrinho ela	Ampliada	Até a 4 série	Mulher (ela e a mãe)	Bolsa-família Grupo, saúde-medicação
4) ÉVELIN	33	Lavadora/ Desempregada	1 salário +40,00- Bolsa-família	5pessoas /3 filhos, marido e ela Mude a cor da letra desta coluna	Nuclear	Até a 4 série	Homem	Bolsa-família, Grupo
5) CRISTINA	29	Lavadora Colheita de laranja	+1 salário e meio +Bolsa – família- 44,00	4 pessoas (2 filhos, marido e ela)	Nuclear	Até a 4 série	Mulher/ Homem	Bolsa família/ Grupo

Quadro 1 - Identificação dos Sujeitos

Fonte: NEVES (2009) Pesquisa de campo realizada em novembro.

Todas as mulheres entrevistadas residem em bairros periféricos da cidade de Guaranésia-MG, em conjunto com suas famílias. No que tange aos aspectos educacionais, foi observado o pouco acesso à escolaridade, sendo que todas elas não conseguiram finalizar o ensino fundamental.

Outro dado também observado foi das entrevistadas se referiram ao recebimento do benefício social “Bolsa-Família” e apenas uma salientou que não o estava mais recebendo, pois o mesmo havia sido cortado.

Das cinco entrevistadas, quatro delas referiram ser chefes de família e em relação aos seus maridos e companheiros, a maior parte estava vivenciando o desemprego ou trabalhando em atividades temporárias.

As entrevistadas têm entre 26 a 52 anos, sendo que quatro delas mencionaram ser casadas há mais de cinco anos e apenas uma possui uma relação estável com seu companheiro (namorado).

Com relação ao número de filhos, houve uma variação de dois a cinco filhos. No que diz respeito à renda familiar, varia entre: menos de meio salário mínimo, até

o máximo, que são dois salários, ou seja, são famílias de baixa renda e com poucas possibilidades de consumo e acesso a um viver com dignidade.

A composição familiar atual dessas famílias varia de 4 a 7 pessoas residentes na casa.

Como pode ser observado na identificação acima, o que prevalece é o modelo de família nuclear composta de pai, mãe e filhos, sendo que apenas uma das entrevistadas (MARIA 2) reside com sua mãe e seus filhos . Tal dado demonstra que, apesar das várias modificações na forma de ser família ao longo da história, ainda prevalece o padrão nuclear na amostra pesquisada.

A partir da tabela construída, realizamos alguns gráficos, destacando:

- Renda familiar.
- Número de Integrantes das famílias.
- A relação entre número de integrantes x renda.
- A relação entre renda familiar x escolaridade.
- A relação entre a configuração familiar x renda.

Vejamos os gráficos a seguir e os dados contidos nos mesmos:

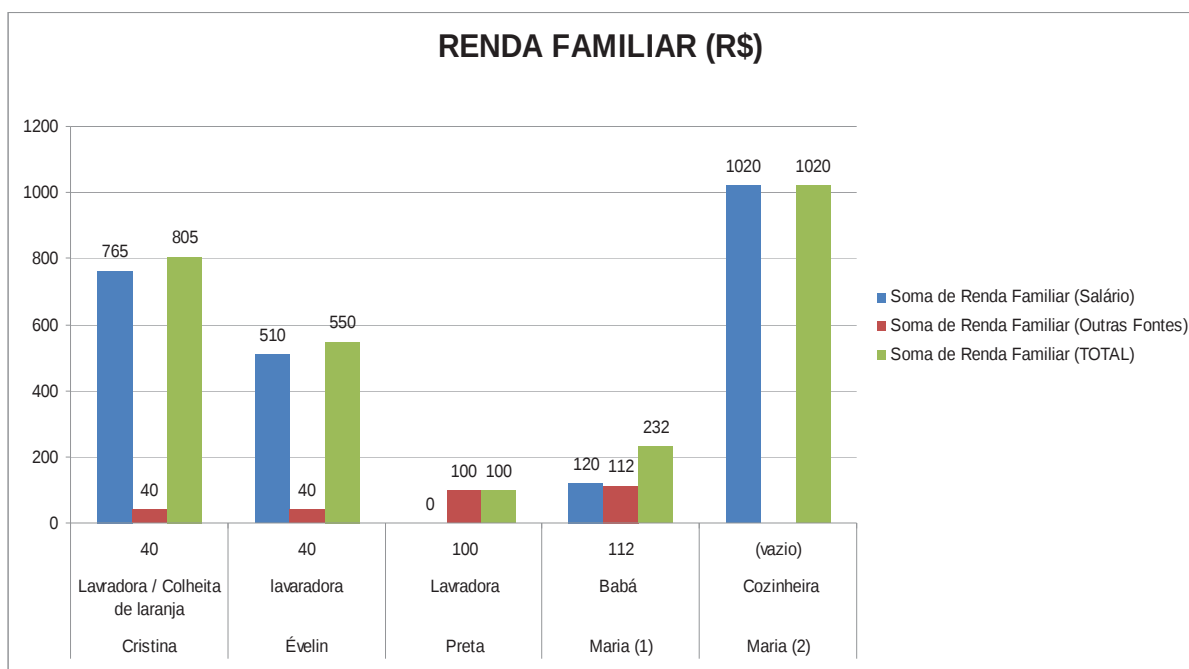


Gráfico1 - Renda Familiar

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Como pode ser verificado no gráfico acima, a renda familiar da maioria das mulheres é pequena, variando entre R\$ 100,00 ao teto máximo de dois salários²⁹ (R\$ 1.020,00). As ocupações das mesmas também não exigem níveis elevados de escolaridade.

Merece destaque que grande parte das mulheres sujeitos da pesquisa, por serem de baixa renda, recebe outro rendimento para complementar o orçamento, sendo que este não é proveniente do trabalho, mas do Programa Federal “Bolsa Família”.

Observemos no próximo gráfico a quantidade de integrantes no grupo familiar das mulheres entrevistadas:

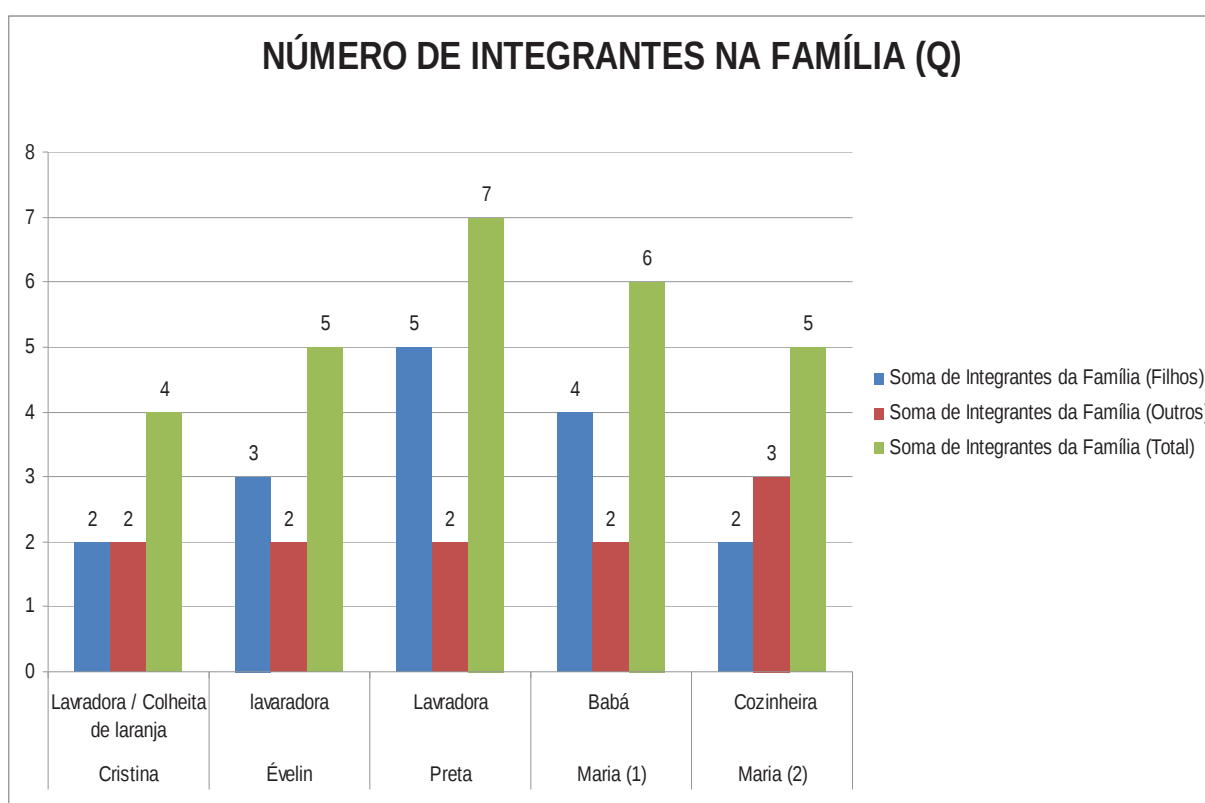


Gráfico 2 - Número de integrantes na família

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

No gráfico acima, está retratada a composição das famílias, considerando a quantidade de integrantes (pais, filhos e outros).

²⁹ O valor do salário mínimo considerado na época da realização das entrevistas era de R\$ 510,00.

É perceptível a predominância da família nuclear composta pelos pais e filhos, pois somente uma de nossas entrevistadas, “MARIA 2”, reside com outras pessoas (mãe e irmão), além de seus dois filhos, configurando num modelo de família ampliada.

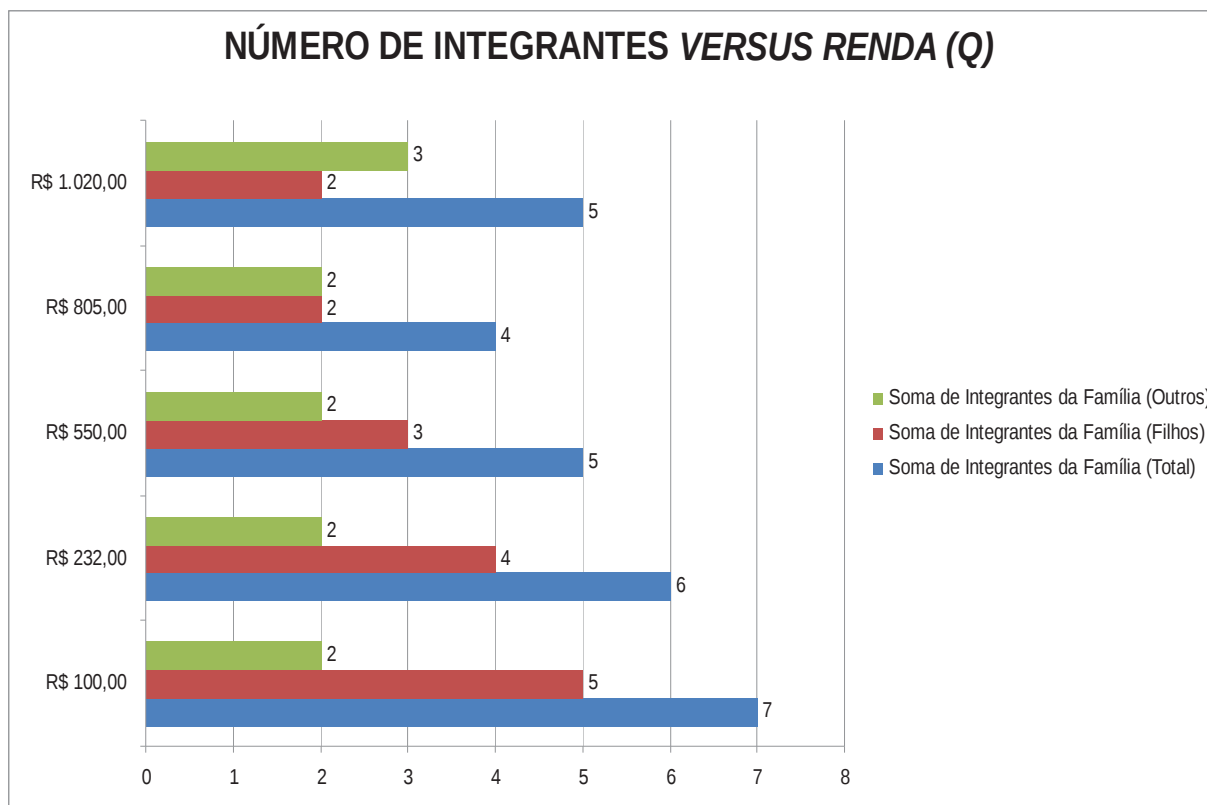


Gráfico 3 - Número de integrantes x renda

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Realizamos uma comparação no gráfico acima entre o número de integrantes das famílias e a renda total das mesmas. O interessante é que a família mais numerosa (“PRETA”), composta por sete pessoas, sobrevive com a menor renda, sendo que esta é proveniente apenas da “Bolsa-Família”, uma vez que, no momento da entrevista, alegou estar desempregada e seu marido também, motivo esse considerado como o mais grave para a qualidade da vida de sua família.

Se considerarmos que em nossa sociedade capitalista a maior parte da sociedade vive da venda de sua força de trabalho, a ausência do emprego contribui para aumentar o processo de exclusão social e precarização das vidas.

Outra variável que merece destaque é a maior renda, a qual é recebida pela família de “MARIA 2”, cuja configuração familiar não é aquela dominante (nuclear).

Este elemento nos remete à premissa defendida por alguns autores, como por exemplo: Mioto (2004) e Alencar (2006) quando afirmam que muitas famílias, nos dias atuais, unem-se com o intuito de garantir a sobrevivência de seus integrantes.

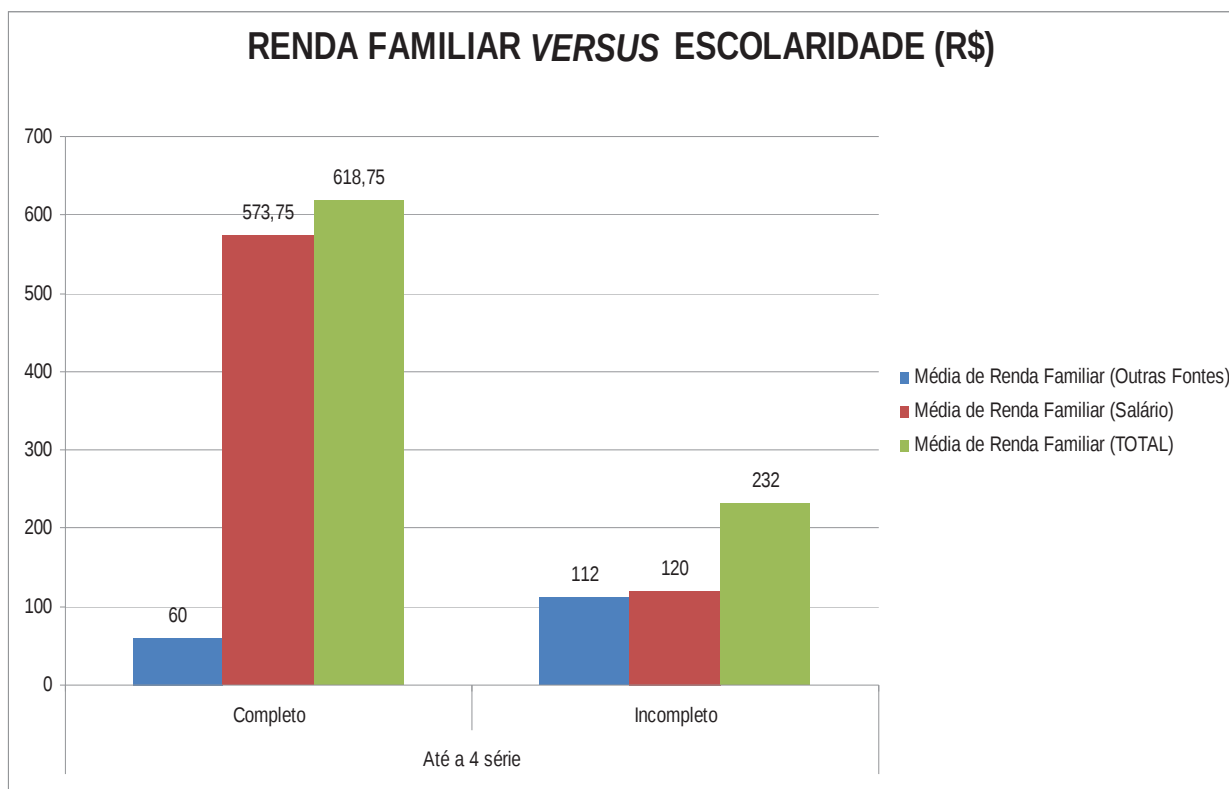


Gráfico 4 - Renda familiar x escolaridade

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

No gráfico 4, realizamos um paralelo entre a questão da escolaridade e a renda das famílias. É possível verificar que todas tiveram possibilidade de estudar somente até a quarta série do Ensino Fundamental, sendo que algumas não a concluíram e as que conseguiram concluí-la, possuem uma renda³⁰ maior do que as que não puderam finalizar.

Se levarmos em consideração que nas últimas décadas, com a Terceira Revolução Tecnológica, aliada ao processo de reestruturação produtiva em curso, intensificaram-se as exigências pela qualificação profissional e o estudo possui um espaço significativo neste novo cenário.

³⁰ A baixa escolaridade é apenas um dos indicadores que contribuem para diminuir as possibilidades de ascensão social, pois em nossa pesquisa, percebemos também que os trabalhos que as mulheres entrevistadas estão inseridas são precárias e pouca valorizadas financeiramente.

Todavia, vale enfatizar que milhares de pessoas que não conseguiram acompanhar tais mudanças e reivindicações do mundo do trabalho passaram a compor o rol de excluídos do sistema e dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, passam a ocupar os precários postos de trabalho, ficando à mercê dos baixos salários, condições subalternas e desprotegidas em seus espaços de atuação, além de necessitarem de outras fontes de renda, como os benefícios de transferência de renda, principalmente, o Bolsa-Família.

É possível perceber também no gráfico em análise que as famílias com menor escolaridade recebem mais renda advindas de recursos que não são o trabalho.

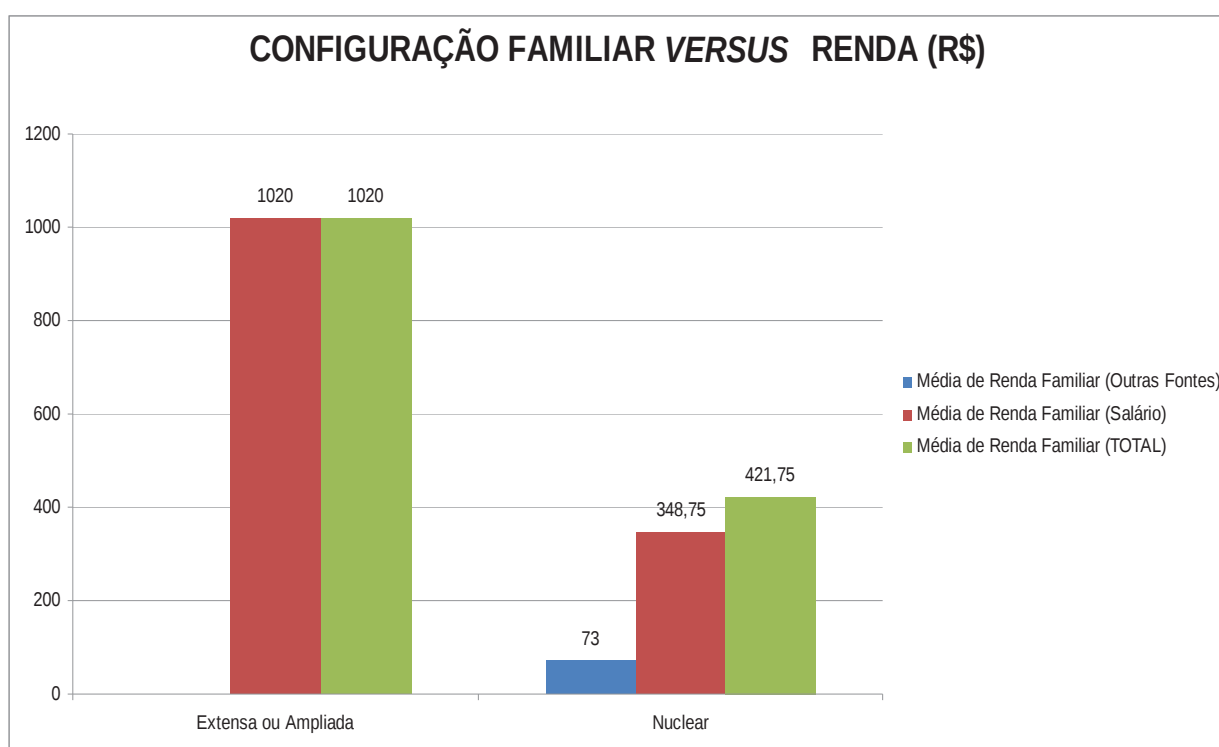


Gráfico 5 - Configuração familiar x renda

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Já no gráfico 5, procuramos realizar uma relação entre a média de renda familiar e a configuração familiar, conforme pode ser observado acima.

O resultado demonstra um dado interessante: a família ampliada da entrevistada “MARIA 2”, possui uma renda maior que as configurações nucleares. Tal questão vai ao encontro do que acreditamos: centenas de pessoas se unem em

família para garantir níveis melhores de qualidade de vida, bem como a própria sobrevivência.

Após essa breve caracterização de alguns aspectos da vida das protagonistas do estudo, passamos a apresentar o que antes estava invisível em meio às nossas abstrações: as categorias de análises.

Essas surgiram posteriormente às diversas leituras do material sistematizado, a partir das entrevistas realizadas em novembro de 2009 com mulheres do “Grupo Colcha de Retalhos”.

1.3.1 Vida cotidiana: apreensões e compreensões pela ótica feminina

Aparecem conteúdos relativos às atividades desenvolvidas pelas mulheres no seu dia a dia, sendo possível destacar que as próprias mulheres percebem a rotina ligada ao cuidado com os filhos. Outros elementos apreendidos dizem respeito à falta de perspectivas diferenciadas diante da vida:

Todo dia eu faço as mesmas coisas, a única diferença é que nos fins de semana eu não levo os filhos na escola, assim, eu não preciso acordar muito cedo, né. É eu também não costumo sair no fim de semana, não saio para lugar nenhum, pois não tem muito para onde ir e nem muito que fazer aqui na cidade. Meus sábados e domingos acabam sendo mesma coisa em termos de passeio e de serviço. (PRETA).

1.3.2 Famílias: significados, expectativas e cuidados

Estão presentes nesta categoria conteúdos associados à importância e à centralidade das famílias para a vida das mulheres, bem como as expectativas existentes em relação às suas próprias famílias. É possível perceber o papel da mulher como a cuidadora de seu lar e a atenção com os problemas existentes:

Família é tudo, né, abaixo de Deus, a minha família é tudo para mim na minha vida. Eu sou como uma leoa, em volta da minha cria, se

alguém tocar um dedo no que é meu, em minha cria, eu viro o bicho. (MARIA 1).

A família é algo importante para minha vida, sabe, [...] mas a minha, por exemplo, tá precisando de uma melhora boa, pois estamos com muitos problemas, que precisam ser resolvidos. (PRETA).

1.3.3 “Ser mulher” na realidade familiar: múltiplas jornadas de trabalho

São perceptíveis nesta categoria as várias jornadas de trabalho da mulher chefe de família, dividida entre as responsabilidades domésticas, os cuidados com seus familiares e, por outro lado, a inserção no mercado de trabalho considerada como uma necessidade para gerar renda e contribuir com o orçamento doméstico:

Tomo conta de duas casas e ainda cuido de minha mãe e meu irmão. São três casas praticamente . Eu tenho minha mãe com 74 anos, já é idosa, né. E também tenho um irmão que é deficiente e precisa de muitos cuidados e é eu que ajudo a cuidar deles. E não para por aí não, porque eu trabalho como babá todos os dias de segunda a segunda, sabe, porque eu preciso trabalhar para ajudar minha família. (MARIA 1).

1.3.4 O trabalho e seus contornos: faces da precarização no cotidiano das mulheres

Podem ser observadas nesta categoria as diferentes formas do trabalho precarizado, as quais não propiciam o acesso aos direitos trabalhistas que, outrora, foram conquistados. Assim, a informalidade é aceita pelas famílias, uma vez que é a forma encontrada pelas mesmas para garantir a sobrevivência de suas famílias, contudo sem propiciar o atendimento das necessidades básicas:

[...] eu não sou registrada na carteira, porque a pessoa que eu trabalho, não tem como, né, fazer isso. Praticamente, eu ajudo ela, porque ela trabalha na roça, paga para gente cuidar da criança, eu levo a criança dela, busco na escola todos os dia . Ela é pobre como a gente também: trabalha na cana -de - açúcar na Destilaria, ela não tem condições de dar um salário para mim...ela trabalha na panha de cana. Eu acabo ajudando. (MARIA 1).

[...] eu trabalho como lavradora e minhas horas de trabalho são cansativas, porque eu panho laranja e não é aqui no município não. A gente vai de ônibus pra frente de São Paulo, saímos por volta de 6 horas da manhã. Lá também a gente não está ganhando salário, por exemplo, a gente ganha por dia e depende de quantas caixas tira por dia, o tanto que você tirar é o que você vai ganhar. (CRISTINA).

1.3.5 A “des”proteção social e a questão social: manifestação na vida das famílias

Os conteúdos expressos nesta categoria estão ligados à ausência de proteção social efetiva para as famílias, tanto no espaço de trabalho, como nas diferentes instâncias da vida social, somada à não observância dos direitos sociais previstos nos aparatos legais.

Aparecem, também, informações que retratam as expressões da questão social na vida das famílias, as quais atravessam situações de desemprego, formas de violência, entre outras manifestações, que demonstram as dificuldades vivenciadas pelas mulheres em seu espaço familiar e a compreensão de que tais questões não podem ser entendidas como problemas isolados e particulares; pelo contrário, temos de contextualizá-las a partir da sociedade capitalista na qual estamos inseridos, cuja marca significativa é a desigualdade social e a alta concentração de renda:

Olha para você ver, já cheguei a desmaiar no cabo da enxada de tanto trabalhar. O tanto que trabalhei na roça a idade que eu estou... e a gente não tem valor nenhum...o INSS não quer ajudar a gente de jeito nenhum...é, eu acho que isso é a maior humilhação do mundo....até o médico de lá não trata bem a gente....desmoraliza a gente..tem um médico lá em Guaxupé. Eu levei um atestado médico da fazenda...só porque ele era ginecologista, o médico do INSS disse que ele não podia dar atestado para mim, disse que este médico não tinha nada ver com minha doença. O INSS é a maior humilhação do mundo, não é aquele médico que trata a gente com carinho com mansidão, com respeito, sabe? (MARIA 1).

Optamos por trabalhar com as categorias destacadas acima dividindo-as em dois capítulos, sendo que um deles está intitulado “VIDA COTIDIANA E

REALIDADE FAMILIAR: UM DEBATE PERTINENTE AO SERVIÇO SOCIAL” e trará alguns apontamentos sobre a relevância de entendermos o cotidiano como um espaço rico e desafiante de possibilidades de atuação para o assistente social.

Também versaremos, baseados nas falas e categorias sistematizadas, sobre os significados e as expectativas em relação às famílias de nossos sujeitos do estudo, bem como a rede de apoio encontrada pelas mesmas, nos momentos de conflitos, privações, entre outras situações.

Discutiremos as questões de gênero presentes no contexto familiar, a partir dos olhares e das experiências das próprias mulheres.

Posteriormente, no outro capítulo, cujo título “NA PONTA DA AGULHA: O TRABALHO PRECARIZADO, A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL E AS VIVÊNCIAS FAMILIARES, faremos uma reflexão sobre a precariedade das políticas sociais, as quais são importantes conquistas da população e dos movimentos sociais, contudo são construídas sobre um viés que pouco possibilita o acesso a um viver que contemple as necessidades básicas para uma vida satisfatória.

Por meio das entrevistas realizadas, observamos a informalidade como recurso construído pelas famílias, através do trabalho precarizado e destituído de proteção social e trabalhista, assim faremos tal discussão associada às expressões da questão social, as quais estão presentes nas relações cotidianas das mulheres (violência, trabalho, desemprego, entre outras).

Como poderá ser observado a seguir, nas divisões por dois capítulos propostos acima, procuraremos trabalhar numa abordagem que se aproxime da totalidade das falas das entrevistadas, e, para isso, tentamos unir as categorias: 1, 2, 3 no segundo capítulo para fins metodológicos. E, no terceiro e último capítulo, aproveitamos as categorias: 4 e 5, uma vez que essas estão ligadas entre si.

Para dar sequência ao nosso estudo, passemos ao segundo capítulo.

CAPÍTULO 2 VIDA COTIDIANA E REALIDADE FAMILIAR: um debate pertinente ao serviço social

Não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar sociologicamente o possível. (MARTINS, 2008, p. 12).

Priorizamos realizar neste capítulo uma reflexão sobre o cotidiano e a realidade familiar, pois entendemos que não há vida humana em qualquer contexto histórico que possamos estudar sem a presença do cotidiano e da cotidianidade. Nosso objetivo é compreender quais são os significados atribuídos pelas mulheres que colaboraram com nossa pesquisa às suas próprias vidas familiares.

Para isso, sentimos a necessidade de refletir sobre a relevância desta categoria para nós do Serviço Social, área esta, pertencente às Ciências Sociais Humanas.

Partimos do pressuposto de que a vida cotidiana nas últimas décadas tem sido alvo de diferentes estudos e interpretações dentro das áreas de humanas. Maria do Carmo Carvalho (2007) destaca que a vida cotidiana, faz algum tempo, se constituiu em centro de atenção do Estado e da produção capitalista no que diz respeito ao incentivo aos bens de consumo. Antigamente, tal estudo parecia ser relevante somente para os poetas, pintores, teatrólogos e romancistas, os quais procuravam captar, expressar ou revelar a vida cotidiana; ou então, conforme o autor supracitado (CARVALHO, M. C. B., 2007, p. 17), “[...] jornalistas interessados em relatar algumas das banalidades, tragicidades ou situações cômicas (quando vistas do exterior) que atravessam a cotidianidade.”

Vale destacar que os conhecidos estudos de: Lefebvre (1991), Heller (1985), Kosik (1976), Paulo Netto e Carvalho (2007), Martinelli (2006) e atualmente Martins (2008), contribuem para ampliar nossas visões sobre os determinantes estruturais e conjunturais que estão presentes nas análises concernentes ao cotidiano dentro de um viés crítico.

Em cada conjuntura histórica e modelo societário existente, as normas, os ritmos, as ideologias, os preconceitos são diferentes e sujeitos às modificações. Assim, as vivências da cotidianidade também se alteram em consonância com as classes sociais, os grupos e as comunidades nas quais os indivíduos já nascem

inseridos ou que escolhem ao longo da vida. No que tange à contemporaneidade, a questão da vida cotidiana é apresentada de um ponto de vista mais abrangente, conforme destaca Carvalho:

A vida cotidiana, esta vida de todos os dias e de todos os homens, é percebida e apresentada diversamente nas suas múltiplas cores e faces; a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias; um mundo de alienação; um espaço do banal, da rotina e da mediocridade; o espaço privado de cada um, rico em ambivalências, tragicidades, sonhos, ilusões; um modo de existência social fictício-real, abstrato-concreto, heterogêneo-homogêneo, fragmentário-hierárquico; a possibilidade ilimitada de consumo sempre renovável; o micromundo social que contém ameaças e, portanto, carente de controle e programação política e econômica; um espaço de resistência e possibilidade transformadora. (CARVALHO, M. C. B., 2007, p. 17)

Como destacado acima, observamos a amplitude de entendimentos do que seja o cotidiano. Não será possível, nesta pesquisa, realizar um aprofundamento acerca das teorias defendidas pelos diferentes autores que tecem críticas a vida cotidiana, todavia, achamos pertinente sintetizar algumas premissas defendidas por alguns dos autores mencionados anteriormente.

Agnes Heller, filósofa húngara, já bem conhecida na Academia Brasileira por sua teoria sobre a cotidianidade, muito contribui no desvelamento das estruturas inseridas na vida cotidiana, além da reflexão dos inúmeros condicionantes presentes na sociedade que interferem no dia a dia do indivíduo e nas relações sociais construídas por ele em sua comunidade.

Um dos focos de sua atenção diz respeito à relação dialética entre o ser humano particular e o genérico. Uma de suas grandes preocupações é analisar a unidade simultânea entre o ser particular e o ser genérico. Nas colocações da autora, a vida cotidiana é a vida do indivíduo, e esse é sempre:

[...] simultaneamente ser particular e ser genérico, [...] a particularidade expressa não apenas seu ser isolado, mas também seu ser individual. Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade (HELLER, 1985, p. 20).

A compreensão de ser genérico está ligada ao pertencimento ao gênero humano, ao ser social e esse se funda a partir do trabalho. Remetemo-nos, nesse

momento, às palavras do próprio Marx que, em 1844, quando escrevia os “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, destacava que “[...] o trabalhador não produz somente mercadorias³¹; ele produz a si mesmo” (MARX, 2006, p. 80). Todavia, sob a égide do capital, o trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, pois, com a valorização do mundo das coisas, dá-se o processo de desvalorização do mundo dos homens. Nessa ótica, o trabalho estranhado se torna um grande sacrifício, porque é forçado e obrigatório, uma vez que é por meio de sua força de trabalho, transformada em mercadoria, que o trabalhador procura garantir sua subsistência. Então, o trabalho não é, por isso, “[...] a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele” (MARX, 2006, p. 83).

Marx, com uma sutileza admirável, consegue nos chamar atenção sobre a necessidade de pensarmos na essência humana e não nos perdermos nos valores utilitaristas e mercadológicos das coisas permanecendo num processo permeado pela reificação, próprio do modo de viver oriundo do sistema capitalista.

O autor em destaque, no século XIX, já havia feito a crítica ao modo de viver de todos os dias em que a maioria dos homens permanece preso ao mundo da imediatez, carente de encontrar a inteireza do humano, ou seja, poder explorar todas as possibilidades e capacidades. Ao elaborar a crítica à propriedade privada, ele demonstra que esta é a expressão da vida humana estranhada, isto é, sob a hegemonia do capital, o homem torna-se destituído de sua própria vida, numa ânsia pelo *ter*. Assim, a propriedade privada nos fez:

[...] tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é nosso (objeto) se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, usado. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como meios de vida, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização. (MARX, 2006, p.108)

Agnes Heller, baseada nas ideias marxistas, concorda que o trabalho é a categoria fundante do ser social, já que é por meio dele que o homem transforma a natureza e se transforma também neste processo. Destarte, o trabalho socialmente

³¹ O conceito de mercadoria foi retratado de uma forma brilhante por Marx (1980, p. 41) e concordamos com o mesmo quando destaca que “ A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”

necessário, que propicia ao indivíduo se reconhecer naquilo que está sendo construído, possibilita o encontro com o gênero humano, diferentemente do trabalho alienado, estranhado, que não proporciona a emancipação dos homens e nem mesmo o desenvolvimento de suas potencialidades.

Esta forma que o trabalho assume em nossa sociedade capitalista serve como sobrevivência dos seres humanos, obstaculizando o processo criativo, pois com a divisão social e técnica do trabalho, há o processo de separação entre o produtor (trabalhador) e o produto final (mercadoria produzida).

Já o entendimento de ser particular está ligado à apropriação primária que o homem realiza para viver na cotidianidade de sua sociedade e atender a suas necessidades imediatas.

Nesse sentido, percebemos que a vida cotidiana se caracteriza por um espaço de tensão simultânea entre o ser genérico e o ser particular, que caracteriza a individualidade, uma vez que essa representa o desenvolvimento genérico. Partindo desse alicerce, a autora em destaque retrata que a vida cotidiana é a do homem inteiro, uma vez que ninguém consegue distanciar-se totalmente dela.

A participação do homem na vida cotidiana se dá em todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade, contudo, dificilmente esse processo é realizado de uma maneira intensa e abrangente, uma vez que as situações tendem a ser encaradas de forma superficial.

Não obstante, os homens na cotidianidade:

[...] colocam em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se nem de longe, em toda a sua intensidade. (HELLER, 1985, p. 17).

É possível dizer, pautada nas análises hellerianas, que a cotidianidade constitui-se como mediação entre o indivíduo particular e a história. Dentro desse entendimento, o viver cotidiano é a base da construção da história, pois é a instância que possibilita aos indivíduos as condições para romper com a alienação³² e rumar

³² Para Heller (1985, p. 37), a vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela mais propícia à alienação. E destaca que a alienação; “[...] é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade.”

ao encontro de suas potencialidades genéricas, uma vez que a “[...]a vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas” (HELLER, 1985, p. 24). Todavia, tais escolhas podem tornar-se inteiramente indiferentes dentro do âmbito moral, como também estar moralmente motivadas para a autora.

Nesse sentido, o envolvimento do homem com a questão da moralidade, do compromisso pessoal diante das decisões assumidas no cotidiano, favorece a elevação da particularidade à esfera da genericidade.

O debate sobre a questão da moral em nossa sociedade pode ser encontrado em Barroco (2001), que em seus estudos sobre a ética pautada na ontologia do ser social, traz-nos uma importante contribuição acerca do papel ideológico da moral que atende a interesses privados em nossa sociedade burguesa dividida por classes sociais antagônicas entre si. Esses apontamentos caminham com as premissas defendidas por Heller. Ela demonstra que, no momento em que os indivíduos situados na realidade histórica incorporam determinados papéis e comportamentos tendem a reproduzi-los espontaneamente.

Dentro desse viés, há uma tendência na vida cotidiana de que as escolhas realizadas pelo homem moderno nem sempre se constituam em um exercício de liberdade.

“Na sociedade de classes, a moral cumpre sua função ideológica, precisa: contribuir para uma integração social viabilizadora de necessidades privadas, alheias e estranhas às capacidades emancipadoras do homem.” (BARROCO, 2001, p. 45).

Conforme sinteticamente retratamos, as análises defendidas pela filósofa húngara são oportunas para o âmbito do Serviço Social, já que, nos diferentes espaços de trabalho, o assistente social lida com a vida cotidiana dos usuários. Esses são indivíduos inteiros mesmo “em tempo de divisas e de gente cortada³³”, os quais sofrem com as ínfimas alternativas de melhoria e de ruptura com a ordem vigente. Todavia, ainda assim é possível que os mesmos conduzam suas vidas e situem-se como protagonistas da própria história. Trazendo tal debate para o Serviço Social, buscamos em Iamamoto (2003) apontamentos relevantes diante da crise atual que vivenciamos e, diante dela, o desafio posto ao trabalho profissional do Assistente Social é :

³³ Este trecho foi retirado de Carlos Drumond de Andrade (1983, p. 166) em seu conhecido livro: “Nosso tempo-poesia e prosa”. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

[...] re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciaram, não **só como vítimas, mas como sujeitos** que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2003, p. 75, grifo nosso).

Embasados em Heller, verificamos que a mesma, de uma forma brilhante demonstra sua visão dialética, pois, embora acredite na força da alienação e dos limites do cotidiano por constituir-se como uma esfera heterogênea e mais favorável à alienação, diz-nos que “[...] não é impossível empenhar-se na condução da vida, mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação. Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização” (HELLER, 1985, p. 41).

Por outro lado, é inegável que muitos indivíduos atendidos pelos assistentes sociais, em seus espaços de trabalho, assimilem a ideologia dominante e acreditem que são culpados pela pobreza e precariedade de suas vidas. Nesse contexto, lembremos às ponderações do educador Paulo Freire, quando elucida que:

É importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação. Daí a culpa que sentem eles, em determinado momento de suas relações com o seu contexto e com as classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa. (FREIRE, 1997, p. 92).

Georg Lukács³⁴, filósofo húngaro e mestre de Agnes Heller, sempre atento à tradição marxista, deixou um valioso legado para o entendimento sobre os componentes ontológico-estruturais das situações da vida cotidiana. Para o autor, a cotidianidade é insuprimível, ou seja, não existe sociedade sem essa esfera, não há ser humano sem o viver cotidiano e para que o homem, enquanto ser social, possa produzir e reproduzir-se, necessita de tal espaço dentro da história.

Assim, o cotidiano não está descolado da dimensão da História. Para ele, as determinações essenciais do cotidiano podem ser resumidas em três dimensões: a

³⁴ Paulo Netto e Carvalho (2007) no artigo “Para a crítica da vida cotidiana” destaca que Agnes Heller, até os inícios da década de 1970, era fiel discípula de Lukács, porém, posteriormente ela se afastou das posições lukácianas e também do marxismo.

heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva que caminham ligadas entre si, ou seja, a vida cotidiana é constituída por fenômenos simultâneos, permitindo a intersecção das atividades como: a linguagem, jogo, vida política, trabalho e vida privada. Esses elementos demonstram a heterogeneidade de interesses do indivíduo, contudo as ações dos mesmos são realizadas de forma automática, espontânea e imediata. Assim, mobilizam em cada homem:

[...] todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força; a sua heterogeneidade e imediatividade implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam. (PAULO NETTO; CARVALHO, 2007, p. 67, grifo do autor)

A partir dessas questões, é possível perceber que Heller e Lukács sugerem algumas possibilidades de suspensão do cotidiano por meio do trabalho, da arte, da ciência e da moral. Tal processo de suspensão é que permite a passagem da esfera singular ao humano-genérico e, quando esse se torna frequente, a apreensão do cotidiano se torna mais enriquecida. Nessa caminhada, a experiência cotidiana se por um lado é atravessada pela reprodução social, paradoxalmente, é também o espaço de enfrentamento e alternativa de mudança da realidade.

Uma outra contribuição sobre a questão do cotidiano no cenário atual, pode ser encontrada nas análises do Sociólogo José de Souza Martins (2008). O autor demonstra em seus estudos a riqueza da vida cotidiana do homem simples³⁵, a qual é atravessada em nossa sociedade, por formas de dominação e de alienação que contribuem para distorcer o entendimento da história e do próprio destino. Um elemento interessante que o referido autor destaca no início de sua obra diz respeito às lutas e intempéries presentes na vida dos homens, sendo que, para ele:

“[...] todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido.” (MARTINS, 2008, p. 9).

³⁵ Para Martins (2008) cabe ao homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, enveredado pelos caminhos da alienação ter como propósito, mudar de vida e fazer a História.

A transição do século XX para o XXI pode ser caracterizada por constantes modificações societárias, as quais repercutem em todas as instâncias da vida social, impondo uma sociabilidade frágil e fragmentada ao homem moderno.

O ser humano fica, em muitos momentos, destituído da capacidade de se reconhecer como sujeito e protagonista de sua existência. Assim, as escolhas e possibilidades de mudanças a partir do próprio cotidiano, ficam relegadas a segundo plano, ou estranhas ao mesmo.

Segundo Martins (2008, p. 10), se considerarmos a sociedade brasileira a qual é “[...] dividida de muitos modos, marcada pela diversidade de tempos que se adiantam e que se atrasam, negando-se por isso a falta de coerência, ainda que aparente, que é tão característica das sociedades propriamente modernas” a questão se intensifica, pois nessa adversidade resta saber como a História se manifesta na vida de todo dia do cidadão brasileiro.

Embasados em tal aporte e questionamento, continuamos com as ideias preconizadas pelo autor:

Como no tempo miúdo da vida cotidiana, travamos o embate, sem certeza nem clareza, pelas conquistas fundamentais do gênero humano; por aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo; de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade. Uma vida que, além do mais, tudo parece falso e falsificado, até mesmo a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos. (MARTINS, 2010, p. 10).

Nessa vereda, as profissões que surgem dentro da divisão social e técnica do trabalho são chamadas a responder ou conversar de diversas formas com a realidade contemporânea e também desafiadas a dar respostas aos múltiplos problemas existentes. Sendo assim, o conjunto de profissões é afetado por tais alterações, exigindo olhares multifacetados diante desse novo contexto.

Dentro dessa perspectiva, pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa:

[...] afirmar que ele participa de um movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos –projeto de classes para a sociedade- cria o terreno

sócio-histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 25).

Em consonância com o pensamento de Iamamoto (2008), acreditamos que para nós que atuamos dentro do âmbito do Serviço Social e que temos um projeto ético-político-profissional³⁶ que prevê o compromisso com a construção de uma sociedade melhor, a temática relativa à vida cotidiana ganha destaque pelo traço característico da profissão: seu caráter interventivo, ou seja, o assistente social atua em seus diversos espaços socioinstitucionais, com seres humanos situados em seus diferentes cotidianos, permeados pelas mudanças estruturais em curso.

Sendo assim, a atuação deste profissional no cenário cotidiano é de “[...] uma riqueza ímpar e aí se institui uma particularidade de nossa profissão, pois esta é uma profissão de natureza interventiva, com um profundo significado social” (MARTINELLI, 2006, p. 15).

Tendo em vista essa discussão, precisamos estar sintonizados com as metamorfoses em voga para desvendarmos de uma forma adequada as tramas conjunturais e as forças sociais existentes, a fim de que não adotemos visões e posturas deterministas que naturalizam a questão social existente em nossa sociedade e que se reflete de maneira distinta no cotidiano dos cidadãos que utilizam os Serviços Sociais e políticas públicas.

Concordamos com a Assistente Social Gleny Guimarães (2000, p. 27) que em seu estudo historiográfico sobre a vida cotidiana destaca que refletir sobre o cotidiano é

[...] pensar em tudo aquilo que se refere ao dia-a-dia das pessoas: as vivências, as experiências, as atitudes, as atitudes mecanizadas ou refletidas, os desejos, a ação profissional. O cotidiano é a vida de todo homem na sua simplicidade e complexidade, na sua diversidade e unicidade.

³⁶ Paulo Netto (2000, p. 95) contribui para um melhor entendimento do que seja este projeto ético-político, demonstrando que de alguma forma ele relaciona-se com o projeto societário mais amplo. Em suas palavras “[...]os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais.”

E por outro lado, tal entendimento também contribui para que não caiamos no outro extremo que é a postura messiânica, heróica da prática profissional. Iamamoto (2003) faz crítica a essa prática adotada por muitos Assistentes Sociais que não levam em consideração em suas intervenções diárias os vários elementos conjunturais em curso. Para ela, o messianismo profissional pode ser entendido como “[...] uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política, sem confrontá-la com a possibilidade e limites da realidade social” (IAMAMOTO, 2003, p. 22).

A autora supracitada nos ajuda a demonstrar a importância de conhecermos o cenário cotidiano, para que desenvolvamos práticas profissionais coerentes e atentas ao contexto político-econômico-social vigente. Maria Lúcia Martinelli (2006) também tece comentários relevantes sobre a questão da intervenção profissional no cotidiano. Para ela, é no espaço de interação entre:

[...] estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza. (MARTINELLI, 2006, p. 14-15).

Nas perspectivas apresentadas pelas autoras, percebemos que o entendimento do cotidiano não está pautado em uma visão de algo repetitivo sem substancialidade e amorfo, mas sim, como uma instância permeada por contradições e complexidades múltiplas, oportunizando o desvelamento e a problematização da realidade.

Em síntese, podemos dizer que as interlocuções com os autores mencionados no decorrer do texto possibilitaram-nos compreender algumas nuances da vida cotidiana, situando-a numa instância contraditória e complexa, no espaço de reprodução das relações sociais e também como o lugar de questionamento da realidade e resistência.

No que tange à questão do cotidiano feminino (assunto este que estaremos posteriormente desenvolvendo) na contemporaneidade, é inegável que as diferentes mudanças que se fizeram presentes ao longo dos tempos, interferiram no dia a dia desse expressivo segmento.

Não obstante, quando consideramos a temática classe social, aliada à questão de gênero, notamos que, apesar das conquistas inegáveis (que foram frutos

de movimentos sociais e reivindicações históricas), as mulheres pobres continuam com níveis precários de trabalho, tanto dentro do cenário doméstico (difícilmente rompem com as funções e papéis atribuídos, naturalizados como femininos), como nos espaços produtivos, uma vez que o processo de reestruturação produtiva penaliza de uma forma intensa o segmento feminino, corroborando, ainda na atualidade, a discriminação e dominação sofrida pelas mulheres.

Observemos as considerações de Antunes (2008) em sua destacável obra “Riqueza e Miséria no Brasil”, quando aponta que as mudanças no mundo do trabalho intensificam as relações de exploração no que concerne ao trabalho feminino, chegando a afirmar que se criou um movimento de feminização entre homens e mulheres.

Em relação à divisão sexual do trabalho, à medida que se desenvolviam os processos de automatização do trabalho, presenciou-se um movimento de feminização entre homens e mulheres. [...] Uma série de mecanismos sociais de discriminação reproduzidos e intensificados nos ambientes de trabalho - estruturou relações de dominação e de exploração mais duras sobre o trabalho feminino. (ANTUNES, 2006, p. 21)

Ao que parece, a maioria das mulheres brasileiras, como é pobre, trabalha muito mais por uma questão de luta pela sobrevivência do que realização pessoal, uma vez que os espaços de trabalho não oportunizam o desenvolvimento das capacidades criativas e enriquecedoras.

Outro elemento histórico que agrava tal quadro e intensifica a situação de precarização³⁷ das vidas das mulheres é a dupla ou tripla jornada diária de trabalho (SOARES, 2001). Ou seja, além de trabalhar vendendo sua força de trabalho, essas ainda cuidam dos filhos, familiares e também são responsáveis em desenvolver todas as atividades ligadas à esfera doméstica, como: cozinhar, lavar, arrumar a casa, entre outras funções que contribuem para a garantia da dimensão reprodutiva. Essas questões aparecem sobremaneira nos depoimentos de nossas entrevistadas, como poderão ser vistas posteriormente.

³⁷ Petersen (1997, p. 24) em seu texto “Homens e mulheres: enfim, as desigualdades estão acabando” traz-nos dados relativos ao Relatório de 1995 do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), apontando que “[...] as mulheres são hoje responsáveis por 70% das horas trabalhadas em todo o mundo, mas em contrapartida, detêm tão somente 10% da renda mundial. Ainda, o referido relatório indica que 70% de 1,3 milhões de pessoas que vivem abaixo da pobreza absoluta e dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres. Também é dito no relatório que, se as mulheres recebessem pelo trabalho doméstico não-pago, circulariam no mundo mais de 13 milhões de dólares.

Sintetizamos essa parte de nossos apontamentos, citando Marx (2006, p. 111, grifo nosso) que nos convida a encontrar a essência humana:

O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da **essência humana**, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural.

2.1 O cotidiano de famílias: significados, fragilidades e rede de apoio

“São casas simples com cadeiras na calçada e na fachada escrita em cima que é um lar, pela varanda flores tristes e baldias com a alegria que não tem onde encostar [...] E eu que não creio peço a Deus por minha gente, é gente humilde que vontade de chorar” (Chico Buarque).

Diversos são os conceitos, visões e entendimentos do que seja a família e seu significado para os indivíduos. Sendo assim, neste capítulo, achamos viável trazer uma reflexão inicial sobre o entendimento da família na contemporaneidade dentro de um ponto de vista teórico e, em seguida, apontamos as falas de nossos sujeitos da pesquisa que retratam várias questões que iremos discutir. É importante retratar que não pretendemos dividir nosso estudo de uma forma dual, pois a realidade por ser constituída de vários elementos interrelacionados precisa ser visualizada de uma forma conectada.

Alguns estudiosos discorrem sobre a configuração e metamorfose da família ao longo da história, desde a sua forma mais rudimentar até as suas transformações no tempo, ocasionadas por um conjunto de fatores de ordem histórica, social, econômica, política e cultural. Tais elementos demonstram que a discussão sobre a família é desafiante e complexa, quando visualizada dentro de uma perspectiva

dialética³⁸ de compreensão da história como algo inacabado, em constantes mudanças, contradições e superações.

Nesse sentido, a família como instituição social é constantemente afetada pelas alterações vivenciadas nas diversas sociedades, com seus respectivos valores, posicionamentos ideológicos e relações sociais, não podendo ser compreendida como uma instância neutra, estática, acabada e uniforme.

No que diz respeito às análises acerca da constituição da família brasileira, é relevante considerar que a mesma contou com a participação de vários povos, os quais por meio de suas culturas, costumes e história, contribuíram para o germe da nação brasileira, favorecendo uma rica diversidade étnico-racial.

Neder (2004), ao discorrer sobre a organização das famílias na realidade brasileira demonstra essa multiplicidade, reforçando a premissa de que não há antropológicamente e historicamente um modelo padrão e regular de organização familiar pautado na herança da família patriarcal, da qual deriva a família nuclear burguesa presente na trajetória da modernidade. Igualmente, afirma que muitos estudos relacionados à família no Brasil, a analisam de uma forma fragmentada, tornando-se necessário abrir novos caminhos interpretativos e menos preconceituosos.

Outra fonte valiosa de entendimento da família patriarcal se encontra na obra de Gilberto Freire (1998), intitulada “Casa Grande e Senzala”. O mesmo elucida que esse modelo esteve presente entre os séculos XVI ao XX, sendo composto principalmente pelo patriarca, sua esposa, seus filhos legítimos, englobando também os parentes, serviçais e escravos. Assim, nesse modelo de família, a figura da autoridade e do poder centrava-se no chefe de família (o patriarca), que controlava os negócios, sustentava materialmente a família, mantendo a ordem familiar, primando pela indissociabilidade do patrimônio. Já a *sinhazinha*³⁹, caracterizava-se pela docilidade, mansuetude, sendo que suas atribuições eram voltadas para o espaço doméstico e submissão ao esposo.

Correa (1982) e Sâmara (1986), em suas análises acerca da família brasileira em suas particularidades regionais, desmistificam a ideia de que a

³⁸ “A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns.” (KOSIK, 1976, p. 20).

³⁹ Denominação destinada à mulher da família patriarcal.

família patriarcal foi a única forma predominante no Brasil colonial, uma vez que a mesma coexistiu com muitos outros modelos de família estabelecendo modelos de viver opostos aos difundidos pela elite conservadora que estava no poder.

Esses dados denotam que existiram especificidades no que dizem respeito às relações familiares em seus diferentes Estados. Como exemplos, as autoras destacam que as famílias nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia (as quais foram marcados pela mineração-extração de diamante e ouro), contrapunham-se ao modelo patriarcal descrito por Freire (1998). Não obstante,

[...] essa diferença devia-se ao contexto sócio - econômico e cultural da região, que possuía um perfil urbano, pois a mineração imprimia que o funcionamento e a estruturação do estado se regessem por normas e bases que atenderam as necessidades dessa realidade. (ÁLVARES, 2003, p. 26).

Os critérios de renda, classe social e trabalho determinaram de uma forma expressiva a configuração de diferentes modos de ser família e os papéis sociais exercidos pelos integrantes da mesma. Figueiredo (2001) retrata que grande parte das mulheres mineiras pertencentes às camadas mais empobrecidas da população trabalhava para ajudar no sustento material, realizando atividades como costureiras, rendeiras, cozinheiras e algumas delas também compartilhavam as funções com o sexo masculino nas profissões de: alfaiataria, tecelagem e panificação.

No que diz respeito à prática da mineração, as escravas participavam no processo, carregando as gamelas com pedras a serem lavadas. Outros trabalhos, como cuidar das roças, criações, lavouras agrícolas e comércio também eram exercidos por essas mulheres.

O autor aponta também que, nesse período, grande parte das famílias mineiras, como em outras regiões do Brasil, constituía-se em uniões sem compromisso formal e oficialização da igreja, contudo o casamento entre os próprios brancos era incentivado, objetivando manter os interesses das relações colônia - metrópole para perpetuar a pureza das raças. As condições de vida da população eram precárias e por isso eram elevadas as taxas de mortalidade.

Vale ressaltar que, com o surgimento e consolidação do sistema capitalista que traz impactos na esfera econômica, social, política, cultural e ideológica,

modificam-se as relações sociais favorecendo uma maior divisão de tarefas e papéis sociais exercidos pela mulher e pelo homem.

Engels (1997), pautado na concepção materialista do entendimento da história, demonstra que a produção e reprodução da vida imediata são os fatores decisivos na análise da realidade. Suas análises acerca da origem da família, da propriedade e do estado, constituem-se como fonte imprescindível para compreender como ocorreram modificações nas estruturas familiares com a solidificação do capitalismo, sistema esse pautado na propriedade privada dos meios de produção e na extração da mais-valia.

Um marco decisivo para a consolidação desse novo sistema produtivo é a Revolução Industrial, onde a mulher passa a ser incorporada no âmbito produtivo, todavia, sob condições degradantes, pois para atender aos imperativos do expansivo e acelerado processo de acumulação e produção de mercadorias, passa a ser submetida à extenuante jornada de trabalho e a salários irrisórios que nem minimamente garantem a sobrevivência. Soares destaca que tal processo contribuiu significadamente para revolucionar a vida das famílias. Desta forma, “[...] a família, efetiva e representativamente, é considerada ideologicamente, a célula da sociedade, pois a reprodução humana assegurada pela família mantém as necessidades de força de trabalho industrial e de mercado. A família se torna o operário em potencial.” (SOARES, 2001, p. 58).

No modelo de família burguesa e nuclear, o marido era considerado a maior autoridade do lar, exercendo o controle e função de provedor econômico. Já para as esposas, eram designados os cuidados com o espaço doméstico, cabendo educar seus filhos, sendo preparadas desde a infância para submissão ao marido e exercício ao papel materno.

Soihet (2001), ao analisar como viviam as mulheres pobres do Brasil e as formas de violência enfrentadas na transição do século XIX para XX, demonstra que essas exerciam atividades externas para contribuir com o sustento de suas famílias, não correspondendo às características e estereótipos atribuídos ao “sexo frágil”. Assim, as famílias das camadas populares e as mulheres pertencentes às mesmas, apresentavam configurações diferentes das divulgadas pelo ideário burguês reinante no imaginário social, e geralmente eram mais suscetíveis a todas as formas de opressão, conforme salienta a autora:

[...] as mulheres das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados as suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no mundo do trabalho, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam muito, em sua maioria não eram formalmente casadas. (SOIHET, 2001, p. 367).

Assim, como foi brevemente aludido, as diversas realidades familiares sofrem profundas interpretações e modificações de acordo com a conjuntura social. Igualmente, a partir dessas reflexões é possível perceber que as recentes transformações no quadro atual das famílias brasileiras estão intrinsecamente ligadas ao processo sócio-histórico apresentado. Pensamos ser impossível discutir a questão familiar, sem considerá-la dentro de uma complexa trama social e histórica.

A partir destas questões é significativo pontuar que o processo de metamorfose nas organizações familiares não aconteceu de maneira “natural e pacífica”, já que a colonização⁴⁰ brasileira deixou marcas expressas de violência e que ainda se fazem presentes até os nossos dias. Neder (2004), em seus estudos sobre a configuração das famílias no Brasil, demonstra como a escravidão aliada ao autoritarismo e à violência se constituiu como elemento determinante nos conflitos familiares e para o desmembramento dos vínculos e identidades construídas. Em suas palavras, a escravidão⁴¹,

[...] tem marcado a sociedade brasileira, qualquer que for o viés interpretativo a ser adotado; e geralmente não descartam uma reflexão sobre a escravidão negra no país. um outro ponto a ser frisado para encaminhar a argumentação : ainda que considere a diversidade das famílias africanas, os historiadores tem mapeado alguns aspectos específicos e recorrentes na organização familiar dos escravos. Assim o **autoritarismo** e a **violência** da escravidão são responsáveis pela separação entre casais, pais e filhos e outros parentes e amigos provocando a perda de vínculos e crises de identidade. (NEDER, 2004, p. 39, grifo do autor).

⁴⁰ Santos (1994), em seus apontamentos sobre o racismo dentro do processo de colonização brasileira, relembra que o Brasil foi o último país a abolir a escravatura.

⁴¹ Segundo Martins (2008, p. 32), há no mundo, hoje, pelo menos 12 milhões e 300 mil cativos, os quais se encontram nas economias emergentes, que recorrem à escravidão como um instrumento de acumulação primitiva aliada à reprodução do grande capital. Em suas palavras: “[...] um fato desalentador é o de que a escravidão não só ocorre em direta relação com a grande economia globalizada, mas também o de que as modalidades tradicionais de trabalho forçado estão se modernizando”.

No que diz respeito às características dessas famílias na contemporaneidade, é válido pontuar que, apesar de supostamente não existir mais escravidão, é inegável que o século XX deixou marcas significativas de opressão e estratégias disciplinares concernentes às relações trabalhistas e familiares, as quais se fazem presentes em nossos dias. Destacamos que, com o processo de globalização, urbanização, revolução tecnológica, movimentos feministas, descobertas científicas, aumento da oferta de trabalho para as mulheres, exigência de maior nível de escolaridade e acesso a informações, entre outros fatores que merecem ser analisados com acuidade, corroboram que é impossível se pensar em apenas um padrão e conceito de família como ideal e perfeito. Nesse sentido, diante da heterogeneidade existente, observamos que:

[...] a família pode ser definida com um núcleo de pessoas que convive em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura na qual está inserida. (MIOTO, 1997, p. 120).

No que diz respeito ao impacto de todas essas mudanças dentro do contexto societário, muitos estudiosos, como Ricardo Antunes⁴², demonstram que as profundas modificações ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho alteraram as organizações do processo de produção e, por consequência, favoreceram novos imperativos na ordem capitalista.

Com o processo de reestruturação produtiva e as alterações na esfera trabalhista, intensificaram-se os desdobramentos da questão social⁴³, uma vez que propiciou a precarização nas formas de trabalho, elevando o índice de desemprego e trabalhos sazonais e informais, além do desmonte dos direitos trabalhistas. No que diz respeito à realidade brasileira, foi na década de 1990⁴⁴ que,

⁴² Antunes (1999) traz uma preciosa contribuição acerca da problemática que envolve o trabalho na sociedade capitalista, mostrando as profundas metamorfoses pelas quais o trabalho vem passando. O mesmo demonstra a centralidade dessa categoria em nossos dias.

⁴³ Muitos foram os estudos realizados discorrendo acerca da questão social, todavia, no presente trabalho, essa será entendida como fazendo parte “[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO, 2003, p. 77).

⁴⁴ “Se o processo de reestruturação produtiva no Brasil, durante os anos 1980, teve uma tendência limitada e seletiva, foi especialmente a partir da década de 1990, inicialmente com Collor e depois com FHC, que ele se ampliou sobremaneira” (ANTUNES, 2006, p. 20).

[...] a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*⁴⁵, dos sistemas *just-in time*⁴⁶ e *kanban*⁴⁷, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas (ANTUNES, 2006, p. 18).

Nesse ínterim, partimos da prerrogativa de que as famílias empobrecidas são as que mais sofrem e resistem em seu cotidiano para garantir a sobrevivência aos seus integrantes, além de, muitas vezes, serem alvos de diferentes formas de preconceito, penalização e desproteção social, pois no atual estágio do capitalismo brasileiro, visualizamos constantes enxugamentos da força de trabalho e subcontratações.

Podemos dizer, neste contexto, que a flexibilização e o processo de desregulamentação dos direitos sociais conquistados, assim como a terceirização, aliada às novas formas de gestão da força de trabalho, contribuem para a baixa remuneração e à superexploração da força de trabalho. Esses elementos mencionados intensificam o quadro de insegurança por parte dos indivíduos que são obrigados a vender sua força de trabalho dentro de uma esfera incerta, flexível e em condições precárias.

Igualmente, as famílias esbarram em políticas sociais focalizadas e compensatórias que, muitas vezes, não conseguem atingir os diferentes segmentos dentro de uma perspectiva emancipatória e abrangente. Então, “[...] o que se verifica de fato é uma pauperização e uma queda crescente da qualidade de vida das famílias brasileiras” (MIOTO, 2004, p. 47).

Kaloustian (1998), em seu clássico estudo sobre a família brasileira, atribui à mesma um papel expressivo e radical, sendo que esta é entendida pelo autor como a base de tudo. A ela cabe o papel de garantir a sobrevivência, o desenvolvimento e a proteção plena de todos os seus integrantes, além de ser a instância prioritariamente responsável em possibilitar o bem-estar de todos. Nesse sentido, a definição de família, bem como seu papel dentro da sociedade, é atrelada à questão material, afetiva, educativa e cultural.

⁴⁵ De acordo com Antunes (2006), significa: “linha de produção”.

⁴⁶ Também conhecido como “estoque mínimo”, conforme Giovanni Alves (2000, p. 46).

⁴⁷ O método Kanban é um dos dispositivos do toyotismo e, “[...] possibilita que os padrões de operação sejam evidenciados a cada posto de trabalho” (ALVES, G, 2000, p. 47).

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos, sobretudo material, necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, e em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (KALOUSTIAN, 1998, p. 12).

Pensamos ser importante a definição do autor supracitado para nossas análises, tendo em vista que, nas entrevistas realizadas com as mulheres que participaram de nossa pesquisa, pudemos observar que são diferentes as compreensões e as expectativas em relação às realidades familiares delas, contudo, é na família que são construídas as possibilidades de sobrevivência e o fortalecimento dos laços de solidariedade.

Outro aspecto que nos despertou a atenção foi que em todas as falas percebemos que a questão familiar constitui-se como um elemento central em suas vidas, independentemente de suas configurações, dos limites existentes e de todas as fragilidades presentes no cotidiano; assim, é perceptível o papel elementar da família dentro do dia a dia das mulheres entrevistadas.

Dessa maneira, concordamos com José Filho (1998, p. 46) quando afirma que cada indivíduo possui uma acepção distinta do que seja família, entretanto, é inegável sua relevância na formação dos indivíduos.

O significado da família para cada indivíduo pode ser muito diferente, entretanto é certo que todas as pessoas vieram de uma família, seja ela como for, e é fato real que essa relação teve e tem a ver com o desenvolvimento educacional, moral, religioso de cada indivíduo dentro da sociedade. O homem necessita de algo para protegê-lo, ensiná-lo e guiá-lo por algum tempo, pois este é um fato natural da humanidade.

Muitas de nossas entrevistadas fazem jus às palavras de José Filho e atribuem à família o espaço de proteção e cuidado, constituindo-se como a base da sociedade. Tal questão pode ser visualizada nos depoimentos de nossas entrevistadas: “ÉVENIN” e “CRISTINA”. Vejamos suas considerações sobre o significado da família para as mesmas:

Família é tudo para mim e para a minha existência, eu acho que é a base de tudo na sociedade e , se não tivermos paz em nossa casa, é uma família desestruturada, sem chances de encontrar a felicidade. Por isso que sempre penso que sem a família a gente não conseguiria viver de jeito nenhum (ÉVENIN).

Minha vida seria amarga e triste se eu não tivesse minha família. Com eles, eu posso lutar pela uma vida com mais paz, pois o mundo dos dias de hoje, é demais complicado e maluco. Então eu sempre penso que o jeito mesmo é aceitar que a família é meu ninho, onde precisamos todos de cuidados e também de Deus, pois sem ele também a gente não dá conta não de passar pelas dificuldades bravas (CRISTINA).

As mulheres em destaque reforçam a crença da família como o elemento essencial para viver em sociedade.

“ÉVENIN” salienta a importância de existir paz dentro do espaço familiar para favorecer a felicidade e evitar o processo de “desestruturação familiar”⁴⁸, chegando a afirmar que, sem a presença de sua família, não seria possível viver, ou seja, sua família é a coisa mais significativa ela possui.

“CRISTINA” também traz um dado interessante que é o aspecto religioso. Percebemos em sua fala que a crença em Deus, associada à importância da família, são quesitos consideráveis para que consiga suportar as dificuldades do mundo atual.

Ainda nos reportando à “CRISTINA”, percebemos que o apoio mútuo se faz presente no espaço familiar e representa algo positivo diante das vicissitudes da vida. Percebe-se que a família surge como uma forma de identidade e realização pessoal, uma vez que ela destaca que não conseguiria viver se não tivesse sua família, demonstrando, assim, que a sua realização pessoal está vinculada à organização familiar.

É possível entender ainda que há elos de parceria e de companheirismo entre todos: marido, mulher e filhos, elemento este que contribui para reforçar o senso de coletivo e de união, conforme a fala a seguir:

⁴⁸ José Filho (1998, p. 40) como um grande estudioso atento às questões que envolvem a família ao longo dos tempos, aponta que, as diferentes modificações desencadeadas pela dinâmica global das forças produtivas, aliadas ao novo contexto econômico político e social, afetam as políticas públicas e o papel do Estado, influenciando nas relações familiares. Para o autor, a visível desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação pela qual ela vem passando ao longo dos tempos, assim “[...] não podemos enxergar só ‘desestruturação’ na família, mas verificar os porquês da transformação sob uma visão de transição de novos valores na sua dinâmica de desenvolvimento frente a novos problemas que enfrenta.”

[...] a base do marido é a gente e da gente é o marido. O meu marido é a base, eu sou a base do meu marido e dos meus filhos, a gente se une para seguir em frente: um conta com o outro para unir forças e seguir em frente, é desse jeito na minha casa e ainda bem que eu tenho eles e que a gente tenta ser unido, porque senão fosse o companheirismo eu acho que não daria conta sozinha. (CRISTINA).

É interessante perceber, através da fala supracitada, que a entrevistada valoriza a base-alicerce para a constituição da estrutura familiar, conseguindo identificar que os membros da família se espelham um no outro, servindo como exemplos. Nesse sentido, ela menciona que marido e mulher devem ter uma base para que possam exercer as funções parentais e dar o suporte aos filhos. Através das falas, ela aponta a necessidade de poder contar com a ajuda um do outro, em outros termos, de que cada um exerça o seu devido papel como membro da família, não sobrecarregando ninguém.

“MARIA 1”, nossa outra entrevistada, reforça a centralidade da família em sua vida e o amor que nutre por todos os seus membros: marido, mãe, filhos, netos, demonstrando que não conseguira viver se não existisse sua família. Observemos sua fala:

Sem a família agente não vive [...] a família é um pedaço da gente: filho, marido, mãe e outras pessoas. [...] é uma felicidade completa na vida da gente. É um pedaço da gente.. Eu amo muito a minha família, é um ser que a gente nunca dispensa. Não tenho como descrever muito certo o meu sentimento, eu só posso dizer que amo minha família de coração: meus filhos, netos, bisneto. Tudo isso é a vida da gente, e se torna uma bola de neve, porque a gente só existe em função da família. [...] abaixo de Deus, é minha família, meus irmãos. A gente tem que cuidar, zelar, dar carinho, amor, e sem o amor a gente não vive sem ele a gente não vive, ele queira ou não é o nosso pai. Peço a Deus que ilumine a todas as outras famílias..só por Deus...eu dou graças a Deus porque ele é o nosso escudo. Agradeço por ter a família que tenho...cheio de erros, cheio de faltas, de dificuldades, mas é a minha família...eles são especiais...e amo cada um deles de uma maneira tão especial... a minha família também é o CEGG...tanto em casa como aqui...nós somos uma família. Lembra,né? Pois a família é tudo o que existe do mais importante. (MARIA 1).

Percebemos também em seu relato que ela não idealiza sua realidade familiar como sendo perfeita, uma vez que descreve que existem muitos erros,

dificuldades e falhas. Não obstante, atribui uma expressiva valorização das relações construídas no núcleo familiar.

O interessante na fala de nossa entrevistada é a valorização de sua família e o espaço que esta ocupa na sua vida, sendo que ela chega a concluir que, sem a presença de sua família, a vida fica destituída de significado. Nesse caso, a identidade pessoal acaba sendo referenciada como coletiva, uma vez que os membros da família e ela são como se fossem a mesma coisa, ou seja, ela é a família que tem.

Outra questão que nos chama atenção é o entendimento da família de uma forma ampliada, pois, para ela, extrapola a visão nuclear, formada por seu marido e filhos. Ela cita seus netos e bisnetos como sendo integrantes de sua família e ainda inclui os vínculos construídos no CEGS, por meio de sua vivência no Grupo “Colcha de Retalhos,” como de grande importância, chegando a incluí-los como parte de sua família. Como pode ser observado, a definição da família para a “Maria 1”, está atrelada às pessoas que marcam sua vida e são consideradas relevantes dentro do âmbito afetivo.

Percebemos que esta entrevistada, em particular, apresenta uma visão hierárquica sobre o que é relevante, mostrando que acredita que Deus está numa esfera superior e que, abaixo dele, vem a família. Ela revela que ama a família real, ou seja, aquela que ela tem (mesmo que esta seja falha), diferente de muitas pessoas que têm o modelo fixo de ideal de família, e que só existe na fantasia, fruto da influência ideológica que prevê um modelo familiar harmonioso, nuclear e sem dificuldades.

Já “PRETA” destaca que sente muito orgulho de sua família, principalmente de seus filhos que são talentosos, cheios de saúde, beleza e aptidões. Observamos na fala da entrevistada que esses representam algo muito importante e se constituem como fonte de realização para sua vida:

Família é muito importante, com certeza. Eu tenho uns filhos⁴⁹ muito saudáveis, bonitos. Tenho uma filha muito talentosa, ela toca violão muito, o pai também toca, mas ela toca muito, é meu orgulho. Meus filhos, tenho um de 14, o Ricardo, Julieta de 16, Carlos de 8, Vilma de 10 e o Roberto de 3 aninhos. Todos eles fazem capoeira, sabe? Até, agora, eles estão fazendo capoeira ali na pracinha.

⁴⁹ O nome dos filhos de nossa entrevistada e de todos os outros que serão citados no decorrer do capítulo foram trocados para garantir o sigilo necessário à condução da pesquisa.

Eu tenho muito orgulho de todos os meus filhos porque eles não são de ficar pela rua a fora. Porque eu sei bem como é perigoso se eles ficarem na rua sem nada para fazer, aí as coisas complicam né, porque lá, a gente não sabe o que os filhos ta fazendo, e também de como eles tá sendo tratado pelas pessoas em geral. (PRETA).

Algo que nos chama atenção na fala da entrevistada é a associação que ela faz da rua como algo pejorativo e perigoso. Tal fato nos remete às considerações de Rizzini (2008), que em seus estudos sobre as políticas públicas para a infância no Brasil na transição do século XIX para o XX, demonstra que a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social e de competência do Estado. Assim, a criança passa a ser percebida como: “[...] valioso patrimônio de uma nação; como chave para o futuro, um ser em formação que, tanto pode ser transformado em homem de bem (elemento útil para o progresso da nação) ou num ‘degenerado’ (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos).” (RIZZINI, 2008, p. 24, grifo do autor).

Vale pontuar que a fala de “PRETA” não pode ser analisada isoladamente do contexto societário em que vivemos, o qual veicula ideologias⁵⁰ que são, na maioria das vezes, introjetadas por nós sem uma reflexão mais aguçada. Ou melhor, nessa situação, percebemos a insegurança dela em deixar que seus filhos fiquem na rua, uma vez que o estar na rua tornou-se, socialmente, sinônimo de “oficina do crime”, de bandidagem, da construção de um “menor” que coloca em risco sua vida e da própria sociedade. Conforme a autora em destaque, a categoria menor, divide a infância em duas, passando a simbolizar:

[...] aquela que é pobre e potencialmente perigosa, abandonada ou em perigo de o ser; pervertida. Em seu nome, justificar-se-à a criação de um complexo aparato médico-jurídico-assistencial, cujas metas eram definidas pelas funções de prevenção, educação , recuperação e repressão. (RIZZINI, 2008, p. 26).

Nas palavras da mãe entrevistada, percebemos o significado negativo que a rua ocupa em relação aos seus filhos, os quais ainda são crianças e adolescentes,

⁵⁰ É interessante a definição de ideologia feita por Thompson (2002, p. 76), que a associa às relações de poder e dominação, sendo que ela opera de várias maneiras e utiliza estratégias de construção simbólica. Nessa vereda, “[...] estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.”

além de observarmos que no referido espaço não é possível que a mesma tenha um controle das ações de seus filhos, motivo esse que lhe causa preocupação.

Acerca desse assunto, achamos conveniente a reflexão do antropólogo Roberto DaMatta, que em sua valiosa obra: “A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil” retrata as particularidades dessas duas instâncias (casa e rua). Para o autor, dentro do espaço da casa, adotamos formas de ser diferentes das posturas construídas na rua. Assim, “[...] em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para a nossa presença e opinião, querer um lugar determinado na hierarquia da família” (DAMATTA, 1997, p. 20). Mas, na rua, nos constituímos em indivíduos anônimos, soltos, e muitas vezes descomprometidos com interesses comuns e alheios a defesa do patrimônio público, uma vez que pouco foram trabalhadas na sociedade brasileira as questões do patriotismo e do senso de cidadania, as quais pressupõem os cuidados não apenas com os interesses individuais, mas também coletivos. Daí, que o espaço da rua⁵¹ passa a ser associado a algo pejorativo. Sobre essa questão, DaMatta nos diz que:

[...] somos quase sempre maltratados pelas chamadas “autoridades” e não temos nem paz nem voz. Somos rigorosamente ‘subcidadãos’ e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo. Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum. (DAMATTA, 1997, p. 20)

Ainda com base nos comentários de “PRETA” sobre o seu cotidiano familiar, observemos como ela destaca as consequências do desemprego para sua vida:

O único problema mais forte na minha família é o desemprego, porque, através da falta de dinheiro surgem os outros problemas na nossa vida em família. Não tem como não, sem o danado do dinheiro a coisa fica muito difícil, porque a gente não tem nada guardado como alguns têm outros lugares que pode mexer, para comprar o que precisa. (PRETA)

⁵¹ “Não preciso acentuar que é na rua que devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral-ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até mesmo bons pais de família. Do mesmo modo, a rua é local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, conforme diz o ditado [...]” (DAMATTA, 1997, p. 55).

Na narrativa acima, foi possível perceber que o grande problema existente em sua família é o desemprego, pois o mesmo desencadeia outros tipos de situações difíceis, já que ela mesma reconhece que não dispõe de reserva de dinheiro (capital) para recorrer quando necessita comprar algo.

Tais elucidações vêm ao encontro das reflexões que acreditamos, pois de um ponto de vista materialista, o elemento determinante na história é a produção e a reprodução da vida imediata, ou seja, os indivíduos para manterem a sobrevivência necessitam de produzir seus meios de existência (precisam de alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, entre outras necessidades), que contribuem para a própria reprodução, ou melhor, a perpetuação da espécie.

Nas palavras de Engels (1995, p. 2):

[...] o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie.

Não obstante, sob a égide desse modelo de produção capitalista de que fazemos parte, a maioria dos seres humanos, para garantir a manutenção de suas vidas, precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário.

No momento em que o indivíduo não consegue trabalhar e passa a compor o rol de pessoas desempregadas, ou nas palavras do próprio Marx (1980, p. 56), inclui-se no “exército industrial de reserva”, tal situação se torna grave, pois coloca em risco sua própria sobrevivência, já que não conta com outras formas de gerar renda. E, por outro lado, também não possui capital para se garantir nos momentos de crise financeira. Essa reflexão perpassa a fala de nossa entrevistada que tece comentários sobre as consequências do desemprego para a vida familiar:

O grande problema na minha família é a falta de emprego porque devido a isso surgem brigas, discussões e outros problemas. Não tem jeito de viver não. Como a gente vai pagar a conta de luz, água e comprar alimentos, né. (PRETA).

Essa elucidação de nossa entrevistada vai ao encontro das análises de Alencar (2004), quando retrata os efeitos deletérios do desemprego para o cotidiano

familiar, uma vez que a ausência de renda intensifica a situação de vulnerabilidade social, dificultando que a família garanta manutenção de sua sobrevivência e, por conseguinte, atinja patamares desejáveis de dignidade. Assim, passa a recorrer ao apoio de pessoas (pertencentes à família ou não necessariamente) para suprir às necessidades concretas, como: pagamento de luz, água, ajuda com alimentação, entre outras situações de dificuldades que fazem parte do cotidiano.

Vejamos as pontuações das mulheres que colaboraram com o nosso estudo sobre essa questão:

A minha sogra muitas e muitas vezes me ajuda um pouquinho. Ajuda assim, falta um arroz, um leite ou tem algumas vezes que ela também paga água e a luz porque senão a gente fica no escuro, ou mesmo passa até falta de água, porque não temos dinheiro não (PRETA).

Meus filhos e meus irmãos, tanto na carne como na fé, me ajudam. Meu marido não faz nada pra mim, não adianta eu esperar alguma coisa dele. Minha filha é que mais conversa comigo nos momentos difíceis e nos momentos que preciso de dinheiro, eu não tenho com quem contar, só vivo com esse pouquinho que Deus multiplica (MARIA 1).

A Roberta, minha amiga, sempre me ajuda. Ela sabe o dia em que eu estou triste, quando eu também estou feliz. Nós duas somos assim: uma já olha para a outra e sabe o problema da outra e a gente tenta se ajudar para seguir em frente e não parar de jeito nenhum (MARIA 2).

Geralmente, as minhas amigas de igreja me ajudam nos momentos mais complicados, uma apoiando a outra. Tenho uma irmã de sangue que eu tenho mais contato e que é geralmente a que se dispõe a apoiar (ÉVENIN).

Meu irmão é o que mais fica presente e sei que posso contar, mas a gente não convive porque ele mora muito longe, mas a hora que eu ligar ele está pronto para me ouvir e me ajudar no que for possível (CRISTINA).

Em consonância com as narrativas de nossas entrevistadas, percebemos que a família se constitui, prioritariamente, no principal mecanismo de apoio e proteção utilizado pelas mulheres, diante das intempéries tanto materiais, como também de natureza emocionais ou em outros momentos de dificuldades, que não são enfrentados sozinhos por essas.

Acompanhemos a explicação de Alencar (2004) quando retrata as dificuldades enfrentadas pelas famílias que atravessam as situações de desemprego e outras privações que as fragilizam e, por outro lado, não dispõem de diferentes formas de proteção que resolvam efetivamente os problemas existentes:

Em um contexto social marcado pelo aumento do desemprego, no qual torna-se cada vez mais difícil a obtenção do trabalho assalariado e por consequência, o acesso à cidadania, a família vem se tornando, talvez, quase a única possibilidade real para os indivíduos proverem as suas necessidades, principalmente diante da inoperância ou mesmo ausência de mecanismos de proteção social que levem em consideração os efeitos sociais recentes dos problemas originados da precarização do trabalho. (ALENCAR, 2004, p. 63).

Concordamos com a elucidação de Alencar (2004), ao demonstrar que a família, no contexto atual marcado pela precarização do trabalho, associado ao ordenamento neoliberal e à ausência de políticas sociais efetivas, seja a instância a quem os indivíduos mais recorrem para garantir a sobrevivência cotidiana e prover suas necessidades.

Passemos, a seguir, a fazer algumas considerações sobre as relações familiares trazidas por “MARIA 2” que, ao falar de sua família, aponta que alguns conflitos que existiram entre seus irmãos deixaram mágoas, a ponto de ela não mais reconhecê-los como parte da mesma e não querer reconstruir o sentimento de irmandade existente: “[...] a minha família hoje é, para mim, a minha mãe e meus dois filhos: a Geovana e o Felipe e mais ou menos o meu irmão, o Fábio.” (MARIA 2).

Questionamos se ela não se dava bem com seu irmão, já que nos havia relatado que ele era mais ou menos parte de sua família. Vejamos sua explicação: Digo mais ou menos porque o restante de meus irmãos morreu. Eles não existem mais.

(Morreu?) (entrevistadora)

Morreu para mim, dentro de mim!

Eles fizeram muitas coisas que eu não gostei. E aí, hoje a gente passa perto e não se olha mais, dói às vezes, mas eles não existe mais. Quando meu pai era vivo, éramos mais unidos. O meu pai era a base, o alicerce, entende como isso é? (MARIA 2).

A fala de nossa entrevistada veio carregada de tristeza e dor, assim não nos sentimos à vontade e nem no direito de questionar os motivos que a levaram a se afastar e seus irmãos consanguíneos, percebemos apenas, que a dificuldade em

lidar com as situações adversas fez com que a mesma rompesse os laços com o irmão, de modo que essa ruptura foi nomeada por ela como morte.

Outro elemento que observamos é a centralidade da figura paterna (que representa o “patriarca” da família) e seu legado na vida da mesma, já que ocupava um lugar elementar na vida familiar. Também é possível entender a dificuldade existente em reconstruir sua família após o falecimento de seu pai, haja visto que a figura paterna representava base e alicerce, de modo que a morte dele simbolizou quebra de estrutura familiar, na qual a base ficou comprometida, pois “MARIA 2” destacou que quando este era vivo havia mais união.

Tendo em vista a questão parental que atravessa a fala da entrevistada em questão, buscamos em Strey (2007, p. 22) a explicação de que:

[...] a parentalidade é um dos mais estressantes e demandadores papéis da vida, embora seja um dos papéis para os quais os adultos recebem menos preparo e apoio. Pais e mães na contemporaneidade enfrentam muitos desafios, incluindo a crescente pobreza, o isolamento da família, poucos apoios para as famílias e o decrescente sentido de comunidade [...] Antes de se ser “si mesmo”, se é “filho” ou “filha” de alguém, se nasce no seio de uma família.

Assim, conforme o entendimento de Strey (2007), concordamos que são várias as dificuldades vivenciadas na contemporaneidade, englobando desde as questões subjetivas como as concretas, como o desemprego e o aumento da pobreza, as quais são situações que comprometem as relações parentais e sentido de comunidade.

As ponderações feitas por “MARIA 2” nos remeteram também às reflexões de Ávila (2010, p. 56), que em seu estudo sobre a condição do sujeito na contemporaneidade destaca que a história construída pelos indivíduos está em constante mudança, assim, “[...] pessoas nascem e morrem a todo instante e é através do movimento de vida que a história se compõe. Idéias, fatos, e acontecimentos cotidianos articula-se em processo que resulta em fatos históricos de relevância.”

Observemos a fala de “MARIA 2” que destaca a importância de seu pai:

Eu costumo falar que a base da minha família era o meu pai, depois que ele morreu, acabou tudo. Posso-te dizer que é a pessoa que eu sinto mais falta neste mundo inteiro. Mas eu sei que ele precisava

ter ido, pois ficou muito doente, mas fazer o quê. Ele era a família, a base de tudo.

É perceptível que a perda do pai de “MARIA 2” provocou mudanças drásticas e relevantes no cotidiano familiar da mesma, inclusive na sua própria concepção de família, uma vez que parece que o pai se constituía o centro de sua família, representado o elo e a base de união entre os membros familiares .

A partir das falas de nossas entrevistadas, pudemos perceber que a família constitui-se como epicentro na vida das mulheres. Foram citados obstáculos existentes nos cotidianos dessas, que são permeados por: situações de desemprego, ausência de dinheiro, conflitos intrafamiliares, óbito, medo, insegurança, entre outros. Entretanto, foi possível compreender que sem o apoio mútuo que existe na maior parte dessas famílias, aliado ao significado positivo de viver em família para as mulheres, talvez as situações destacadas pelas mesmas tornar-se-iam ainda mais difíceis de serem vivenciadas.

Baseado no entendimento acima, compartilhamos da teoria defendida por Martins (2008, p. 12), que nos diz que “[...] o relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta”, uma vez que pudemos (mesmo que de uma forma fragmentada e limitada), adentrar-nos em alguns espaços do cotidiano das mulheres por nós entrevistadas e percebermos situações particulares que passam despercebidas e até mesmo ocultas para elas mesmas , mas que são elementos ricos na condução de suas vidas e nas tramas da história por elas construídas.

Igualmente, tais elementos destacados nos levam a finalizar este item do capítulo, pautado nas observações de DaMatta (1997, p. 92) que, de uma forma feliz e crítica, salienta que na realidade brasileira; “[...] há milhões que vivem sem conta bancária, número de INSS ou cartão de crédito. Mas ninguém existe de modo social pleno sem ter uma família e uma rede de laços pessoais imperativos e instrumentais.”

Para dar continuidade a nossas análises, discutiremos a seguir algumas questões de gênero que se fazem presentes no cenário familiar de nossas protagonistas da pesquisa, levando em consideração, as respectivas experiências de vida e a compreensão de que a família como instituição social contraditória e conflitiva reproduz as relações sociais, todavia produz também valores e ideias que

possibilitam a formação e constituição de sociabilidade *rompendo* ou *mantendo* os conceitos, as formas de ver e viver, e de se relacionar no mundo.

2.2 Relações de gênero no contexto familiar: olhares femininos e experiências de vida

“Lava roupa todo dia, que agonia.” (Luis Melodia).

No âmbito desta discussão, contextualizamos os significados da vida cotidiana, bem como algumas apreensões por parte de nossos sujeitos da pesquisa que, ao narrarem determinadas atividades desenvolvidas em seus respectivos dias, demonstram suas rotinas de trabalho permeadas pelos cuidados com o espaço doméstico e, concomitantemente, com sua família.

No que tange à questão do cotidiano feminino na contemporaneidade, é inegável que as diferentes mudanças que se fizeram presentes ao longo dos tempos interferiram no dia a dia desse expressivo segmento, todavia há muito ainda para se conquistar. Tal situação se complexifica quando consideramos a questão de classe social, uma vez que as mulheres pobres continuam com níveis precários de vida e poucas possibilidades de romper com as funções e papéis atribuídos e, muitas vezes, naturalizados como sendo de “mulher”.

Em alguns momentos das falas das mulheres entrevistadas, lembramo-nos das elucidações de Engels (1997), que retrata a escravidão da mulher no seio da família, desde seus primórdios da civilização e o processo crescente de subordinação feminina em vários períodos históricos, mais precisamente, com o surgimento do capitalismo e da propriedade privada e do Estado.

Para ele, a passagem do matriarcado para o patriarcado, constitui-se como sendo um retrocesso para o sexo feminino, que passa a ser visualizado como um instrumento apenas de reprodução e prazer. Nas palavras do autor:

[...] a reversão do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino. O homem passou a governar também a casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do prazer do homem, e um simples instrumento de reprodução. Essa condição humilhante para a mulher, tal qual como aparece, notadamente

entre os gregos⁵² dos tempos heróicos e, mais ainda dos tempos clássicos, foi gradualmente camuflada e dissimulada, e também, em certos lugares, revestida de formas mais amenas, mas não foi absolutamente suprimida. (ENGELS, 1997, p. 39)

Nesse momento de nossas ponderações, é oportuno destacar que compreendemos, conforme as reflexões realizadas inicialmente neste capítulo, sobre os condicionantes presentes no cotidiano: repetição dos gestos e papéis, visões fragmentadas e pontuais constituem-se como o cenário mais favorável ao processo de alienação, uma vez que as ações desenvolvidas pela maioria das pessoas são realizadas de uma forma mais imediatista e superficial, permanecendo nas esferas singulares.

Achamos conveniente tal explicação para não parecermos preconceituosos nas análises das entrevistas realizadas e também, de antemão, explicitar que ao nos referirmos à instância doméstica, consideramo-la como parte de uma realidade social mais ampla, permeada por contradições e complexidades. Também registramos que nosso entendimento de gênero pauta-se na análise de Saffioti (2004, p. 116), pelo fato da autora apreender tal conceito entrelaçado às relações sociais em que os homens e as mulheres encontram-se envolvidos. Assim, gênero para a autora em destaque diz respeito “[...]às representações do masculino e do feminino, às imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter – relacionadas.”

Partindo dessa compreensão, acreditamos que a questão de gênero é transversal e perpassa todos os âmbitos da vida social e, por representar a construção social do masculino e feminino, pode ser apropriada e reproduzida nas diversas instâncias da vida social⁵³ de formas diferentes. Em nosso estudo, como um dos objetivos está direcionado à realidade familiar, pudemos apreender algumas relações de gênero presentes no cotidiano das famílias.

Após o exposto acima e embasadas nas entrevistas e experiências de vida das mulheres que colaboraram com nossa pesquisa, percebemos que o espaço doméstico de nossas protagonistas é preenchido pela rotina dos cuidados com os

⁵² Na Grécia antiga, as mulheres juntamente com as crianças, não eram consideradas cidadãs e viviam enclausuradas no âmbito doméstico, onde aprendiam a costurar e a tecer. (ENGELS, 1997).

⁵³ Concordamos com Guiraldelli (2010, p. 64) quando explica que a perspectiva de gênero pode ser representada, questionada e reproduzida nos “[...] diversos espaços sócioinstitucionais como a escola, a igreja, os sindicatos, os meios de comunicação de massa, os movimentos sociais, a família e também, pode ser reflexo de atitudes e idéias disseminadas nas relações sociais estabelecidas entre os diversos grupos societários.”

netos, os filhos e as atividades da casa. Assim, tal trabalho parece não ter fim e ocupa uma grande parte do tempo das mulheres, como podemos perceber no relato de uma entrevistada que, ao expor suas atividades cotidianas de segunda a domingo, destaca que sua única atividade diferenciada é participar, por três vezes na semana, do culto religioso, espaço este que parece proporcionar-lhe alegria e refúgio contribuindo para romper com sua rotina doméstica:

De segunda a sexta-feira eu trabalho conforme você está por dentro, né?. Nas quartas e quinta-feiras e sábado eu vou a noite para a igreja no horário das 7 horas as 9 horas, eu tenho esse período que faço algo diferente. Depois, o resto, é só trabalhar, trabalhar e trabalhar, assim a única coisa diferente que eu faço na minha vida é isso, o resto é só trabalhar. Fico o dia todinho só trabalhando e cuidando dos netos e dos filhos. (MARIA 1).

Tal depoimento vai ao encontro das análises e indagações de Nogueira (2006, p. 17), a qual defende a ideia de que a mulher, nos dias atuais, é uma trabalhadora assalariada como os homens, repartindo a responsabilidade do sustento familiar, ou mesmo sendo a provedora principal da família. Não obstante, fica uma pergunta em aberto no que diz respeito à divisão de tarefas entre os homens e mulheres dentro da esfera doméstica: “[...] as atividades domésticas não deveriam também sofrer uma substancial transformação da divisão sexual do trabalho?”

No íterim das considerações de nossa entrevistada, pudemos visualizar as diferenças de gênero presentes na vida da mesma e o entendimento das funções e papéis sociais “femininos” e “masculinos” demonstra que ela fora educada para os encargos com a família, ou seja, está presente a naturalização do trabalho doméstico contemplando os cuidados com a casa, filhos e ainda se estende aos netos.

Assim, a fala de nossa entrevistada nos faz concordar com Torres (2002, p. 59), que destaca o importante papel da educação na transmissão e conservação de normas de conduta que contribuem na diferenciação entre homens e mulheres. Nesse sentido, observamos que:

[...] há uma diferença bastante acentuada entre educação do menino e a da menina. A menina é iniciada na divisão sexual de encargos dentro da família, estabelecendo-se uma delimitação de papéis ditos “femininos” para que ela desempenhe antes mesmo de transpor as fronteiras da casa para a escola, enquanto o menino recebe educação que visa enaltecer o caráter, a força de vontade, a coragem, o heroísmo e a compreensão do dever, necessários ao bom desempenho de suas funções na vida pública.

Após essas considerações, trazemos a fala de “CRISTINA”, que nos relata parte de seu cotidiano, o qual é muito parecido com as demais entrevistadas que dividem seu tempo com os cuidados com a família e atividades na igreja:

À tarde, eu chego em casa e vou para a igreja, aí, depois eu chego e fico com a família. E, nos finais de semana, as vezes, a gente sai e no domingo eu vou para a igreja. Domingo à tarde, muito raramente, eu saio, vou à sorveteria, comer lanche com a minha família, quando tem condições, né! Porque infelizmente não é sempre que tem dinheiro pra esse tipo de coisa não. (CRISTINA)

Pela narrativa de “CRISTINA”, foi possível observar que a limitação financeira é um elemento concreto que a impede, e também à sua família, de desfrutar de momentos prazerosos e contínuos, pois ocasionalmente tem possibilidades de sair para tomar sorvete, ou comer lanche.

Observemos outra narrativa de nossa entrevistada “MARIA”, que tece comentários sobre os conflitos com seu marido e a ausência de afetividade presente em sua vida conjugal. Observemos o depoimento de nossa entrevistada que critica a postura do mesmo:

O homem também tinha que ser mais tranquilo, mas ele é mais áspero, não tem aquele carinho. Eu falo como mulher; não posso falar do meu marido, porque meu marido é ruim, ele não é doente...ele fez tudo de ruim para mim, então ele não significa nada para mim, sabe tudo de ruim, ele fez para mim, todas as crueldades, violências você já até sabe porque eu cheguei a comentar naquele dia⁵⁴ no encontro do grupo que assistimos o filme⁵⁵ “Colcha de Retalhos”, [...] eu sofro bastante só de lembrar dos xingamentos, tapas que recebi dele, ele usava do poder agressivo [...], assim eu te digo que não tem essa coisa de amor, respeito, apoio, meu marido não faz nada. Tem dia que ele fala que vai largar de mim, mas só fala, não consegue ter coragem (MARIA 1).”

⁵⁴ A entrevistada se referiu a um dos encontros do Grupo “Colcha de Retalhos”, quando a mesma chegou a relatar (estávamos discutindo a Lei Maria da Penha e os mecanismos de coibição da violência doméstica) episódios de violência sofrida por parte de seu marido.

⁵⁵ Durante o desenrolar do filme, pôde ser visualizada a questão de gênero existente nas escolhas e possibilidades da mulher, denotando aspectos da condição feminina em meados do século XX e que ainda se fazem presentes na atualidade: a submissão da mulher, a resistência cotidiana, as poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, os papéis naturalizados como sendo da mulher e do homem, a centralidade que a família ocupava na vida dessas. Destarte, o entendimento de gênero como uma categoria histórica, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações entre homem-homem; mulher-mulher são evidentes no filme. Não obstante, a questão de gênero, entendida como sendo construção social do masculino e do feminino, “não explícita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres” (SAFIOTTI, 2004, p. 45).

O depoimento de “MARIA 1” veio carregado de dor e sofrimento pelas violências sofridas que deixaram cicatrizes ainda visíveis. Assim, em homenagem a ela, fiz um poema chamado “Cicatrizes”, que socializo no Apêndice B.

“MARIA1”, ao falar do papel do homem, parte de sua própria experiência conjugal, classificando-o como sendo áspero e sem carinho, chegando a dizer que seu marido não representa nada mais em sua vida. Relata parte da relação estabelecida com o mesmo, o qual possui uma postura agressiva e violenta⁵⁶, chegando a ameaçá-la de separação, contudo esse fato ainda não foi concretizado por faltar “coragem” por parte de seu marido.

Percebemos em seu depoimento os limites existentes na relação com seu marido e a violência sofrida durante sua existência com o mesmo, pois ela destaca seu sofrimento diante das violências vivenciadas, ou seja, são perceptíveis as relações de poder que perpassam tal relacionamento, dado esse que corrobora as análises da socióloga Saffioti (2004, p. 31) em sua obra: “Gênero, Patriarcado e Violência”, quando afirma que na ordem patriarcal de gênero, “[...] o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” e tal premissa parece que se faz presente na vida da maioria de nossas entrevistadas, que sofrem com a divisão sexual do trabalho e com a desvalorização do trabalho doméstico.

A questão da violência sofrida por essa mulher reforça que na consolidação do sistema capitalista e, por conseguinte da propriedade privada e das lutas de classes, o homem passou a dominar a mulher e infligir-lhe várias formas de opressão⁵⁷. Nas palavras de Saffioti (2004, p. 35) “[...] obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia.”

Nessa perspectiva, concordamos com Saffioti, quando nos diz que os homens não estão sozinhos, pois as mulheres que são educadas e socializadas na ordem patriarcal de gênero acabam por perpetuar as ideologias dominantes em suas próprias relações e ações cotidianas, sendo que são poucas as mulheres que ousam a questionar sua inferioridade social.

Percebemos através da fala da entrevistada que no seu ideal de homem ele deveria ser mais tranquilo, mas o homem real, aquele constituído socialmente, é

⁵⁶ Fazemos jus, à afirmação de Soares (2001, p. 179) quando elucida que “[...] as relações violentas são, em sua grande maioria, respostas ao que não se conhece, ao que não se tem domínio.”

⁵⁷ Concordamos com Cunha (2007, p. 33) quando demonstra que a criação da família monogâmica não nasceu do amor conjugal entre homem e mulher, mas “[...] da submissão de um sexo pelo outro, consolidando a propriedade privada, base indispensável para a sociedade de classes.”

áspero e apresenta dificuldade com afeto. Outra questão interessante é que ela consegue discernir doença de ruindade, ou seja, para ela, ser ruim, fazer mal a alguém, não se justifica alegando que a pessoa é doente.

Nesse momento de nossas reflexões e pensando nas colocações acima de “MARIA 1”, percebemos que a construção da identidade da mulher e do homem não é resultante de qualquer forma de interação e situação, mas sim resultado de maneiras de interação particulares, ou seja, de relações de gênero presentes no processo cultural-educativo de cada sociedade. Dependendo da realidade social, tais relações são mais ou menos desproporcionais. Todavia, todas elas possuem um ponto em comum: “[...] as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. Nesse contexto tipicamente relacional, os homens são entendidos não como ameaça à efetivação da identidade das mulheres, mas como essenciais nessa construção.” (TORRES, 2002, p. 83).

Nesse viés, na fala de nossa entrevistada foi possível perceber essa relação: questão de gênero x relação de poder, pois a entrevistada em sua condição feminina adota uma postura subalternizada no que concerne ao seu relacionamento conjugal marcado por nuances de violência. O que nos parece é que “MARIA 1”, embora não acredite que ele de fato irá se separar dela, falta a autonomia para a concretização de tal decisão. Num primeiro momento parece que ela alimenta a expectativa dele um dia ter a coragem suficiente, para concretizar a separação. Assim, a decisão fica com seu marido, o que demonstra o poder do homem e não dela em tomar tal atitude.

Tendo em vista as falas de “MARIA 1”, concordamos com Nogueira que no decorrer de seus estudos, esclarece que a divisão sexual do trabalho deve ser entendida como uma “[...] conceitualização na qual as situações dos homens e das mulheres não são o produto de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais. Isso porque homens e mulheres são mais que uma coleção de indivíduos biologicamente distintos” (NOGUEIRA, 2006, p. 16), assim é perceptível que a divisão sexual do trabalho se manifesta na vida cotidiana de nossa entrevistada, a qual delega o poder ao seu marido de decidir sobre o término do relacionamento conjugal, contribuindo para um processo de sofrimento e prisão.

Nessa ótica, compartilhamos com o entendimento de Nogueira (2006, p. 11) quando diz que as relações sociais de gênero devem ser compreendidas como “[...] relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou contraditórias, seja pela exploração da relação capital-trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina.”

Bruschini (1998) também elucida sobre a divisão sexual do trabalho, demonstrando que essa serve aos interesses do capital. Destaca que dentro da família operária, a mulher produz valores de uso por meio das atividades domésticas e o homem, fica preso a produção dos valores de troca por meio do trabalho assalariado, que segundo a autora supracitada atende as necessidades do sistema capitalista, “[...] pela possibilidade de pagar à força de trabalho, salários mais baixos do que seu custo de reprodução” (BRUSCHINI, 1998, p. 48).

Nesse prisma, apesar dos homens e das mulheres formarem dois grupos sociais que estão envolvidos em uma relação social específica, as relações sociais de sexo, é possível perceber que há ainda em nossos dias, uma acentuada desigualdade estrutural que alicerça a relação entre trabalho, produção x reprodução e a questão de gênero. A partir dessas questões, compartilhamos com as reflexões de Soares (2001, p. 160) que em seu destacável estudo sobre as mulheres chefes de família nos diz que:

[...] a estrutura social é determinante nas funções a serem desempenhadas por homens e mulheres, naturalizando-as como “próprias” de seus respectivos gêneros. Esta cartilha com as regras prescritas será diferente a cada período histórico, dependendo da cultura e das classes sociais.

Também notamos que “MARIA 1”, espera enquanto esposa e mulher ser valorizada, respeitada e digna de amor, no entanto, seu relacionamento é o oposto do que é almejado.

Observemos a narrativa da mesma entrevistada que descreve a mulher como sendo a rainha do lar e as características do papel feminino:

O lugar da mulher na família é a rainha do lar, então ela é tudo, ela é o escudo, ela tem que ter fé, caridade, sem a caridade a gente não vive, o amor, a calma, a perseverança, paciência, tudo isso ajuda para a gente conseguir evitar muitos dos problemas dentro de casa. (MARIA 1).

Assim, é perceptível em sua fala, a imagem da mulher responsável pela esfera doméstica e resignada diante dos problemas existentes dentro da casa.

Outra mulher por nós entrevistada, também apresenta aspectos do seu dia-a-dia, corroborando a centralidade dos cuidados com os filhos e com a casa, sendo

que sua rotina se diferencia no sábado e domingo quando não precisa levá-los para a escola e para a creche, podendo assim, dormir até mais tarde:

Eu acordo às 6h da manhã, ponho os filhos para a escola e levo o mais pequeno para a creche e volto e vou cuidar da casa, porque tem muito serviço. Todo dia eu faço as mesmas coisas, a única diferença é que nos fins de semana eu não levo os filhos na escola, não acordo muito cedo. Aí, eu não costumo acordar muito cedo. E também não costumo sair no fim de semana, não saio para lugar nenhum, sabe. E sábado e domingo acabam sendo mesma coisa em termos de passeio e de serviço. (PRETA).

É possível perceber nos comentários apresentados pela participante a vastidão de trabalho no espaço doméstico e a inexistência de lazer em sua vida. Tal entendimento nos leva a concordar com a reflexão de Guiraldelli (2006, p. 73) quando nos diz que a mulheres são educadas para o: “[...] espaço privado, ou seja, para exercer as tarefas domésticas como cuidar dos filhos, do lar, cozinhar, lavar, passar, ser dócil, submissa, terna, cautelosa, prudente, dependente do homem, dentre outras características.”

O papel feminino para ela está ligado ao cenário doméstico, como também pudemos observar nas explanações das demais entrevistadas “[...] bom, eu acho que cabe à mulher o cuidado da casa, da educação, da alimentação, dos deveres dos filhos porque sabe como é que é, tem que ficar em cima” (PRETA). As falas desta demonstram a reprodução das crenças construídas socialmente, crenças estas que delimitam qual é o lugar da mulher tanto no âmbito familiar, quanto na sociedade. Ou seja, a mulher é vista como cuidadora e, portanto, deve zelar por tudo e por todos, porém, em nenhum momento, foi falado sobre lazer, diversão, prazer, somente, obrigações e nem do homem no lugar de pai, de membro da família.

Percebemos que ela introjetou com muita rigidez os papéis⁵⁸ atribuídos aos sexos: feminino e masculino, de mulher como cuidadora e do homem como provedor.

As colocações de “PRETA” sobre sua vida diária vão ao encontro do que acreditamos, ou seja, nossa sociedade continua sustentada pelas relações de

⁵⁸ Heller (1985, p. 102) contribui para a discussão sobre os papéis sociais e a necessidade de ruptura com os mesmos. Assim para a autora “[...] aquele que recusa o papel por motivos revolucionários não apenas subtrai sua própria pessoa ao jogo dos papéis, mas também se opõe à base econômica e política de determinadas funções de papel e se propõe a abolir a sociedade que produz os costumes e usos determinados que se cristalizaram em papéis.”

gênero sendo que a mulher fica sobrecarregada pelos afazeres domésticos, uma vez que é nítida a questão de gênero expressa dentro de sua família⁵⁹.

É importante considerar, ainda pautada na fala de “PRETA” que, em nenhum momento ela destaca que há ajuda ou apoio por parte de seu marido na educação e cuidados com os seus vários filhos. Parece que as funções de mãe e cuidadora são naturais e tal perspectiva nos remete (novamente), à discussão (já mencionada por nós) sobre papéis sociais feita por Heller. Para a autora, “[...] o dever-ser descreve sempre, de um modo conceitualmente acessível, a relação do homem com sua obrigação. A obrigação manifesta no dever-ser pode ser uma meta do homem, mas não tem necessariamente de sê-lo.” (HELLER, 1985, p. 96).

Strey (2007) traz uma contribuição que nos ajuda a pensar sobre a fala de nossa entrevistada. Para ela, a existência humana depende de várias atividades rotineiras para alimentar, vestir, abrigar e cuidar de crianças e adultos. Destarte, em termos teóricos, esse trabalho desenvolvido no âmbito familiar (ou que se espera que a família realize), constitui-se como algo importante para a:

[...] manutenção da sociedade quanto o trabalho dito produtivo, que ocorre na economia de mercado formal. Algumas estimativas relativamente recentes sugerem que o total de tempo gasto no trabalho familiar não-pago é mais ou menos igual ao tempo gasto no trabalho pago. Apesar disso, o trabalho familiar, principalmente as tarefas domésticas, tendem a ser trivializadas na imaginação popular, em parte por serem consideradas como de mulher. Além disso, existe todo tipo de evidência para colocar esse trabalho essencial como trabalho de segunda categoria: não é pago, é repetitivo, não pode ser deixado de lado, consome tempo que poderia ser empregado em atividades mais prazerosas (STREY, 2007, p. 29).

No que diz respeito ao papel do homem, observamos que está ligado à função primordial de prover a subsistência de sua família enquanto a renda da mulher serve para complementar as necessidades da casa. Strey (2007), traz-nos considerações pertinentes acerca da dependência econômica feminina e a condição da mulher como objeto, além do comportamento machista da maioria dos homens, que ao garantir o sustento familiar, adota postura autoritária e hierárquica, chegando a subalternizar seus membros (preferencialmente os filhos e a mulher).

⁵⁹ A família é um dos espaços onde se manifesta a questão de gênero, entretanto, por constituir-se como parte de uma sociedade mais ampla, é afetada por todos os valores, ideologias, mitos, tradições, entre outros elementos que interferem nas divisões de papéis sociais classificados como “feminino e masculino”.

Nesse prisma, as diferenças de gênero prevalecem, e podem ser visualizadas nas falas de “PRETA”. Reportamo-nos a Sarti (2007) para compreender melhor esta diferenciação, quando discute a moral dos pobres. A autora em destaque apresenta o trabalhador como provedor⁶⁰. Para ela, o sentido do trabalho para o homem, está relacionado à possibilidade desse manter o papel familiar de provedor: “[...] esse papel atribui um significado singular ao trabalho, associado ao destino de seus rendimentos: prover a família.” (SARTI, 2007, p. 96). Já no caso da mulher, a ideia de trabalhar para os outros é uma forma de contribuir para a valorização do trabalho, na instância doméstica.

Essa lógica corrobora a idéia (ainda bem presente em pleno século XXI), de que o homem deve ser o trabalhador principal e sendo assim, cabe ao mesmo, a função de prover a sua família. Já a mulher e os filhos são considerados trabalhadores secundários, perpetuando a divisão sexual do mercado de trabalho, uma vez que as diversas pesquisas e estudos demonstram que os baixos salários recebidos pelas mulheres (mesmo possuindo melhor grau de escolaridade), são menores que os homens.

A exposição sobre esse assunto está presente na narrativa de “PRETA” que considera que o homem deve prover as necessidades dentro de casa, mas ao mesmo tempo, ela também destaca a importância da mulher possuir seu próprio dinheiro, para não ficar dependente e submissa ao homem e vir a ser tratada como um objeto sem autonomia:

O papel do homem é trazer o dinheiro, o da mulher também, o certo teria que ser, mas às vezes, não tem como, o aluguel e a comida têm que ser do homem, né, no caso, a primeira obrigação. Já a água, a mistura, um calçado tem que ser da mulher, para não ficar aquela coisa de objeto. A mulher, se ela não tem um trabalho, dependendo do marido fica uma coisa de objeto, ela fica sendo objeto porque ele manda e desmanda quando quer, porque só ele está contribuindo. Os homens são machistas, né? Eles acham que só porque ele está colocando dinheiro em casa sozinho, ele pode agir do jeito que ele quiser, infelizmente é assim (PRETA).

⁶⁰ Sarti (2007, p. 121) destaca que a discussão sobre a ética do provedor pelos pobres urbanos no cenário brasileiro foi apresentada e analisada por Zaluar (1985) que comenta: “[...] o trabalho tem seu valor moral vinculado ao status do trabalhador como ganha-pão do grupo doméstico e não à execução da atividade propriamente dita. Não é, portanto, uma ética do trabalho, mas do provedor, que leva os membros da família a finalmente aceitarem a disciplina do trabalho. É assim que o trabalhador pobre alcança a redenção moral e, portanto, a dignidade pessoal.”

Nossa outra colaboradora da pesquisa, “MARIA 2”, possui uma rotina um pouco diferente das destacadas acima, que são casadas há vários anos. Algo que nos chamou a atenção foi o fato de que em nenhum momento, quando perguntamos sobre as atividades desenvolvidas em seu cotidiano, foram mencionados afazeres realizados pelos seus maridos dentro do espaço doméstico, elemento esse que nos leva a pensar que os papéis construídos e naturalizados como sendo: “do homem” e “da mulher”, foram bem introjetados por elas (e por eles).

Continuando a nos referir à “MARIA 2”, percebemos que em seu cotidiano há possibilidades de espaço e tempo para passeios semanais com o namorado em outro município:

[...] três vezes por semana eu vou para Mococa⁶¹ com o namorado, vou jantar fora, então é uma coisa que virou rotina isso. Mas o que eu gosto mesmo é de ficar dentro de casa com as crianças que não são mais crianças, de assistir TV com os meus filhos. Eu gosto mesmo é de ficar em casa. Eu trabalho a semana inteira: de segunda a segunda. Tirando 2ª, 4ª e 6ª que a gente vai para Mococa, nos outros dias ele vai em casa. Nos fins de semana eu trabalho também. (MARIA 2).

Pelo relato acima, observamos que, embora ela trabalhe fora de casa em uma vasta jornada, todos os dias da semana: de segunda a segunda-feira, ainda assim, ela consegue se organizar para essa atividade mais descontraída. Outra questão que merece consideração é a alegria referida quando passa momentos em casa acompanhada de seus filhos.

Vejamos a exposição de outra entrevistada, quando nos apresenta parte das atividades desenvolvidas no seu cotidiano e demonstra que seu filho adolescente se viu obrigado a trabalhar, pois a renda obtida pela família é baixa. Também mostra em sua fala, o papel central de cuidadora dos filhos e do lar:

Eu acordo às 6 horas da manhã, acordo ele, e ele vêm para o CESG. Os outros meninos vão para a escola, depois ele vai para o ginásio e ela vem para casa. O mais velho agora também está trabalhando, ele tem 16 anos, e foi obrigado a sair de casa para ajudar na renda de nossa casa, que é muito baixa, foi mesmo trabalhar por necessidade. Assim, o meu tempo é destinado para ficar cuidando de todos eles, sabe. E isso é constante. (ÉVENIN).

⁶¹ O nome da cidade foi trocado para manter o sigilo necessário na pesquisa.

Ao descrever partes de seu dia, “ÉVENIN” destaca que o mesmo se constrói em função dos cuidados de seus filhos. Vale destacar que a mesma salienta que seu filho de 15 anos já começou a trabalhar fora com o intuito de ajudar na complementação do orçamento familiar. Tal dado é interessante, pois sabemos que entre as famílias de baixa renda, é comum crianças e adolescentes iniciarem ainda cedo, as responsabilidades trabalhistas, com o intuito de complementar a renda de seus pais.

A questão do trabalho infantil precisa ser muito bem entendida, já que deixa conseqüências muitas vezes nefastas para tal segmento. Sabemos que a baixa renda familiar está intimamente ligada a tal trabalho, e, onde há famílias em situação de trabalho precário e sem garantias trabalhistas, a chance de existir trabalho infantil é maior.

Ainda na questão do trabalho infantil podemos destacar que este não é um fenômeno novo na história. Sabemos que a exploração da força de trabalho das crianças, se perpetuou em muitas sociedades. Como exemplo, podemos nos pautar nas reflexões de três importantes autores⁶²: Marx, Engels e Lênin, quando ainda na transição do século XVIII para o XIX, no auge da consolidação do capitalismo, discutiram o sistema de exploração do trabalho infantil e o trabalho doméstico em particular. Sabiamente explicaram que não é o abuso da autoridade paterna que criou a exploração da infância, mas ao contrário, a exploração capitalista que fez degenerar essa autoridade em abuso.

Ou seja, a situação vivenciada pelos operários nas fábricas inglesas, alemãs, entre outras regiões, era violenta e desumana, já que estes (mulheres, crianças, idosos, homens) eram submetidos a elevadas jornadas de trabalho, sem o mínimo de segurança. Os salários recebidos eram insuficientes até mesmo para garantir a sobrevivência desses, enquanto trabalhadores.

Observemos o depoimento desses autores sobre tal processo de exploração e as conseqüências para a saúde das crianças, as quais adoeciam com frequência, pois eram submetidas a jornadas de 14 a 16 horas, em suas atividades como rendeiros:

⁶² A análise mais detalhada pode ser encontrada na obra “ Sobre a Mulher”, que é uma coletânea dos escritos por esses três autores que, em diferentes momentos, refletem sobre a questão feminina, a infância e a situação da classe trabalhadora dentro da ordem capitalista.

O trabalho mais doentio é aquele dos **lacerunners**⁶³, praticado a maior parte do tempo por crianças de sete, cinco e mesmo quatro anos. O comissário Grainer encontrou mesmo uma criança de **dois anos** ocupada com esse trabalho. Seguir com os olhos um único e mesmo fio que se tira com agulha dum tecido artificialmente entremeado, é muito ruim para os olhos, sobretudo quando esse trabalho, como é hábito, prossegue durante quatorze e dezesseis horas. No caso mais benigno, produz-se uma miopia bem pronunciada; no pior, que é suficientemente freqüente, uma cegueira incurável devido a “gota serena”. Além disso, o acocoramento contínuo enfraquece as crianças causando-lhes um estreitamento da caixa torácica, e torna-as escrofulosas, em consequência duma má digestão; os males do útero são freqüentes nas mocinhas; e o desvio da coluna vertebral é tão acentuado, que é possível reconhecer todos os **lacerunners** pelo seu andar. (MARX; ENGELS; LENIN, 1980, p. 63, grifo dos autores).

Ainda no exemplo destacado acima, é possível perceber a insalubridade que as funções de reideiro traziam tanto para a visão das crianças, como para todo o organismo das mesmas. Com a finalidade de melhor ilustrar tal contexto, vejamos os apontamentos dos mesmos autores que também demonstram que as crianças e jovens não possuíam acesso a uma alimentação adequada, sendo que raramente comiam carne:

Os médicos são unânimes ao afirmar que a saúde de todas as crianças ocupadas na indústria reideira sofre consideravelmente, que elas se tornam pálidas, lânguidas, fracas, muito pequenas para as suas idades e são, com maior freqüência do que as outras, incapazes de resistir a uma doença. As afecções de que sofrem geralmente são as seguintes: debilidade geral, sícofes freqüentes, dores de cabeça, do lado, nas costas e na bacia; palpitações no coração, ânsias, vômitos, náuseas, inapetência, desvio na coluna vertebral, escrófulas e consumpção. (MARX; ENGELS; LENIN, 1980, p. 64).

O trabalho por si só era extremamente doentio, uma vez que as crianças trabalham em salas minúsculas, mal arejadas e com bastante umidade. Comumente permaneciam sentadas em posição curvada, eis porque era grande o número de óbitos por tuberculose, além delas não terem também acesso a nenhum sistema de educação que contribuísse para criar novas perspectivas de vida.

Sabemos que as condições materiais introduzidas pelo modo de produção capitalista obrigam a família, a se reestruturar para garantir a sobrevivência de seus

⁶³ Rendeiros.

integrantes. Assim, como os salários são baixos, demanda-se a maior quantidade de pessoas do grupo familiar para trabalhar, em troca de um salário no final do mês. Isso foi constatado pelos autores mencionados que inclusive retrataram a presença de uma criança com 2 anos de idade, já trabalhando nas fábricas de renda da Inglaterra no século XIX.

Trazendo para a realidade de nossa entrevistada “ÉVENIN!”, observamos que a mesma lógica da exploração do trabalho se faz presente neste século XXI, uma vez que ela justificou a saída de seu filho adolescente para o mercado de trabalho, porque a renda familiar era insuficiente.

Ou seja, a lógica destrutiva do capital continua a vigorar na atualidade; é perceptível que essa assume outras facetas, mas os conflitos oriundos da relação capital x trabalho, persistem neste novo cenário sócio-histórico, intensificando a questão social e precarizando as condições de vida. Alencar (2006), em seus estudos sobre as consequências advindas das transformações econômicas e sociais no Brasil a partir da década de 1990 e suas repercussões no cenário familiar, demonstra que a família constitui-se como o recurso central no âmbito da sobrevivência material de seus integrantes. Então:

[...] de fato, as condições de vida dos indivíduos dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, sendo nela que se articulam as mais diversas formas de alternativas para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho. (ALENCAR, 2004, p. 61).

Talvez hoje, o que possamos considerar como avanço em relação ao contexto em que Engels, Marx e Engels descreveram são as conquistas legais (que também são consequências de lutas e movimentos sociais) as quais prevêm o acesso a direitos sociais, como é o caso da criança e do adolescente. Tal segmento, nos dias atuais, é considerado sujeito em desenvolvimento necessitando ter resguardadas condições especiais no que concerne ao direito à profissionalização e ao trabalho protegido.

O ECA de 1990 proíbe o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz e destaca a necessidade de garantir os direitos trabalhistas e previdenciários, além de assegurar o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. No artigo 67 do referido Estatuto, está vedado o trabalho em algumas

circunstâncias que comprometem a segurança e integridade das crianças e dos adolescentes. Vejamos abaixo quais são as situações que estão proibidas o trabalho:

- Noturno, realizado entre vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte.
- Perigoso, insalubre ou penoso.
- Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- Realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Pudemos perceber através das falas das entrevistadas, a mesma percepção que Pacheco (2005), em seu estudo sobre o cotidiano de mulheres pobres e chefes de família notou, ao se deparar com as múltiplas contradições existentes no espaço permeado por um submundo paralelo de opressão e violência, mas também é notável a existência de crianças brincando, o movimento nos bares de esquina, e:

[...] mães que, apesar de tudo, continuam levando as suas crianças à escola e se preocupando com o futuro delas. São famílias que, nos finais de semana, vão incansavelmente à igreja e continuam rezando e pedindo a Deus por melhores condições de vida, sem perder a esperança ou a crença, ainda que mágica, de que o melhor está por vir (...) são donas de casa que cuidam dos seus lares, esquecidas da violência do mundo do lado de fora, sonhando com dias melhores para seus familiares. São também, tantos outros anônimos que encontram na bebida e nas drogas o refúgio e consolo para tanta falta. (PACHECO, 2005, p. 93).

As considerações de nossas mulheres do estudo estão relacionadas diretamente com as questões de gênero que se refletem dentro do cotidiano familiar. Acreditamos que a categoria gênero, como constructo social está suscetível às mudanças estruturais e, nesse processo, as normas e os papéis sociais também, no entanto, percebemos em vários momentos da entrevista, o reforço dos papéis tradicionalmente femininos, que atrelam a mulher ao espaço doméstico e à dependência ao homem.

No que concerne aos papéis assimilados e normas sociais que fazem parte do cotidiano de nossas mulheres, torna-se necessário destacar que essas, precisam

ser entendidas dentro dos limites societários, ou seja, as contradições estão sempre presentes nos contextos históricos. Assim, as regras válidas numa conjuntura, podem ou não, valer num período posterior. Portanto, “[...] pode ser um ato de libertação escolher uma nova interpretação de uma norma, em vez de uma velha.” (HELLER, 1982, p. 31). A autora em destaque, em seu interessante livro “Para mudar a vida”, nos fornece um exemplo:

Na idade média, a norma da fidelidade significava fidelidade em face do senhor; num período histórico mais avançado, pôde-se dar a essa norma uma nova interpretação: a fidelidade em face dos concidadãos é mais importante do que a fidelidade para com o senhor; Essa nova interpretação da norma produziu efetivamente uma libertação. Mas se digo a fidelidade em geral é uma estupidez, tão somente por ser uma prescrição social, não produzo de modo algum efeitos liberadores. (HELLER, 1982, p. 32).

Em síntese, pudemos observar em vários momentos das narrativas das mulheres entrevistadas, a presença das relações de gênero no cotidiano das mesmas as quais são alicerçadas em estruturas de poder.

Na grande parte das situações apresentadas percebemos a reprodução dos valores, normas e formas de viver naturalizadas como femininas. Tais elementos, a nosso ver, comprovam que a questão de gênero ainda precisa ser desvelada e melhor entendida para que mudanças, ou melhor, transformações se façam presentes em nossa sociedade.

CAPÍTULO 3 “NA PONTA DA AGULHA”: o trabalho precarizado, a (des)proteção social e as vivências familiares

O que sobrou do que nos tiraram é o que fecunda a nossa espera. Nossas privações são a nossa riqueza e o nosso desafio. Mas com as ferramentas da cópia, nada construiremos e nada compreenderemos. (MARTINS, 2008, p. 11).

No capítulo anterior, pudemos visualizar alguns aspectos presentes no dia a dia de nossos sujeitos do estudo, os quais tecem suas vidas em meio a diversas situações precárias: desemprego, violência, falta de perspectivas de vida e de condições de trabalho adequadas, sobrecarga de trabalho no espaço doméstico, desigualdade de gênero, entre outras.

As situações destacadas acima estão presentes no cotidiano familiar e necessitam ser compreendidas dentro de uma conjuntura histórica, uma vez que a mesma afeta significativamente a vida dos sujeitos, criando obstáculos e possibilidades à emancipação humana⁶⁴.

Os elementos supracitados também irão aparecer neste capítulo, o qual foi intitulado metaforicamente “Na Ponta da Agulha”, pois às protagonistas do estudo lidam cotidianamente com o limite posto, com a extremidade das situações, com as alfinetadas da “agulha” e com o “que sobrou do que foi tirado”. Ao mesmo tempo, resistem⁶⁵, criam estratégias para não entregar os pontos diante das inúmeras vicissitudes enfrentadas e “costuram” algumas possibilidades de enfrentamento, como pudemos perceber nos depoimentos da maioria das mulheres. Nesse prisma, apegam-se à religião, aos elos de amizade e às suas famílias para enfrentar os diferentes desafios da vida e garantir a sobrevivência em meio a tantas privações.

Observemos a fala de “CRISTINA” quando nos narra o esforço que precisa realizar para continuar com seu trabalho cansativo, na zona rural, onde atua na colheita de laranja:

⁶⁴ Discutiremos posteriormente a questão da emancipação humana.

⁶⁵ Concordamos com Yasbeck (1996) quando diz que a resistência, apesar de ser fragmentada na luta cotidiana, é maior que a desesperança.

[...] tem dia que eu não tenho vontade de voltar para o trabalho lá na panha da laranja, porque a gente cansa bastante e não é valorizada, mas aí, eu olho para os meus filhos e vejo que eles precisam que eu faça isso. Mesmo que é cansativo e esgota as forças da gente, eu sei que preciso continuar a trabalhar para tentar garantir o pão de cada dia. Fácil não é não, mas nós buscamos forças, não podemos entregar os pontos, porque senão, eu penso: com quem eu vou contar na hora que eles precisam de remédio, de comida e de material de escola, né? Sei que não dá para contar com ninguém não. (CRISTINA).

A narrativa de “CRISTINA” demonstra que sua condição trabalhista na zona rural não é motivante e também não a realiza satisfatoriamente, já que ela não se sente valorizada.

Não obstante, é possível observar que ela continua trabalhando, na tentativa de garantir “o pão de cada dia” a seus filhos, pois possui consciência de que não dispõe de outros mecanismos para recorrer, para suprir as necessidades dos mesmos, ou seja, podemos deduzir que prevalece em sua vida a lógica liberalista que demonstra que o próprio indivíduo deve responsabilizar-se pela garantia das necessidades concretas.

Nessa ótica, é importante destacar que no liberalismo há o predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais e, assim, conforme Behring e Boschetti (2007, p. 56) “[...] só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal.”

Na fala de “CRISTINA” é possível comprovar essa premissa, uma vez que ela conclui que não pode contar com ninguém no momento de comprar a medicação, os materiais de escola para seus filhos e a alimentação, ou seja, foi possível verificar que a resolução das necessidades familiares adveio de sua iniciativa e esforço individual.

Por outro lado, a responsabilidade do poder público pela garantia dos direitos sociais⁶⁶ previsto na Carta Constituinte de 1988 parece inexistir em sua vida familiar.

Observemos na íntegra os direitos sociais que estão previstos no Artigo 6 da destacada lei: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o

⁶⁶ Merece destaque o fato de que os direitos sociais são resultantes de um longo processo de luta da humanidade por conquistas que extrapolem as liberdades individuais, contemplando os direitos coletivos. Nessa ótica, concordamos que “[...] os direitos sociais estão inseridos no âmbito dos direitos e garantias fundamentais, ao lado dos direitos individuais e coletivos, da nacionalidade e dos direitos políticos. Enquanto as garantias individuais se inserem, basicamente, nos direitos de personalidade, os direitos sociais asseguram aos indivíduos os benefícios e serviços instituídos pelo Estado.” (SIMÕES, 2009, p. 64).

lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988, online).

O depoimento de “CRISTINA”, quando compreendido dentro de um panorama sócio-histórico, demonstra que a ausência dos direitos sociais constitui-se como um dos diversos desafios ontológicos postos na atualidade para que as famílias empobrecidas, as quais vivenciam em seus cotidianos as expressões da questão social, garantam a sobrevivência de seus integrantes.

Nesse sentido, ao analisar o cenário brasileiro, percebemos que a organização das famílias, suas formas de sobrevivência e seus espaços de trabalho sempre estiveram condicionados ao contexto sociopolítico vigente, sendo que, nos momentos de crise econômica, os maiores efeitos são sentidos justamente pelas classes subalternas que, na maioria das vezes, não contam com serviços públicos especializados para suprir as necessidades básicas de sobrevivência de seus integrantes, como pudemos visualizar na narrativa de “CRISTINA”.

Uma discussão que cabe em nossas análises, por aparecer com veemência no decorrer das falas das mulheres entrevistadas, é a questão do mínimo e do básico, pois observamos que a luta da maioria das protagonistas está direcionada para conseguir o mínimo da satisfação de suas necessidades. Ou seja, pelas dificuldades que vivenciam, muitas vezes não visualizam patamares de vida satisfatórios e que proporcionem mais liberdade.

O conceito de mínimo é entendido por nós alinhavado nas considerações de Pereira (2008, p. 26), a qual traça uma importante distinção entre necessidades mínimas e básicas, ampliando nosso entendimento e defendendo a perspectiva do básico:

Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta.

Como foi possível observar no depoimento de “CRISTINA”, quando ela se questiona a quem recorrer para assegurar as mínimas condições de acesso a um

viver com dignidade por parte de seus filhos, notamos a grande preocupação com a sobrevivência dos mesmos e também a fragilidade das políticas públicas que não conseguiram se fazer presentes na vida desta família.

Relacionamos essa discussão com as análises de Iamamoto (2008, p. 142), a qual demonstra que o discurso neoliberal presente na atualidade consegue “[...] fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado, o que tem amplas repercussões na luta por direitos.”

Quando falamos da ausência da efetivação dos direitos sociais no cotidiano de nossas entrevistadas, percebemos que o direito ao lazer fica comprometido, conforme já sinalizamos anteriormente. A narrativa de “Maria 2” revela essa situação:

Aqui na cidade não tem nada de bom. O que tem de lazer aqui para nós? Nada. Não tem nada de bom. Nos bailes só tem brigas, droga, prostituição. Isso você vê na TV toda hora, então, não adianta sair pra tentar descansar a cabeça, pois é baixaria e a polícia logo chega. (MARIA 2).

Conforme a fala de “MARIA 2”, não existe possibilidade de lazer em seu município e quando há oportunidade de festas, o que predomina são as brigas, drogas e prostituição, que também podem ser consideradas por nós como faces da questão social presentes no cenário guaranesience. Esse município, conforme apontamento de nossa entrevistada, não oportuniza espaços ou uma rede de entretenimento e descontração para o lazer da população.

Outro aspecto que nos chama atenção na narrativa de “MARIA 2” é a referência ao aparato policial que é acionado nos momentos das brigas e situações de violência. Essa fala nos remete ao estudo da questão social em sua origem – a qual suas manifestações eram (e ainda são) consideradas como caso de polícia, ou seja, um tratamento com cunho punitivo, corretivo e repressor. Como exemplo, citamos os anos de 1930 e 1940 em que a sociedade capitalista apresentava uma economia deteriorada e com um quadro social preocupante, pois os índices de desemprego cresciam e o pauperismo se expandia ao redor do mundo.

Nessa conjuntura contraditória marcada pelo crescimento dos impérios econômicos e pela consolidação do capitalismo monopolista, crescia também a pobreza seguida da generalização da miséria. Martinelli (2007, p. 95) destaca que

nesse cenário aumentaram a pressão e a violência sobre os trabalhadores, com o intuito de impedir sua organização enquanto classe. Nas palavras da autora:

Entre os anos de 1930 e 1940, até mesmo o direito de associação voltou a ser contestado, o que levou a uma coercitiva vigilância sobre a ação dos sindicatos. Houve um recrudescimento da coibição das práticas de classe e os mecanismos de controle dos movimentos dos trabalhadores tornaram-se altamente rigorosos.

Após essa consideração sobre o tratamento violento diante da questão social, voltamos nossas análises à fala de “MARIA 2”, quando se refere ao fenômeno da prostituição e do uso de drogas. Se considerarmos essas questões dentro de um viés estrutural, precisaremos entender a violência num sentido ampliado, percebendo que sua materialização se dá de forma diversificada em nossa sociedade brasileira.

Marx, em seus manuscritos de 1844, analisava o fenômeno da prostituição correlacionando-o com o capitalismo e com a sociedade da época. Vejamos o que ele diz:

A prostituição é somente uma expressão particular da prostituição universal do trabalhador e, posto que a prostituição é uma relação na qual entra não só o prostituído, mas também o prostituidor – cuja infâmia é ainda maior – assim cai também o capitalista etc., nessa categoria. (MARX, 2006, p. 107).

Em consonância com a explicação acima, é possível estabelecer uma comparação do trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um mísero salário, com a prostituta que vende seu corpo (mercadoria) em troca de dinheiro e, nesse panorama, tanto o prostituidor como o capitalista possuem responsabilidade.

Sendo assim, com base nas premissas marxistas, não podemos entender a questão da droga, da prostituição, das brigas e da ausência de lazer presentes no universo de Guaranésia como manifestações isoladas, uma vez que o indivíduo não está separado e alheio ao que ocorre na sociedade, pois a vida individual e genérica do homem não é diferente, ou melhor, o indivíduo deve ser considerado como ser social e, portanto: “[...] sua manifestação de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada

simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social.” (MARX, 2006, p. 107).

Ainda pautadas nas considerações de nossas protagonistas do estudo, achamos válido realizar um breve itinerário sobre o debilitante sistema de proteção social existente, destacando os desafios presentes em pleno século XXI para que as famílias sejam atendidas dentro de uma abordagem que contemple a totalidade de suas vidas.

A falta de proteção social aparece em várias falas de nossas entrevistadas e por tal lacuna vão sendo construídas estratégias diversificadas para sobreviver. (SOARES, 2001).

“ÉVENIN” retrata a dificuldade de encontrar um espaço adequado para cuidar de seu filho deficiente em sua cidade e demonstra outros problemas presentes em sua instância familiar:

Há algum tempo atrás, meu marido esteve envolvido com droga, essas coisas, né? Daí eu tive que sair do serviço porque eu não podia deixar o meu menino, que é deficiente, com ele e não tinha lugar aqui em Guaranésia para cuidar dele e foi nesta época que ele perdeu o emprego e as coisas complicaram bastante, mas agora ele está indo na igreja, está bem melhor. (ÉVENIN).

A partir da fala de nosso sujeito, observamos um momento difícil vivenciado por sua família que atravessa o problema do desemprego, e outro elemento agravante destacado foi o envolvimento de seu marido com as drogas. Pela narrativa, é possível observar que ele não contou com um tratamento adequado e profissional para vencer a dependência química, sendo que o apoio recebido se efetivou no cenário religioso, sendo, talvez, o único recurso encontrado que contribuiu para que o mesmo se recuperasse.

Se considerarmos a situação das drogas na realidade brasileira, verificamos que é ínfima ou quase inexistente uma política social que atenda às necessidades dos dependentes químicos e, ao mesmo tempo, que forneçam um suporte para os familiares, os quais também ficam fragilizados em decorrência dos vários problemas ligados à dependência química.

Outra questão que aparece na narrativa de “ÉVENIN” é a dificuldade em encontrar um espaço adequado para seu filho que possui deficiência (sendo que necessitou sair de seu trabalho para cuidar do mesmo). Sabemos que a situação

das pessoas deficientes no Brasil é vexatória, pois na maioria das vezes, tal segmento não possui a efetivação dos direitos sociais em seus cotidianos, diminuindo as possibilidades de uma vida com qualidade.

Vale destacar que houve avanços do ponto de vista legal, no que tange às pessoas com deficiência, entretanto, essas legislações não se fizeram presentes na vida de “ÉVENIN” e de seu filho, já que nem mesmo tiveram acesso ao direito à educação especial.

Observemos a Lei n. 7.853 de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras⁶⁷ de deficiência e responsabiliza o Poder Público e seus órgãos a assegurar:

[...] às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem estar-estar pessoal, social e econômico. (Art.2º).

Na área da educação, estão preconizados na legislação supracitada, ainda no artigo 2º do parágrafo único:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1 e 2 graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

⁶⁷ A presente lei utiliza a nomenclatura “portadoras de deficiência”, contudo acreditamos que a melhor definição seja: pessoa com deficiência, pois compartilhamos do debate contemporâneo que destaca que o termo “portar” dá sentido de flexibilidade e sabemos que a deficiência é algo limitante e de difícil mobilidade.

A partir dessa lei, percebemos que estão previstos os direitos das pessoas com deficiência na área educacional, como: a inclusão no sistema educacional de forma adaptada e gratuita, o acesso a materiais escolares, merenda e bolsas de estudo, a matrícula compulsória, entre outros, – garantias que não se fizeram reais na vida do filho de "ÉVENIN".

Voltando a nossas análises acerca do sistema de proteção social construído a partir do século XIX, percebemos que ele apresenta lacunas consideráveis, as quais repercutem na vida das famílias até os nossos dias, uma vez que tal formatação está centrada no atendimento das necessidades mínimas da população e não nas básicas, conforme destacamos anteriormente.

Os questionamentos acerca do germe das políticas sociais e do sistema de proteção social sob o ponto de vista de processo histórico, conforme análises de Behring e Boschetti (2007), denotam que não há um período certo e específico para o surgimento desse.

Geralmente, associa-se o seu nascimento ao cerne do capitalismo, com todas as implicações advindas com a Revolução industrial, as lutas de classes instituídas e a intervenção estatal, além das reivindicações dos movimentos de massa na Europa e que, posteriormente, espalharam-se para outros países, exigindo enfrentamentos dos problemas sociais existentes.

Observemos a explicação das autoras em destaque quando nos dizem que o surgimento da política social "[...] foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do estado." (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 64).

Algumas legislações antecederam a Revolução Industrial, como: O Estatuto dos Trabalhadores de 1349, O Estatuto dos Artesãos de 1563, a Lei dos Pobres Elisabetanas (1531 e 1601), a Lei do Domicílio de 1662, a Speenhamland de 1795 e a Nova Lei dos Pobres de 1834.

Essas leis estabeleciam um código coercitivo do trabalho com um nítido caráter repressivo e punitivo, não podendo ser consideradas como formas de proteção, pois elas obrigavam às classes empobrecidas a aceitar sem questionamentos qualquer trabalho que lhes fosse ofertado. Essas legislações sociais pré-capitalistas eram:

[...] punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o abandono dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução lança os pobres “à servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 51).

É pertinente lembrar que as teorias liberalistas vigentes, de meados do século XIX, até o começo do século XX influenciaram a construção das políticas sociais e advogavam a supremacia do mercado como instância central para assegurar o bem-estar individual, regulamentando as relações econômicas e sociais e produzindo o suposto “bem-comum”. Assim, há o predomínio do individualismo, pois:

Os liberais consideram o indivíduo (e não a coletividade) como sujeito de direito, de modo que os direitos civis foram os primeiros a ser reconhecidos pelo Estado liberal no século XVIII, pois a liberdade de ir e vir, de adquirir e comercializar propriedade era um requisito fundamental para instituir a sociedade de classe. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 61).

Para compreender melhor os elementos essenciais do liberalismo, pautar-nos-emos nas prerrogativas defendidas por Berhing e Boschetti (2007). As diretrizes dessa teoria contribuem para a manutenção do “*status quo*”, ao reforçar a desigualdade presente em nossa sociedade capitalista e também por oferecer estratégias reformistas e sem um viés transformador.

Tais diretrizes, resumidamente, podem ser classificadas como: a redução da intervenção estatal, o predomínio do individualismo, o lema da defesa do bem-estar individual anterior a qualquer defesa do bem-estar coletivo, a defesa da liberdade e competitividade, a naturalização da miséria, o predomínio da lei da necessidade (teses malthusianas – necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas); a manutenção de um estado mínimo (este deveria ser complementar ao mercado), a visão de que as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício (política social desestimula o interesse pelo trabalho, gerando acomodação) e, finalmente, a concepção de que a política social deve ser um paliativo.

Assim, como pudemos perceber sucintamente nas considerações destacadas acima, os ideais liberalistas marcaram a construção das políticas sociais por muitas décadas, sendo que seu enfraquecimento, vagarosamente, aconteceu quando o

movimento operário crescente começa a ganhar destaque e força, enveredando uma bandeira de luta a favor dos direitos de cidadania, ou seja, de interesses coletivos.

No sentido destacado, vale considerar que é inegável o papel da mobilização e a organização da classe trabalhadora que foram determinantes:

[...] para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito do voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 64).

Segundo as autoras em destaque, é nesse palco de conflitos, lutas e acirramento da questão social que é forjado o sistema de proteção social, sendo que este pode ser entendido como formas mais ou menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus integrantes, além de representarem respostas do Estado diante das expressões da questão social latente.

Tal sistema também está associado às respostas diante de certas vicissitudes da vida natural ou social, como exemplo: a velhice, a morte, a doença, o infortúnio, acidentes de trabalho e as privações, incluindo, também, os mecanismos de seleção e redistribuição de renda, os quais permitem a sobrevivência e o processo de integração na vida social.

Ainda com base nas análises de Boschetti e Behring (2007), apresentamos, sucintamente, alguns momentos da proteção social, objetivando refletir sobre as dificuldades existentes, até os nossos dias, para a garantia de direitos às famílias em sua totalidade.

Um dos marcos da proteção social se dá em 1883 – quando se inicia um sistema previdenciário alemão implantado pelo chanceler Otton Bismark, o qual possui características semelhantes de seguros privados. No que diz respeito aos direitos, os benefícios cobrem principalmente os trabalhadores contribuintes e suas famílias. O acesso a tal proteção estava condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações era proporcional à contribuição efetuada.

O financiamento de recursos advinha, fundamentalmente, das contribuições diretas de empregados e empregadores, baseados na folha de salários. A gestão dos seguros eram originalmente organizadas em caixas estruturadas por tipos de risco social: caixas de aposentadorias, caixa de seguro-saúde e eram geridos pelos contribuintes, ou seja, por empregadores e empregados.

Os seguros foram iniciados timidamente sob a perspectiva privada e não possuíam um viés universal. De acordo com Boschetti e Behring (2007, p. 66), tais seguros eram destinados a reduzidas categorias profissionais, sendo que:

[...] se espalharam no final do século XIX e início do século XX, de tal modo que, em 1938, entre 30 países da Europa, Ásia, América e Austrália, 20 tinham seguro compensatório contra doença, 24 possuíam alguma forma de aposentadoria contributiva, quase todos tinham planos para atender acidentes no trabalho e moléstias industriais, somente 8 tinham seguro obrigatório contra o desemprego e somente 3 cobriam apenas as três “clássicas” de risco social: doença, velhice, e desemprego. Essa modalidade de proteção social, contudo, não tinha caráter universal.

Posteriormente, vários países industrializados, com exceção dos EUA e do Canadá, introduziram na agenda da intervenção social políticas públicas compensatórias para amenizar os riscos sofridos pelos trabalhadores da indústria, os quais trabalhavam durante longas jornadas, recebiam míseros salários e estavam mais suscetíveis ao adoecimento e a situações de acidentes.

Nas décadas de 1920 e 1930, com toda a repercussão da crise mundial de 1929, importantes acontecimentos econômicos e políticos contribuíram decisivamente para a constituição dos sistemas de proteção social ao redor do mundo. Nesse momento de nossas considerações, sinalizamos que iremos dar continuidade a esse assunto no próximo subitem.

Merece destaque a posterior reflexão que também faremos sobre algumas nuances da realidade brasileira, com ênfase na questão social e na política social, tendo em vista que os sujeitos de nossa pesquisa vivenciam particularidades que são consequências das metamorfoses presentes no contexto do Brasil.

3.1 Questão Social e Política Social: particularidades no cotidiano de nossas entrevistadas

Os estudos sobre a configuração da política social e as facetas da questão social no contexto brasileiro mereceram uma atenção especial nesta parte de nosso trabalho, pois as mulheres por nós entrevistadas são atingidas pelas transformações presentes em nosso contexto societário – o qual traz em seu bojo uma forte herança escravocrata e coronelista.

Nessa vereda, podemos inferir que o surgimento da política social no Brasil, não acompanhou uma sequência do restante do mundo, principalmente dos países centrais, já que a questão social só foi entendida dentro de uma perspectiva política a partir da segunda década do século XX, com as primeiras lutas realizadas pelos trabalhadores, contribuindo para o surgimento das medidas de legislação direcionadas ao mundo do trabalho.

Nessa linha de compreensão, pensamos ser importante pontuar que nosso entendimento sobre a questão social está pautado nas análises marxistas realizadas pelo estudo de Ferreira da Silva⁶⁸ (2008, p. 127). Para a autora:

A questão social é entendida como um conjunto de problemas de natureza política, econômica, cultural e social - com determinantes estruturais claras - sob as quais se debruçam o Estado, a Igreja e o mercado, a fim de viabilizar respostas às demandas postas por estas questões nas diferentes conjunturas históricas. Respostas fora do âmbito da pura filantropia, que não resolvem apenas com repressão ou coerção e precisam de uma intervenção política do conjunto da sociedade, incluindo aí as práticas sociais.

A definição destacada acima nos leva a pensar a questão social como resultante das relações sociais próprias do desenvolvimento capitalista brasileiro. E acrescentando a esse raciocínio, observemos as pontuações de Behring e Boschetti (2007, p. 78) quando nos dizem que inexistiu no Brasil escravista do século XIX uma, “[...] radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes.”

⁶⁸ A pesquisadora faz uma importante análise sobre as configurações e fundamentos da questão social no contexto sócio- histórico brasileiro.

De acordo com Gohn (2003), desde o Brasil Colônia, registram-se a existência de lutas sociais e movimentos com características de motins; no entanto, faltavam-lhes projetos organizados. As reivindicações básicas giravam em torno das melhorias das condições de trabalho e nas legislações do poder público.

Com o alvorecer do século XIX surgem os movimentos ligados à questão da escravidão e de outras movimentações com diferentes causas. Já com o início do século XX, assistimos a algumas mudanças refletidas sobre os principais movimentos e lutas sociais na Primeira República, também conhecida como República Velha vai de 1889 até 1930 e inaugura um novo modelo político-administrativo, caracterizado pela modernização capitalista industrial, contudo tal período não foi oportuno ao processo democrático devido a pouca expressividade da participação popular. Destaca-se que nessa fase foi elaborada a primeira Constituição da República, a qual permaneceu em vigência até a chamada “Revolução de 1930” (SILVA, I. M. F., 2008).

Em consonância com Gohn (2003), no início do período por nós retratado, a questão social se alterou devido à substituição da mão de obra escrava pela assalariada. É necessário pontuar que os problemas sociais passam a ser tratados pelo Estado como questão de polícia e, em decorrência disso, ocorreram revoltas da população reivindicando serviços urbanos, diminuição no preço dos alimentos, aumento dos salários e protesto contra as políticas locais que não respondiam de forma satisfatória às demandas da população.

Observemos a fala da autora sobre esse período, em que há uma mistura das organizações sindicais com associações comunitárias:

As lutas sociais urbanas se acirram no Brasil, dado o avanço no processo de urbanização propiciado pela economia do café na região centro sul [...] organizações anarco-sindicalistas conviveram com as associações de auxílio mútuo, lutas pelo rebaixamento dos gêneros alimentícios estavam ao lado de reivindicações por salário, jornada de trabalho, assim como congelamento de aluguéis. (GOHN, 2003, p. 61).

Para uma melhor compreensão desse importante contexto, buscamos em Ferreira Silva (2008), a qual retrata que na República houve movimentos sociais e populares ocasionados por conflitos de diversas naturezas, apontando para o marco das primeiras lutas operárias no país. E nessa conjuntura, ressaltamos importantes

fatos históricos que merecem destaque, tanto de um ponto de vista nacional como internacional, como a I Guerra Mundial (1914), a criação do Partido Comunista (1920), a Semana de Arte Moderna (1922) e a crise econômica internacional com a quebra da Bolsa de Nova York (1929).

Outros marcos significativos foram a Revolução de 1930 aliada ao Estado Novo (1930-45) que provocaram rupturas no campo político e econômico, ídeopolítico e sociocultural, contudo não representaram alterações estruturais na base econômica do país, por isso essa revolução é conhecida como “revolução pelo alto” (SILVA, I. M. F., 2008). Nesse período, a crise econômica – com repercussões internacionais – levou à derrocada do café e trouxe mudanças no modelo capitalista brasileiro, sendo que alterou a base econômica baseada na agricultura para a economia urbana industrial.

Ainda nesse cenário, acontece a implantação do projeto liberal industrializado, sendo que há o crescimento das indústrias, mudanças no perfil da classe operária, pois os migrantes e imigrantes trazem novos contornos para organização da classe trabalhadora. O Estado passa a intervir de forma mais profunda, assumindo o processo de desenvolvimento nacional, promulgando uma série de leis e direitos trabalhistas.

Assim, nessa época há a predominância do Estado autoritário e no que tange à questão social, concordamos com Ferreira Silva (2008. p. 24) quando destaca que tal questão “[...] culmina com a consolidação do movimento operário, a partir da emergência de suas primeiras organizações no Brasil.”

Tanto as lutas como as organizações trabalhistas foram retratadas em sua dinâmica de avanços e recuos, bem como as formas de intervenção e construção de respostas diante da questão social foram alvo de análises pela Igreja, Estado e pelo mercado.

Após essa sucinta consideração sobre a configuração da questão social no Brasil, passemos a tecer comentários sobre as políticas sociais.

Inicialmente, entendemos as políticas sociais no movimento contraditório da sociedade; assim acreditamos que elas surgem como respostas diante das refrações da questão social. Nessa perspectiva, vale lembrar, dentro de um ponto de vista marxista, a existência dual do entendimento das políticas sociais com suas diversas manifestações e dimensões. No que tange ao olhar histórico, “[...] é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que

possuem papel determinante em sua origem e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 43).

Já, dentro de um viés econômico, é interessante, conforme as autoras em análise, “[...] estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 43).

Nesse contexto, como resultado de tal processo, temos no Brasil, em 1923, a aprovação da Lei Eloy Chaves a qual instituiu a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPS) para os trabalhadores ferroviários e marítimos.

Posteriormente, em 1930, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), com o intuito de cobrirem riscos de perda de capacidade para o trabalho e estes foram, com o passar dos anos, substituindo as CAPS.

No que tange à Previdência Social brasileira, é possível afirmar baseadas em Braga e Cabral (2008, p. 67) que ela pôde ser configurada, por muitos anos, principalmente no período da ditadura⁶⁹, como seguro social, e não como seguridade social. Então, “[...] esse seguro se baseava nas relações salariais e nos fundos públicos e privados, para garantir a cobertura de riscos inerentes aos acidentes, à doença, à velhice, à invalidez e à morte.”

Ademais, as autoras demonstram que a disputa pela Previdência Social implicava em conflitos de interesses entre políticos, donos de hospital, sindicatos, tecnocratas, trabalhadores rurais e urbanos e empresários .

Nessa ótica, podemos deduzir que a cobertura de riscos de trabalho esteve envolta nesta arena de interesses entre as empresas e as companhias de seguro. Para melhor ilustrar, vejamos os apontamentos das referidas autoras sobre a Previdência Social no período getulista, o qual foi marcado pela repressão combinada com a dinâmica política e estrategicamente defendia interesses de alguns segmentos trabalhistas:

Na Era Vargas, a previdência social adotou um modelo que denominamos de getulista, que dividia os trabalhadores por categoria, mas se sustentava politicamente com a cooptação de dirigentes sindicais indicados para os postos de direção dos

⁶⁹ Embora não seja o foco de nossas atenções o aprofundamento sobre o período ditatorial, vale destacar que, durante esse período, “a modernização se confundia com a organização tecnocrática e foi denominada de sistema para caracterizar um conjunto de elementos estruturantes, segundo a lógica tecnocrático-repressiva dominante” (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 68).

Institutos de Previdência. O seguro social era demarcado pelo regime de repartição simples, com contribuição dos trabalhadores e com fundos controlados pelos representantes designados pelo Estado, sindicatos e patrões. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 68).

Outro dado importante para se destacar nesse ínterim é que, no ano de 1942, inicia-se uma maior centralização na instância do governo federal das ações de assistência social realizadas pela Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), objetivando atender as famílias dos soldados brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), envolvidos na Segunda Guerra Mundial.

As características da política de assistência social iniciante deixavam claro o viés fragmentado, desorganizado, assistencialista e clientelista, que só foram modificados com a promulgação da Carta Constituinte de 1988, a qual trata pela primeira vez na história, da assistência social brasileira, como direito do cidadão e dever do Estado.

Assim, percebemos que a instauração dos direitos sociais na realidade brasileira constituiu-se como resultante da luta entre classes, pois de um lado os direitos trabalhistas e previdenciários foram pautas das reivindicações trabalhistas, mas, por outra ótica, demonstravam a legitimação realizada pelas classes dominantes que necessitam garantir mínimas condições de dignidade no âmbito trabalhista para o rendimento da força de trabalho de seus funcionários e a permanência dos lucros.

Como exemplo disso, podemos citar o ocorrido no período marcado pelo regime autoritário (1937-1945 e 1964-1984) em que foi instituído um pacote de políticas sociais como estratégia tutelar, como pôde ser corroborada com a aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, a qual fora inspirada nas legislações fascistas de Mussolini.

Avançando em nossas aproximações rumo à compreensão das políticas sociais e seu caráter eminentemente contraditório, observamos que, em meados da década de 1940 até 1970, o modelo keynesiano ganha destaque nos países centrais e passa a se constituir em uma estratégia valiosa dentro do capitalismo.

Respaladas nesse entendimento, podemos perceber que tal modelo forneceu bases para o intervencionismo estatal na fase do capitalismo maduro, seja no âmbito econômico como no social. O governo deveria fortalecer um “estado de

bem-estar social”, também conhecido como *Welfare State*, investindo em três grandes pilares: educação, seguros e saúde.

O Estado deveria responsabilizar-se pela condução do mercado, com vistas a manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda, assegurando benefícios e protegendo os trabalhadores e suas famílias em momentos de perda da capacidade laborativa, diminuindo, por conseguinte, as taxas de desemprego. Todavia, os estudos nos mostram que ínfimos foram os países que efetivamente implantaram o *Welfare State*.

No que diz respeito à situação da América Latina e principalmente no Brasil, percebe-se que os poucos serviços sociais que foram surgindo caracterizavam-se como fragmentados, emergenciais e residuais, sendo que em nenhum deles priorizava-se um atendimento abrangente e qualitativo no que tange às relações familiares.

Na maioria do continente, os estados tentaram distribuir algum tipo de renda, não investindo em programas sociais efetivos e satisfatórios que ofereciam possibilidades de emancipação por parte dos segmentos vulneráveis. Ferreira da Silva (2008) retrata que, nesse período, as intervenções diante da questão social foram através de políticas sociais compensatórias, que tinham como meta conter as consequências da política econômica em vigência, centradas na redução das condições de vida dos trabalhadores.

Com o processo de mundialização da economia, da globalização em curso e da transnacionalização do capital, agravada com a crise do petróleo inaugurada em meados da década de 1970, as repercussões se fazem sentir no mundo inteiro e os estados de bem-estar social passaram a ser fortemente criticados, pois se alegava que os gastos com os serviços sociais à população estavam prejudicando o desenvolvimento econômico.

A ofensiva neoliberal⁷⁰ que invadiu o mundo após a crise dos anos 1970 foi assistida por uma sociedade marcada pela velocidade da sua implementação e amplitude do seu alcance, colocando rapidamente em risco as instituições e premissas defendidas pelo Estado-providência. Assim, é possível compreender que o neoliberalismo se respalda em um processo de desregulamentação econômica em

⁷⁰ Conforme o historiador Anderson (1995, p. 1) o nascimento do neoliberalismo se deu após a Segunda Guerra Mundial, nas regiões onde dominava o capitalismo. Então, nas palavras do autor “[...] foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayeck, escrito já em 1944. E se trata de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciado como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.”

favor do chamado livre-mercado para estimular a competitividade e, para isso, desmantelou o poder da organização sindical⁷¹.

Nesse cenário, as conquistas para a população foram desmontadas pela pressão dos defensores do livre-mercado. Assim, diante da recessão, a política neoliberal passa nos anos de 1980, a ganhar destaque em vários países do mundo, esfacelando as conquistas sociais adquiridas ao longo da história. Tal política, associada ao processo de globalização em curso e, juntamente com a reestruturação produtiva, minou os modelos de organizações coletivas e proteção social das classes trabalhadoras.

Na política neoliberal, o campo de bem-estar social pertence ao âmbito privado, sendo assim, o Estado deve, minimamente, intervir nas questões de ordem social.

O neoliberalismo propõe, conforme Laurell (2002), uma política compensatória, assistencial e focalizada, uma vez que o Estado não possui obrigação nenhuma de garantir à sociedade patamares de proteção. Então, os estados, seguindo essa orientação passaram, principalmente a partir do final da década de 1980 e início de 1990, a adotar tais políticas de ajuste estrutural⁷².

No meio de todas essas investidas e transformações do capital, vale pontuar sobre a importância da década de 1980 para o cenário brasileiro. Gohn (2003, p. 126) destaca que esta, foi extremamente rica no que se refere às experiências político-sociais, uma vez que colidiram com a luta pelas Diretas Já, em 1984, e pela:

[...] implantação do calendário político que trouxesse de volta as eleições para a presidência do país, redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, surgimento das Centrais Sindicais, a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular [...], surgimento de inúmeros movimentos sociais [...] abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas [...] que revelam a face dos sujeitos até então ocultos.

No que tange ao contexto brasileiro, a redução do papel do Estado, além das outras medidas preconizadas pela “agenda neoliberal”, foi desencadeada no início do governo Fernando Collor de Melo, que teve um curto período (1990 a 1992), mas

⁷¹ Para uma análise sobre a crise do sindicalismo no contexto da reestruturação produtiva, consultar Giovanni Alves (2000).

⁷² Vale destacar que no ano de 1989, reuniram-se em Washington representantes do governo norte-americano e de organismos internacionais financeiros Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial para avaliarem as reformas que deveriam acontecer na América Latina. As conclusões ficaram conhecidas como “Consenso de Washington.”.

nefasto fim, pois trazia um plano de reestruturação produtiva e econômica que, posteriormente, foi adotado por seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, o qual rapidamente transformou o Brasil, conforme Paulo Netto (2000), num “pronto socorro social”, onde o enfrentamento da questão social passou a ser efetivado por medidas focalistas e emergenciais, dentre estas podemos citar o “Programa Comunidade Solidária”.

Esse Programa iniciou suas ações de combate à pobreza em 1995 e foi a maior expressão da política de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que os atendimentos eram realizados pautados na filosofia da solidariedade e as práticas possuíam um viés meramente assistencialista, contrariando a noção de serviços sociais já defendida pela LOAS em 1993⁷³.

Dentro desse viés, podemos dizer que tal programa representou um retrocesso no que tange às formas de proteção social em curso, principalmente a assistência social, que havia adquirido dentro do plano legal o *status* de política social, conforme pode ser observado no título sobre a Ordem Social da Constituição Federal de 1988. Esta definiu o conceito de Seguridade Social por meio de ações de saúde, previdência social e assistência social.

Simões (2009, p. 97), traz uma contribuição para análise desse assunto. Para ele, esse tripé não foi eleito aleatoriamente pelo legislador constituinte, mas devido ao fato da seguridade ter por finalidade “[...] a garantia de certos patamares mínimos de vida da população, em face de reduções provocadas por contingências sociais e econômicas.” Ainda em suas considerações, a escolha dessas três instituições expressa três áreas de necessidades sociais básicas para a estabilidade da sociedade. Assim:

[...] na **saúde**, a ação de prevenção, proteção e recuperação; na **previdência social**, a perda ou redução de renda; na **assistência social**, a seleção, prevenção e eliminação dos riscos e vulnerabilidades sociais. Nessa relação entre a sociedade e o Estado, gera-se, portanto, um direito subjetivo público, de que todos os cidadãos são titulares; e um dever de Estado, que incumbe aos governantes implementar, em certas condições. (SIMÕES, 2009, p. 98, grifo do autor).

Concordamos com o autor que a construção da Seguridade Social brasileira, instituída com a Carta Constituinte de 1988, apresenta um modelo pautado na lógica

⁷³ A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – foi promulgada em dezembro de 1993 e traz em seu contexto, uma nova forma de compreensão e gestão da política de assistência social.

do seguro e da assistência, restringindo a previdência social aos trabalhadores que contribuem com a mesma universalizando a saúde e limitando a assistência social a quem dela necessitar.

Em meio a esse contexto de flexibilização dos direitos trabalhistas, de retrocessos nos caminhos das políticas sociais com o imperativo neoliberal em voga, percebemos que as famílias empobrecidas são as que mais sofrem para garantir o mínimo exigido para a sobrevivência de seus integrantes, além de, primariamente serem “chamadas” a garantir proteção, segurança e todos recursos necessários à reprodução social nesse século XXI.

É preciso pontuar que, muitas vezes, o descumprimento dessas funções desencadeia um processo de penalização, punição e precarização das próprias condições de vida das famílias, já que contribui com a intensificação da questão social.

Vejamos as falas de nossas entrevistadas que reforçam as inúmeras dificuldades para acessar as políticas públicas, em especial: a assistência social, a saúde e a previdência social e ter seus direitos garantidos:

Antes eu ganhava cesta básica por mês quando precisava, ou estava desempregada, ou em situação difícil. Que nem estes dias para trás mesmo eu estava precisando muito, aí eu procurei a Assistência, né? Ela não pôde me ajudar não, disse que o prefeito tinha cortado, então acho que não tem não, quer dizer, eu não conheço nada por aqui não, nem projeto, programa e nem nada para melhorar um pouco a vida da gente que é pobre [...] só ganho o Bolsa-Família, porque aqui não tem mais nada. Bom, mas a saúde eu tenho acesso, mesmo que é ruim e difícil para conseguir exame, e também tem algum remédio de vez em quando. (PRETA)

[...] se não fosse o Bolsa-Família e eu olhar a menina que cuido já há algum tempo, o que eu ia fazer? A gente ia comer com quê? Não ia ter jeito não, pois meu marido está desempregado e nós não recebe apoio de ninguém. (MARIA 1)

Só recebo o Bolsa-Família e mais nada. [...] na saúde, de vez em quando, eu pego meus remédios. Eu uso remédio de uso contínuo, são anestésicos de via oral, porque eu já te falei antes que tive um câncer há alguns anos, então ainda sinto dores. (MARIA 2)

Já faz um tempo, uns dois anos atrás mais ou menos, eu fui no INSS também porque fiquei sabendo que meu filho doente que tem deficiência auditiva, ele não fala e não ouve, teria direito a um benefício que ajuda a pessoa que tem alguma deficiência, mas aí não deu certo não, porque ele não passou na perícia. (ÉVENIN)

Eu recebo o Bolsa-Família, é R\$44,00, eu acho pouco, mas ajuda a gente comprar alguma coisa.[...]. Saúde até tem aqui em Guaranésia. Não é aquela que seria ideal, porque demora pra gente conseguir consulta e outras coisas são demoradas também, mas tem saúde aqui sim. (CRISTINA).

A narrativa de “PRETA” demonstra a ineficácia da política de assistência social em seu município, pois no momento em que estava com dificuldades financeiras e precisou do apoio com alimentação (cesta básica), não obteve tal recurso. Também relatou que desconhece a existência de projetos e programas sociais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população de Guaranésia.

Ela destaca que somente dispõe do recurso proveniente do Bolsa-Família⁷⁴ e mais nada, ou seja, podemos observar que ela ignora que o Bolsa-família⁷⁵ seja um programa do Governo Federal ligado à política de Assistência Social que objetiva melhorar as condições de vida do grupo familiar em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de transferência de renda. Torna-se importante mencionar, de acordo com Nascimento e Reis que, a partir de 2003, iniciou-se o processo de unificação dos programas nacionais de transferência de renda, envolvendo: “O Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde), o Auxílio-Gás (Ministério de Minas e Energia), e o Bolsa-Escola (Ministério da Educação), dando origem ao Programa Bolsa-Família, lançado em 20 de outubro de 2003.” (NASCIMENTO; REIS, 2009, p. 189).

Ressaltamos que, baseadas nas autoras supracitadas, os objetivos e a extensão do Programa Bolsa-Família estão pautados na idéia de proteger o:

[...] grupo familiar como um todo, no intuito de incluí-lo socioeconomicamente, através de transferência monetária – o valor do benefício varia de R\$ 22,00 a R\$ 200,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família, com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos – e da inserção prioritária em programas considerados complementares, como a alfabetização para adultos, vacinação, programas de geração de trabalho e renda. (NASCIMENTO; REIS, 2009, p. 189)

⁷⁴ As condicionalidades do Programa são: renda per capita familiar, saúde e educação.

⁷⁵ Vale pontuar que esse programa integra a estratégia Fome Zero, o qual visa “[...] assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.” (BRASIL, online).

Achamos oportuno discorrer sobre o Bolsa-Família pelo fato de a maior parte de nossas entrevistadas o terem citado e destacado que a renda advinda desse programa contribui para a sobrevivência cotidiana.

No final da fala de “PRETA”, ela lembra que possui acesso à saúde, contudo enfatiza as falhas existentes em tal política, pois é difícil para agendar exames e conseguir medicação. Podemos relacionar seus apontamentos sobre a política de saúde em seu município com as considerações de “CRISTINA” que, embora reforce a existência dessa área, também se queixa que o acesso a tal área não é o ideal. Relata a demora no agendamento de consultas. Assim percebemos que a saúde como “[...] um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (Art.2º lei 8.080 de 1990), está comprometida na realidade de nossas entrevistadas em Guaranésia, todavia estas reconhecem as falhas no serviço que distancia do que seja esperado.

“ÉVENIN”, que possui um filho com deficiência na fala e na audição, faz menção ao direito do benefício para quem possui deficiência, relatando que não conseguiu junto ao INSS⁷⁶ ter o mesmo efetivado, explicando que o adolescente não passara na perícia médica.

Sobre esse assunto, vale destacar que tal benefício social existe desde 1993 com a promulgação da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). No artigo vinte dessa lei está definido que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantirá 01 salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir condições de prover sua própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, mais precisamente, “[...] considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família cuja renda per capita seja inferior a (um quarto) do salário mínimo” (Art. 20).

No que se refere ao entendimento de deficiência, vale comentar que para fins desse benefício é considerada a pessoa “[...] incapacitada para a vida independente e para o trabalho” (BRASIL, 1993, online), todavia, merece menção que, embora esse benefício exista desde 1993, foi em 2004, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que o mesmo passou a ser reafirmado como direito à cidadania, pois houve avanços no entendimento do significado da

⁷⁶ Destaca-se que o INSS apenas operacionaliza o BPC, sendo que sua gestão e implementação competem ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

incapacidade e da deficiência. Nesse contexto, adotou-se uma nova definição de incapacidade baseada na recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) – que, a partir de 2001, pautou-se na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e na Convenção da ONU que, em 2006, ampliou a definição de pessoas com deficiência, como sendo aquelas que têm impedimentos: “[...] de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2008a, online).

Assim, há que se considerar que essa visão de deficiência amplia a perspectiva de direitos das pessoas com deficiência ou incapacidade que antes eram avaliadas dentro de uma visão médica restritiva, a qual não considerava a pessoa em sua totalidade.

Com a CIF, percebemos uma tentativa de avaliação mais abrangente da pessoa com deficiência ao acessar o BPC, pois essa classificação oferece dimensões da saúde considerando os aspectos biológicos, individuais e sociais e compreende o impacto sobre a execução de atividades e participação social. No âmbito dessa reflexão, merece aludir que, em 2007, foi instituído o Decreto 6.214, regulamentando a LOAS e em seu Art. 4º traz as definições de pessoa com deficiência e incapacitada:

I-pessoa com deficiência: aquela cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho;
II - incapacidade: fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social. (Art 4º).

O decreto supracitado prevê em seu art.16º que a concessão do benefício ficará sujeita à avaliação médica e social, a qual passou a ser realizada pela perícia médica e pelo Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Dentro desse novo entendimento, verificamos que aumenta a possibilidade de as pessoas com deficiência conseguirem o BPC e melhorarem suas condições de vida, pois a avaliação médica passa a considerar as deficiências nas funções e estruturas do corpo, enquanto que, no processo de avaliação social, consideram-se os fatores ambientais, sociais e pessoais, como determinantes na vida dos

indivíduos, uma vez que tais barreiras restringem a participação na vida social e limitam o desempenho de atividades.

É pertinente também trazer essas alterações no entendimento do que atualmente se entende por deficiência e incapacidade para enriquecer nossas análises, já que acreditamos que dentro desse novo panorama de avaliação médico-social⁷⁷, o filho de “ÉVENIN” possui mais chances de conseguir tal benefício e, por conseguinte, acessar um padrão de vida melhor, ou seja, com mais recursos que contemplem suas necessidades .

Dentre os aspectos levantados acima, percebemos através dos depoimentos das mulheres que perdura o distanciamento dos direitos previstos em várias legislações, como: Constituição Federal de 1988, a LOAS de 1993, a LOS de 1990 e recentemente a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - 2004, que orienta uma nova forma de atendimentos às famílias em suas diversidades, nos diferentes estados brasileiros.

Nesse sentido, faltam alternativas concretas para a garantia de mecanismos articulados e integrados que situem a família como eixo central das políticas sociais. Essa compreensão nos permite pensar que a criação de um sistema de proteção social efetivo precisa proporcionar um espaço de escuta de seus usuários, ampliando as possibilidades de protagonismo e assistência mais abrangentes, não somente nos momentos de crise e conflito, mas nos diversos contextos da vida familiar. O que nos parece é que a visão de política social como viés protetivo não se fez presente no universo de nossas entrevistadas.

Vale destacar que, dentro de um ponto de vista teórico, novas expectativas estão em pauta na atualidade no que diz respeito à construção dos serviços sociais neste século XXI. A aprovação da Política Nacional de Assistência Social de 2004, estabelecida com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pode ser um exemplo disso.

⁷⁷ Registramos que após a entrevista com “ÉVENIN”, prestamos orientações a ela sobre essa mudança na avaliação médico-social da pessoa com deficiência. Incentivamos a mesma a tentar novamente o BPC, pois há três anos atrás , quando ela requereu o benefício, não havia esse entendimento ampliado da deficiência x incapacidade.

Tal sistema focaliza no *locus* familiar os serviços⁷⁸, programas, projetos e benefícios⁷⁹, sendo que um dos eixos estruturantes do SUAS e que merece ser destacado é a matricialidade sociofamiliar. Esta objetiva fortalecer os vínculos familiares, vindo a diminuir as fragilidades presentes em seu universo, além de constituir-se como uma tentativa de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, prevenindo as situações de risco e iniciando a intenção de ruptura com a atenção segmentada e fragmentada dos usuários dos serviços sociais ao longo da história, como: crianças, adolescentes, idosos, deficientes, entre outros.

Assim, para a PNAS/2004, as novas feições assumidas pelas famílias estão intrinsecamente condicionadas às várias modificações econômicas e sociais atuais vigentes, que provocaram o enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários, intensificando o processo de vulnerabilidade das famílias.

Sendo assim, a grande necessidade posta para a Política de Assistência Social é construir mecanismos de proteção às famílias que lutam pela sobrevivência, prevenindo os impactos das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, além de ampliar a compreensão do que seja família na contemporaneidade.

Acreditamos que o entendimento desse conceito precisa contemplar os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos em mudança, ou seja, uma visão de família que abarque as pessoas que se unem não apenas por laços consanguíneos, mas também de solidariedade, apoio, simpatia e sobrevivência.

Outrossim, estão previstas, nessa mesma legislação, formas de proteção social definidas como: básica e especial e pensamos ser importante comentar sobre elas neste estudo.

A proteção social básica objetiva prevenir as diversas situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vivencia as muitas situações

⁷⁸Concordamos com a definição de que os serviços, “[...] são atividades consistentes na disponibilidade do uso de equipamentos e de recursos humanos, organizados para desenvolver atenções específicas a segmentos da população (saúde, atendimento a famílias, transporte, educação, profissionalização e outros), em vista dos referidos objetivos. Aqueles que usufruem dos serviços são denominados usuários ou utentes” (SIMÕES, 2009, p. 99-100). Também compartilhamos da conceituação de serviços no art.23 da LOAS, que os define como atividades contínuas que objetivam a melhoria de vida da população.

⁷⁹“Os benefícios são pagamentos pecuniários, decorrentes de programas como o BPC, auxílios, pensões e aposentadorias ou em valores *in natura*, como cestas básicas, remédios, por exemplo. Caracterizam-se, em resumo, por pagamentos de valores, nessas formas. Aqueles que os recebem são, por isso, denominados beneficiários.” (SIMÕES, 2009, p. 99).

de vulnerabilidade social ocasionadas pela pobreza, pela ausência de renda, falta de acesso a serviços públicos e pela fragilização dos vínculos afetivos.

De acordo com a PNAS/2004, a proteção social básica prevê o desenvolvimento de uma rede de serviços, programas, projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos seguindo a identificação da vulnerabilidade apresentada e deverá ser executada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme orientação da Política Nacional de Assistência Social de 2004.

Cabe ao CRAS atuar com famílias e indivíduos:

[...] em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário [...] na proteção social básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais de vínculos afetivos e sociais, de identidade grupal; além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o estado. (BRASIL, 2004, p. 35).

Já a proteção social especial prioriza o fortalecimento e apoio contínuo às famílias que se encontram em situação de risco, necessitando de serviços específicos para a sobrevivência.

Assim, o destaque da proteção social especial deve priorizar a construção de abrigo dos indivíduos que por um conjunto de fatores não possuem mais os cuidados e proteção de suas famílias.

Destarte, os serviços de proteção social demandam acompanhamento individual e alternativas protetoras diante das situações de risco pessoal e social, relacionados à ocorrência de abandono, maus-tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outras.

Vale destacar que devido à natureza das atividades e serviços realizados pela proteção especial, esses possuem estreita relação com o sistema de garantia de direito, necessitando caminhar juntamente com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos ligados à garantia de proteção à população.

Em suma, não podemos idealizar o SUAS e os seus níveis de proteção social como a única saída para as famílias serem compreendidas em sua totalidade e respeitadas como sujeito de direitos, contudo, torna-se, pelo menos no âmbito legal, uma iniciativa abrangente e permeada por desafios históricos.

Uma questão que precisa ser comentada em nossas reflexões diz respeito aos novos ordenamentos da política da assistência social para a vida das famílias brasileiras neste período histórico, pois o que nos parece é que, até o momento, todos esses serviços preconizados pelos níveis de proteção básica e especial não estão acessíveis de forma clara no cotidiano das mulheres que entrevistamos. E essa questão retrata que no contexto contemporâneo em que predomina o neoliberalismo, as famílias são responsabilizadas e chamadas a garantir e suprir os atendimentos necessários para seus membros, conforme pudemos observar nos depoimentos das mulheres.

Ademais, observamos que há consequências da falta de responsabilidades do Estado, que não fornece condições necessárias de proteção social, contribuindo para que as famílias construam diferentes estratégias de sobrevivência.

As estratégias de sobrevivência são refeitas a cada momento, no ritmo do cotidiano, frente à instabilidade econômica, social e política do Brasil. Ademais, as classes menos favorecidas vão sentindo, gradativamente, que estão sendo excluídas, pois perdem direitos à saúde, ao trabalho, à educação, enfim, perdem conquistas que foram construídas ao longo de décadas, por força de movimentos sociais e políticos no país. (SOARES, 2001, p. 147).

Dentro dessa ótica, percebemos a necessidade de discutir a ausência de um sistema de proteção social efetivo às famílias em vulnerabilidade social que constroem suas vidas no contexto brasileiro, sendo que o Brasil, por ter características peculiares no que diz respeito à consolidação do capitalismo, apresenta particularidades que merecem ser consideradas. A questão social como resultante do conjunto de desigualdades sociais também passa a apresentar especificidades.

Através da realidade de luta e persistência para garantir a sobrevivência cotidiana dos membros familiares, recai sobre a classe dominada a condição do estado de dependência perante a classe dominante.

Dessa forma, alimentando o poder, a soberania da mais-valia e a elevação do capital, estimulam a concorrência entre o exército de trabalhadores. Vejamos as

ponderações de Alencar (2004, p. 76) quando diz que “[...] se o trabalho pode estruturar identidades, ser reconhecido como espaço de pertencimento social, a sua ausência ou inserção precarizada pode ser fonte de degradação social.”

Encerrando nossas reflexões neste item, pensamos que os desafios ontológicos postos na atualidade para a garantia da proteção social às famílias empobrecidas – as quais vivenciam, em seus respectivos cotidianos, as diversas expressões da questão social – são visíveis.

Acreditamos que tal discussão é desafiante e essencial tanto para nós, Assistentes Sociais que atuamos com as diversidades familiares nos vários espaços de trabalho – sejam públicos, privados ou ONGS, entre outras, – como para profissionais de outras áreas distintas: psicologia, pedagogia, direito, medicina, entre outros, que acompanham famílias em situação de abandono, pertencentes às classes subalternas e que necessitam ter seus direitos garantidos.

Em suma, pudemos observar a partir das falas de nossas entrevistadas a situação de abandono e precariedade que se faz presente de forma distinta no cotidiano das mesmas, já que o acesso às políticas de assistência social, saúde e previdência social possui diferentes falhas.

Apresentemos a seguir, alguns aspectos das condições de trabalho das mulheres entrevistadas que sofrem com a sazonalidade presente em suas instâncias trabalhistas. Percebemos que a precariedade do trabalho, na realidade atual, traz impactos nefastos ao contexto familiar, além do agravamento da questão social, a qual se expressa de diferentes formas na vida das famílias, nos distintos estados brasileiros.

3.2 Trabalho precarizado e seus desenhos: impactos na vida das mulheres entrevistadas

A categoria trabalho é de grande relevância neste estudo, pois acreditamos que é por meio dele, em nossa sociedade capitalista, que o homem elabora sua própria história e reúne elementos para a transformação da natureza, constituindo-se, portanto, em peça chave na construção da sociabilidade humana.

Vale destacar que tal discussão, embora não seja nova, continua em evidência dentro do âmbito das Ciências Sociais e Humanas⁸⁰ e também na área do Serviço Social⁸¹, uma vez que os autores hegemônicos em nossa profissão partem desses referenciais e com eles dialogam para o deciframento dos múltiplos elementos presentes no real.

Corroborados em Antunes, como um dos destacáveis estudiosos brasileiros e defensores da centralidade do trabalho na vida dos homens, reconhecemos a pertinência desse tema nos dias atuais, explicando a transversalidade de tal questão:

Renascendo das “cinzas”, a questão do trabalho, tornou-se novamente um dos mais relevantes temas da atualidade. Muitas são as interconexões e transversalidades que mostram o trabalho como questão central dos nossos dias. Como a destruição ambiental e a questão feminina, o labor humano mostra-se como questão vital para a humanidade. (ANTUNES, 2005, p. 14).

É importante sinalizar que dentro de um ponto de vista sócio-histórico, o trabalho passou por expressivas alterações, provenientes das novas descobertas e técnicas que contribuíram para a adaptação do homem ao meio natural, garantindo sua sobrevivência e a perpetuação da espécie.

Observemos as pontuações de Marx (1980, p. 211), que concordamos, quando diz que o trabalho é um processo que participam:

[...] o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – perna e braços, cabeças e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza eterna e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza eterna e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Para nossa pesquisa, pensamos ser prudente realizar um breve esboço sobre a situação atual do mundo do trabalho, uma vez que o resultado de nossas

⁸⁰ Ver estudos de Marx (1980), Mészáros (2006), Antunes (1999; 2005), Giovanni Alves (2000), Tavares (2004).

⁸¹ O projeto de formação profissional do Serviço Social contemporâneo possui um cariz marxista e os autores como Iamamoto, Paulo Netto, Behring, Boschetti, Montañó, entre outros, compartilham da teoria social crítica para o deciframento da realidade.

entrevistas nos leva a perceber que as famílias empobrecidas são as que possuem piores condições trabalhistas, dispõem de baixa qualificação e não contam com efetivação dos direitos sociais e previdenciários, comprometendo substancialmente a vida das mesmas.

Inicialmente, partimos do entendimento de que o trabalho se torna intensificado e complexo quanto mais avança e se consolida o ser social em suas relações sociais. Para compreendermos sinteticamente essa questão, buscamos em Antunes (2005) em sua importante obra “O Caracol e sua Concha”, a ideia que, desde a antiguidade até os nossos dias, o trabalho vem sendo entendido em um movimento dual como expressão da vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, trabalho e fadiga.

Nesse contexto, o trabalho ora propicia momentos de catarse, como também a vivência de martírio. Assim, há momentos em que é analisado dentro de um ponto de vista positivo e, em outros instantes, como algo extremamente negativo. Vejamos suas considerações sobre as contradições relativas ao trabalho:

Com o envolver humano, o trabalho se converteu em tripaliare – originário de tripalium, instrumento de tortura –, momento de punição e sofrimento. No contraponto, o ócio tornou-se parte do caminho para a realização humana. De um lado, o mito prometeico do trabalho; de outro, o ócio como liberação. (ANTUNES, 2005, p. 11).

Nas análises das entrevistas com as mulheres de nossa pesquisa, identificamos em seus depoimentos estas ambiguidades em relação ao significado de seus trabalhos, os quais não trazem níveis desejáveis de realização humana, tornando-se um recurso ou mesmo uma estratégia encontrada para sobreviver .

Essa elucidação vai de encontro à premissa de Marx(1989), quando destaca que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social em suas várias esferas (econômica, cultural, política, ideológica, entre outras).

Observemos as falas das entrevistadas que demonstram a insatisfação em relação às suas atividades laborativas:

De vez em quando, meu marido faz bico, porque como eu te falei antes, ele está desempregado. Se tiver que descarregar um caminhão, ele descarrega, se precisar ir na roça, aí vai nós dois para tentar ganhar um pouco de dinheiro , só trabalhamos mesmo lá,

para viver um pouco melhor, porque a situação não é fácil não, a gente em casa tem muito gasto. (ÉVENIN)

[...] eu trabalho dia e noite praticamente, quase sem descanso e não tenho nada, a gente cansa demais. Outra coisa complicada lá na minha casa é que meu marido está desempregado e não tem renda, se não é eu mesma, a gente tava perdido porque a situação é difícil. (MARIA 1)

Tem dia que eu até gosto de trabalhar, mais como eu te falei antes, a gente no trabalho não tem tipo segurança de trabalho, assim, luvas certas e boas, ferramentas e outras coisas. Lá também a gente não está ganhando salário. Lá, por exemplo, tira caixa por dia e é o que você ganha. Pra você ver, a gente ganha em torno de R\$0,42 a caixa de laranja. Tem gente que chega a tirar 80 caixas. Mas eu consigo no máximo, no pomar bom, tirar 70 e, no ruim, 30 caixas. A gente não ganha nem sábado, nem domingo e não tem nenhuma regalia não, é muito que tem que fazer e cansa bastante. Eu trabalho como, se diz, porque eu estou precisando né? Porque gostar mesmo de lá, não gosto não. (CRISTINA).

Eu agora estou desempregada, meu marido também não conseguiu trabalho não, nem na roça deu certo, porque como eu te falei, ele está doente, por isso que as coisas complica, né? (PRETA).

No meu trabalho também as coisas não andam bem, é mais porque falta companheirismo porque no local de trabalho tem muita gente e sempre tem um que acaba sendo mais explorado. Eu trabalho até sábado e domingo porque no sábado eu deixo a comida tudo pronta. O tempero de domingo é tudo meu e quem ganha o elogio é outra pessoa, não sou eu que ajudei a fazer. Você entendeu? Eu não ganho elogio. Estes dias eu recebi um elogio pelo nhoque que fiz, mas a pessoa que trabalha comigo virou a cara. Porque a gente tem convivido com um companheiro que ele faz o que quer e o patrão acha bonito o que ele faz com a gente, inclusive, na quinta-feira, ele quase fez a outra cozinheira ter um infarte porque ele não respeita a gente. Ele é muito fofoqueiro e eu não suporto mais olhar para ele, eu chego no serviço estressada só de pensar que eu vou ter que conviver com ele ali. Enquanto não termina o serviço eu não paro, não que eu não possa parar, eu gosto de pegar e fazer até terminar. Aí terminou o serviço, eles liberam. (MARIA 2).

A partir das falas de nossas entrevistadas, percebemos como a precarização das condições de trabalho está latente em seus respectivos cotidianos. Também destacam a insegurança e a informalidade presentes em suas vidas, já que atravessam situações de desemprego, ausência de segurança no trabalho, falta de proteção social:

Tanto “ÉVENIN” como “MARIA 1” e “PRETA” trazem a situação de desemprego de seus maridos como elementos agravantes e difíceis. Iamamoto

(2003, p. 87) contribui para o entendimento dessa situação que assola a vida de nossas colaboradoras da pesquisa, ao descrever que a redução do emprego, aliada à diminuição do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais “[...] faz crescer a pobreza e a miséria e passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.”

Outra situação relatada pelas mulheres entrevistadas é o fenômeno do desemprego e dos trabalhos temporários, parciais e informais, sem nenhuma garantia trabalhista, como décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado, licença-maternidade, salário-família, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), os benefícios e serviços previdenciários que são de grande valia em fases da vida especiais como: nascimento, morte, reclusão, adoecimento, desemprego, acidente e velhice.

No que se refere a esse assunto, continuemos com as percepções de Iamamoto, que em sua última obra, discute as consequências do capital financeiro para o universo do trabalho e, como reflexo, a agudização da questão social.

Para a autora, desde 1993, há um aumento da proporção:

[...] dos empregados sem carteira assinada destituídos dos direitos trabalhistas: 13º salário, férias, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários: auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, salário maternidade, pensão por morte, aposentadoria. O índice dos empregados sem carteira assinada passa de 21,1% em 1995 para 24,2% do total de ocupados em 2003. Somados os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, a participação desses segmentos no total da ocupação eleva-se para 45,5% no mesmo ano, perfazendo o contingente da população economicamente ativa que se encontra na informalidade. O grupo de trabalhadores por conta própria, na sua absoluta maioria, encontra-se em atividades precárias, o que é atestado pelo não acesso aos benefícios da previdência: 81,9% não contribuem para a previdência social na média nacional. (IAMAMOTO, 2008, p. 153).

Ainda em relação às garantias legais relativas aos trabalhadores, é oportuno trazer para este estudo o que está previsto no Art.7º da Constituição Federal de 1988 no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Neste artigo⁸² estão preconizado quais são os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de

⁸² Citamos apenas alguns dos incisos que consideramos mais importante para nossas análises.

outros, que objetivem à melhoria de sua condição social, assim, tais garantias compreendem :

Art. 7º [...]

- I- a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- II- seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário
- III- fundo de garantia do tempo de serviço;
- IV- salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família como moradia, alimentação, educação , saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- V- piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- VI- irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- VII- garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- VIII- décimo terceiro com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IX- salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- X- duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- XI- jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- XII- repouso semanal remunerado , preferencialmente aos domingos;
- XIII- remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- XIV- gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XV- licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias;
- XVI- licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XVII- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XVIII- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XIX- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- XX- aposentadoria;
- XXI- assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os seis anos de idade em creches e pré-escolas. (BRASIL, 1988, online).

Todos esses direitos contribuem para a garantia de condições dignas e seguras para os trabalhadores que atuam tanto no espaço urbano, como na zona rural. Todavia, notamos que a maioria dessas garantias não se fez concreta no cotidiano trabalhista das mulheres entrevistadas.

Nesse sentido, tais mulheres sentem os impactos das transformações no mundo do trabalho e não dispõem das garantias trabalhistas, como pode ser percebido na fala de “CRISTINA” quando elucida que não ganha salário mínimo, estando sua renda atrelada à produtividade, ou melhor, à quantidade de laranjas colhidas no dia. Também destacou que não recebe os dias de sábado e domingo. Outro elemento que merece ser levado em consideração é a ausência da cobertura previdenciária social, pois nos momentos que necessitam de proteção social, não contam com os diversos “benefícios” previdenciários.

Nesse contexto, entendemos que os problemas supracitados estão intimamente ligados às mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho a partir dos anos 1970 na realidade brasileira, pois, com o processo de reestruturação produtiva que atingiu não apenas o modelo de produção, mas todos aqueles que estão ligados aos processos produtivos, contribuíram para o aumento da precarização das condições trabalhistas, da desigualdade social e do desemprego, conforme já sinalizamos anteriormente.

Nesse ínterim, o que se percebeu foi um sucateamento dos trabalhadores diante de sua complexidade, heterogeneidade e fragmentação, além do enfraquecimento do poder sindical e do refluxo dos movimentos sociais (ANTUNES, 1999). Ainda nas pontuações do sociólogo em destaque, no atual contexto da transnacionalização do capital, o mundo do trabalho passa por uma crise de proporções estruturais com configurações locais, regionais e nacionais, ligada à cadeia produtiva internacionalizada.

Não obstante, o capital, sendo um sistema global, afeta o mundo do trabalho e traz desafios os quais são também cada vez mais transnacionais (ANTUNES, 1999). Fazendo um paralelo dessas reflexões com o universo de nosso estudo, percebemos que todas as entrevistadas vivenciam de formas mais ou menos parecidas as consequências das metamorfoses do mundo do trabalho, já que a informalidade, a flexibilização dos direitos trabalhistas e o desemprego são elementos reais no cotidiano das mesmas.

Verifiquemos a importante pontuação de Antunes (1999, p. 117, grifo do autor) que amplia nosso entendimento sobre o processo expansivo de internacionalização do capital e suas dimensões para os diferentes segmentos trabalhistas:

[...] além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, e tantos outros exemplos que ocorrem no interior de um espaço nacional, *a estratificação e a fragmentação do trabalho também se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.*

Neste contexto extenso, complexificado e fragmentado presente no mundo do trabalho com os seus contornos, estão expressas as diversas modalidades de trabalho existentes, as quais estão relacionadas com a vida de nossas entrevistadas, bem como de suas famílias. Tais manifestações se dão, portanto:

- 1) dentro de um grupo particular ou segmento do trabalho;
- 2) entre diferentes grupos de trabalhadores pertencentes à mesma comunidade nacional;
- 3) [entre] conjuntos de trabalhadores de diversas nações, opostos entre si no contexto da competição capitalista internacional (...);
- 4) [entre] a força de trabalho dos países capitalistas avançados – relativamente beneficiados pela divisão capitalista global do trabalho – em oposição à força de trabalho relativamente mais explorada do Terceiro Mundo;
- 5) [entre] o trabalhador empregado, separado e oposto aos interesses objetivamente diferenciados – e geralmente política e organizacionalmente não articulados – e os não-assalariados ou desempregados, inclusive os crescentemente vitimados pela segunda revolução industrial. (ANTUNES, 1999, p. 117).

No caso de “ÉVENIN”, é destacado que o marido ocasionalmente faz “bicos” em vários locais (tanto na cidade, como na zona rural) com o intuito de gerar renda para contribuir com o orçamento doméstico, uma vez que a mesma ressalta que a família tem muito gasto, ou seja, as necessidades básicas ficam comprometidas devido à ínfima renda.

O relato das entrevistadas sobre suas limitadas condições trabalhistas nos remete às explicações de Antunes (2005), o qual demonstra que no mundo contemporâneo o universo do não-trabalho e o flagelo do desemprego adquiriram

proporções jamais vistas na história da humanidade. Verifiquemos os dados que o autor traz pautado na Organização Internacional do Trabalho (OIT):

Hoje, segundo dados da OIT – Organização Internacional do Trabalho, quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, à cata de algo para sobreviver. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. (ANTUNES, 2005, p. 12).

Conforme a explicação do autor supracitado e, voltando nossa análise para “MARIA 1”, percebemos que em nenhum momento de sua fala, ela ressalta a realização de atividades laborativas por parte de seu marido, assim é fato constatado seu papel de provedora da casa e chefe de família.

Outro aspecto observado na narrativa de “MARIA 1” é o sentimento de cansaço presente em sua jornada laboral, pois alega trabalhar em demasia tanto durante o dia como a noite e mesmo assim alega que não possui nada. Essa narrativa nos chama atenção e caminha na direção da hermenêutica marxiana, que diz:

[...] quanto mais o trabalhador produz menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2006, p. 82).

A situação do excesso de trabalho vivenciada por “MARIA 1”, nos remete às análises de Pacheco (2005) e Soares (2001) que estudam os desafios enfrentados pelas mulheres que chefiam suas famílias, sendo que a maioria delas encontra-se em trabalhos informais, desprotegidos e com pouca valorização financeira. Observemos as considerações de Pacheco quando nos diz que as situações precárias presentes nos domicílios por ela estudados, são explicadas parcialmente porque tais mulheres são:

[...] frequentemente, as únicas responsáveis, tanto pela realização das tarefas domésticas, cuidado com as crianças, alimentação, higiene – como pela provisão dos recursos materiais necessários para a manutenção do lar. No que diz respeito a esse último aspecto, vários estudos têm demonstrado que a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho se dá predominantemente no setor de serviços, no segmento informal e desprotegido, onde recebem rendimentos menores por desempenharem atividades supostamente menos qualificadas. (PACHECO, 2005, p. 5).

Nas análises de Soares (2001, p. 140), é possível perceber a sobrecarga do trabalho feminino, uma vez que as mulheres por ela entrevistadas assumiram as responsabilidades por todos os aspectos relativos ao contexto familiar, anulando-se enquanto mulheres, uma vez que “[...] suas vidas se direcionam à manutenção econômica, psicológica e moral dos filhos.” Essas considerações contribuem para nosso estudo, pois também aparecem nas falas das mulheres por nós entrevistadas, ou seja, em diversos momentos, é possível perceber as várias jornadas e as múltiplas responsabilidades existentes na vida dessas mulheres.

No que diz respeito às falas de “CRISTINA”, foi possível verificar a sazonalidade presente em seu dia a dia na colheita de laranja, marcado pela falta de equipamentos de segurança no trabalho que são imprescindíveis para evitar acidentes na zona rural e proteger a saúde do trabalhador.

Assim, o entendimento acerca da saúde do trabalhador é compreendido neste trabalho, levando em consideração os aspectos sociais que interferem nas condições de saúde. Também acreditamos que, “[...] às múltiplas causas das doenças têm uma hierarquia entre si, não sendo neutras e iguais. Há, portanto, algumas causas que determinam outras.” (MENDES, 2003, p. 65). Ou seja, em consonância com os estudos de Mendes (2003) sobre o acidente e a morte no trabalho, o entendimento de saúde do trabalhador propõe que os programas atuais insiram a proteção, recuperação e promoção da saúde de forma articulada, sendo dirigida tanto aos trabalhadores que sofrem, adoecem ou se acidentam, como também ao conjunto coletivo dos trabalhadores. Não obstante, percebemos que nenhuma dessas ações protetivas faz parte da realidade trabalhista de “CRISTINA” e nem das outras mulheres entrevistadas que possuem trabalhos degradantes.

Também é possível observar que o significado do trabalho na vida das entrevistadas possui dimensões tanto objetivas como subjetivas, além de complexas relações de sociabilidade que emergem em seus espaços de trabalho.

Na fala de “MARIA 2” mais precisamente, aparece a questão do estresse, dos conflitos entre os colegas de trabalho, permeados pela competitividade e a falta de reconhecimento de seu valor enquanto trabalhadora, pois ela expõe que, embora seja ela quem prepara o tempero, é uma outra pessoa “que ganha o elogio”. Tais questões contribuem para um quadro de estranhamento no trabalho, já que em seu depoimento é possível vislumbrar que não há em seu espaço trabalhista a valorização do produto final por ela produzido, isto é, nossa entrevistada nota que há um controle alheio diante das mercadorias que a mesma produz e, por conseguinte, o senso de coletividade não existe.

Nesse assunto, vejamos as elucidações de Marx que amplia o entendimento do fenômeno do estranhamento ao demonstrar que esse processo extrapola a relação do trabalhador com os produtos do seu trabalho. Então, nas palavras do autor:

[...] o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é sim, somente o resumo da atividade, da produção. (MARX, 2006, p. 82).

A situação do estranhamento⁸³, do individualismo e da disputa presente no cotidiano laboral de “MARIA 2” a desmotivam e geram um quadro de insatisfação considerável, pois ela se queixa da competitividade nas relações com os colegas.

Baseamo-nos em Guiraldelli, que analisa os reflexos do trabalho aviltado, para fundamentarmos a fala de “MARIA 2”. Nesse contexto, ela, enquanto trabalhadora, é atingida tanto material como subjetivamente ao não se reconhecer “[...] no produto de sua ação, sendo convocada ao mundo do trabalho de forma compulsória para satisfazer suas necessidades vitais.” (GUIRALDELLI, 2006, p. 58).

De acordo com os depoimentos supracitados, entendemos que não é possível dicotomizar a vida humana e familiar das relações de trabalho, ou seja, se apreendermos o trabalho como elemento basal na vida humana e a primeira forma

⁸³ Neste trabalho, entendemos o processo de estranhamento como sinônimo de alienação e concordamos com a premissa de Yamamoto (2008, p. 191) quando diz que “[...] o enfrentamento da alienação do trabalho pelos trabalhadores vem implicando historicamente a luta por seus interesses coletivos e por seus direitos como livres proprietários contra a dilapidação de sua força de trabalho, de sua condição vital, passando pelo reconhecimento jurídico dos direitos relativos ao trabalho por parte do Estado, através de árdua batalha por uma legislação que os proteja.”.

do ser social, tanto a produção, como a reprodução da vida material estão intimamente ligadas.

Nesse tempo, percebemos que a condição de desempregado em nossa sociedade capitalista que valoriza a produtividade é extremamente complexa, pois o desempregado não é visto como cidadão, tornando-se descartável e excluído da dinâmica societária e do acesso ao consumo.

O fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho nessa nova fase do capital fetiche⁸⁴, com uma nítida essência financeirizada, pode ser observado na maior parte das cidades brasileiras, com expressões diferenciadas, tendo em vista as particularidades regionais de cada estado e cidade.

No caso das mulheres por nós entrevistadas, pelo fato de residirem no município de Guaranésia-MG, sofrem os impactos da herança escravista, dos latifúndios e da predominância das atividades rurais e dispõem de poucas alternativas de inserção no mercado de trabalho, conforme pudemos visualizar em suas narrativas, tendo em vista que, no cenário contemporâneo, com os impactos da Revolução Tecnológica ocorrida na segunda metade do século XX, aumenta-se a exigência de mão de obra qualificada e, sendo assim, um grande contingente populacional passa a se tornar descartável, de acordo com essa lógica.

Em linhas gerais, é importante ressaltar que as características do município guaranesiense são muito próximas da maior parte das cidades mineiras marcadas pelo coronelismo⁸⁵, populismo e pelos conflitos da terra e, quando as correlacionamos com a sociedade brasileira, precisamos considerar que essa sempre: “[...] viveu o conflito da terra; conflitos deflagrados pelo paradoxo existente entre grandes e pequenos proprietários, pois a economia já se caracterizava pela forte presença do latifúndio, ou seja, das grandes propriedades rurais em detrimento das pequenas.” (SILVA, I. M. F., 2008, p. 66).

De um ponto de vista que analise a existência humana dentro de um viés de totalidade, torna-se necessário extrair da própria realidade social, o sentido do viver do homem. Conforme pudemos perceber nos apontamentos de nossas mulheres

⁸⁴ Iamamoto (2008, p. 125) destaca que a prevalência “[...] do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças.” Essa fala da autora em questão nos ajuda a entender a fala de “Maria 2”, quando diz que falta companheirismo em seu espaço de trabalho.

⁸⁵ Concordamos com Iamamoto (2008, p. 139) quando destaca que os coronéis no Brasil possuíam como base de sustentação do poder, tanto a propriedade da terra, como a riqueza, assim “[...] passavam a exercer funções públicas através de um sistema de reciprocidades e de troca de favores em relação aos seus dependentes, mediante recursos do Estado.”

entrevistadas, que trazem parte de suas rotinas no trabalho e fora dele, há momentos em que podemos visualizar que a alienação como um processo que se manifesta nas relações de trabalho de nossas protagonistas é também “[...] expressão de luta e resistência.” (ANTUNES, 1999, p. 132).

Assim, continuamos com a perspectiva materialista a qual leva em consideração que “[...] o que os indivíduos são dependem das condições materiais de sua produção.” (MARX; ENGELS, 1989, p. 28). Nesse assunto, fazemos jus à afirmação de Antunes (2005, p. 13) quando nos diz que o trabalho permanece como referência essencial, “[...] não só em sua dimensão econômica, mas também quando se concebe o trabalho em seu universo psicológico, cultural e simbólico.”

Em síntese, percebemos que, no contexto contemporâneo, embora estejam restringidas as oportunidades de emprego, o acesso ao trabalho continua sendo uma condição elementar de sobrevivência de grande parte da população a qual está separada de outros recursos de propriedade que não seja a venda de sua força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho intitulado “Vidas precarizadas: um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina” teve a intencionalidade de refletir sobre aspectos do cotidiano das mulheres residentes em Guaranésia-MG.

Através desta pesquisa, pudemos perceber por meio das aproximações teóricas embasadas nos diversos autores trabalhados no desenvolver dos capítulos, algumas discussões e desafios que permeiam as análises sobre: família, Serviço Social, trabalho, cotidiano, questões sociais e de gênero no contexto contemporâneo. Também destacamos notórias percepções obtidas por meio da pesquisa de campo, a qual ocupa um espaço significativo neste estudo.

Vale ressaltar que no primeiro capítulo priorizamos apresentar a escolha do universo da pesquisa, a metodologia utilizada nas trilhas investigativas e os critérios para seleção dos sujeitos do estudo (bem como os próprios sujeitos entrevistados). Para isso, sentimos a necessidade de demonstrar de uma maneira sucinta algumas características da cidade de Guaranésia, aspectos do CESSG, o nascimento do Grupo “Colcha de Retalhos” e os elos que estabelecemos com as mulheres desse grupo.

Pudemos perceber a complexidade da pesquisa qualitativa, pautada na dialética, uma vez que nos instiga ao dinamismo, à horizontalidade, à dimensão política e ética, às contradições e à consciência da infinitude do estudo. No término do referido capítulo, apresentamos as categorias de análise, as quais foram agrupadas e posteriormente divididas didaticamente para subsidiar a construção dos Capítulos 2 e 3. Sendo assim, “a tessitura da pesquisa” foi respaldada no concreto pensado (MARX, 1989), ou seja, o nosso objeto de estudo não se originou de algo abstrato, pois esteve sintonizado com o movimento do real.

Além disso, compartilhamos das premissas defendidas por Bourguignon (2006, p. 51), quando fala da necessidade de que o conhecimento produzido no universo acadêmico seja orientado por uma vinculação orgânica com a prática profissional dos pesquisadores, afinal “[...] esse conhecimento precisa estar sustentado em princípios éticos e políticos que defendam a democracia e a justiça social.”

No segundo capítulo, focamos nossa atenção no entendimento da vida cotidiana e no contexto familiar das mulheres entrevistadas. Possível nos foi

identificar que a vida cotidiana é a base da construção da história e, por mais que seja o espaço propício à alienação (HELLER, 1985), constitui-se como uma instância que possibilita aos indivíduos as condições para romper com a mesma.

No que tange à reflexão sobre famílias, pudemos observar que as mudanças estruturais e conjunturais presentes nos diversos contextos societários trazem impactos de vários matizes para a realidade familiar. Demonstramos as consequências da consolidação do capitalismo, da Revolução Industrial, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo para a vida das famílias, tanto no aspecto econômico marcado pelo aumento da pobreza e miséria, como do ponto de vista cultural e ideológico em que há o predomínio da visão idealizada da família burguesa nuclear formada por pais e filhos e que se faz presente até os nossos dias, como um modelo tradicional a ser seguido.

Procuramos entender que essa discussão é de grande valia para o âmbito do Serviço Social pelo fato de tal profissão lidar, em suas diversas áreas de intervenção, com o cotidiano de famílias que sofrem com o acirramento da questão social e, sendo assim, necessitam que seus direitos sejam garantidos e efetivados. Afinal, nos dias atuais, o assistente social é chamado a adotar uma postura teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, dentro de um viés competente, criativo e propositivo (IAMAMOTO, 2003). Assim, a prática profissional merece ser visualizada em um processo de reflexão acerca das ações profissionais, buscando desenvolver uma aproximação com a realidade na qual estão inseridos os usuários dos serviços, visando ao seu fortalecimento e reconhecimento desses como sujeitos políticos.

Dessa forma, fica registrado o nosso desejo de que, a cada dia, a categoria profissional dos assistentes sociais aproprie-se com mais intensidade do projeto ético-político-profissional em seus diversos espaços socioprofissionais, fazendo com que suas ações na realidade cotidiana tenham um alcance impulsionador de mudanças e transformações da e na sociedade. Além disso, que o respeito pelas particularidades e diversidades familiares seja constante.

Também vale mencionar algumas das expressões da questão social que se fizeram presentes de diferentes formas e faces na vida das mulheres que entrevistamos, diminuindo as possibilidades de acesso a um viver com dignidade, respeito e qualidade.

Pudemos analisar, em diferentes momentos dos relatos das mulheres entrevistadas, as materializações da questão social notadas na: desigualdade de gênero, dupla ou tripla jornada de trabalho, desemprego, subemprego, acidente de trabalho, trabalho infantil, ausência de políticas sociais efetivas, descumprimento dos direitos sociais, limitação (e ou ausência de atividades de lazer), problemas em relação à droga, à prostituição, falta de proteção social à pessoa com deficiência, violência contra a mulher, desvalorização no espaço produtivo, ausência de reconhecimento profissional, que se manifestaram no cotidiano das mesmas e necessitam ser analisadas de uma forma contextualizada.

Entendemos que a questão social em sua vertente estrutural é indissociável da sociabilidade capitalista e, nesse sentido, envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as diferenças socialmente produzidas. Suas expressões condensam diversas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero e classe, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente, formações regionais, que colocam em risco o acesso de um grande contingente populacional aos bens produzidos, limitando as possibilidades dos sujeitos terem seus direitos humanos garantidos.

Observamos que o cenário familiar das mulheres por nós entrevistadas denota nuances de fragilidades, limites, relações de gênero e de poder, que são, em alguns momentos, percebidas pelas mesmas e, por outros instantes, escapam-lhes ao entendimento.

Foi possível visualizar algumas estratégias de sobrevivência construídas pelas mulheres para enfrentarem os desafios diários, entre essas, citamos: o fortalecimento religioso, a busca de apoio com os familiares e amigos, a diminuição de gastos (tendo em vista a baixa renda), o conformismo diante do sofrimento, entre outras formas encontradas por tais mulheres dentro de suas relações cotidianas.

Nas entrevistas realizadas com as mulheres que participaram de nossa pesquisa, pudemos observar que são diferentes as compreensões e as expectativas em relação às suas realidades familiares, não obstante, foi possível deduzir que é na família que são construídas as possibilidades de sobrevivência e o fortalecimento dos laços de solidariedade e rede de apoio.

Outro elemento que nos despertou atenção nos relatos das mulheres diz respeito ao papel elementar da família em suas vidas. Assim, percebemos que a questão familiar constitui-se como um elemento central em seus respectivos

cotidianos, independentemente das configurações familiares, dos limites existentes e de todas as fragilidades. Não obstante, no que diz respeito à presença masculina nas famílias de nossas entrevistadas, pudemos verificar a sua invisibilidade, ou seja, em nenhum momento foi destacado a participação dos homens nos cuidados com os filhos, com a casa e a família de uma forma geral, constatando a desigualdade de gênero no cotidiano familiar.

Não poderíamos deixar de registrar ainda que as mulheres as quais participaram desta pesquisa trazem várias situações vividas em seus cotidianos, ilustrando aspectos ligados à subordinação, à exploração e às desigualdades de gênero que requerem enfrentamentos para além da imediatez e da fragmentação presentes na esfera da cotidianidade.

No decorrer das análises das narrativas de nossas protagonistas do estudo, pudemos observar que os papéis atribuídos às mulheres se encontram vinculados à ideia de procriadora e de cuidadora, de modo que os seus encargos e ocupações permaneçam voltados aos cuidados dos filhos, do marido e da casa. Também se esforçam para a construção de um contexto familiar agradável, afetivo e harmônico. Essa percepção nos mostra que não podemos esquecer que as desigualdades entre mulheres e homens persistem na atualidade, tanto na família como nas múltiplas esferas da vida social e esse processo está ligado às relações de dominação construídas ao longo dos tempos, entre os gêneros, que posicionaram as mulheres “[...] em uma situação desigual nas suas relações familiares e que as limitam nas suas atuações na esfera pública.” (PACHECO, 2005, p. 220).

Sobre esse assunto, observemos a explanação de Saffioti (2004, p. 71), quando destaca que a desigualdade de gênero é construída frequentemente no contexto social, não podendo ser entendida como algo natural:

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas do poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o que é com frequência.

Tal situação presente em nosso estudo retrata que os valores e papéis tradicionais de gênero encontram-se vigentes em nossa sociedade. Assim sendo, não temos a ilusão de considerar que as informações que apreendemos em nossa

pesquisa sejam visualizadas como algo inusitado, surpreendente e inovador, pois elas acompanham as tendências observadas no país.

No âmago dessa questão, consideramos que é dentro do *lócus* familiar que são lançadas as bases de internalização de normas e assimilação da ideologia na vida diária. Nesse prisma, mesmo tendo ciência de que a família não é a única instância responsável por tal interiorização, é inegável que esta ocupa um lugar de destaque em tal processo, sendo que a reprodução se dá na vida cotidiana. Bruschini (1990, p. 59), corrobora em seus estudos a importância do cotidiano como propiciador da reprodução social.

É no fazer de todos os dias que surgem e se modificam ou desaparecem idéias, atos e reações. A origem dos pressupostos, ideológicos se encontra na casa, nos hábitos das pessoas ou de um grupo. Para reproduzir a sociedade é preciso que os homens particulares se reproduzam primeiro como tal. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares criando, por sua vez, a possibilidade de reprodução social. [...]. Na vida cotidiana a ideologia é interiorizada, porque nela se vivem seus ensinamentos cada dia e cada momento.

No tocante a essas considerações, percebemos alguns aspectos de resistências, sonhos e aspirações por parte de nossas colaboradoras que almejam modificações em esferas de suas vidas. Mas, ao mesmo tempo, não conseguimos visualizar concretamente tais possibilidades de ruptura com o que está posto.

Outra questão que nos chamou a atenção é a ausência de organização política nas vivências cotidianas, uma vez que embora tenha aparecido em rápidos instantes, a indignação por parte dessas frente aos seus problemas familiares, em nenhum momento, foi retratada ou considerada por elas como necessidade de luta coletiva através de movimentos sociais.

Acreditamos que as atitudes individualizadas tendem a fragmentar-se, enquanto a visão coletiva pode favorecer avanços no que tange à posição da mulher tanto no espaço produtivo como no reprodutivo e em seus entornos. Afinal, é na vida cotidiana que são estabelecidas as relações sociais e que são tecidos, tanto os pequenos, como os grandes caminhos para a construção e (des)construção da realidade posta.

Nessa direção, não desconsideramos as lutas, as microrresistências e os enfrentamentos que são forjados na maior parte das vezes de forma individual por

nossas protagonistas da pesquisa. Todavia, ainda assim, sentimos falta de perceber a organização política que historicamente constitui-se como um dos caminhos para o encontro de interesses e ideais coletivos e superações de diversas situações opressoras.

Vale lembrar que a década de 1980, foi um momento em que havia uma maior expressão dos movimentos sociais que lutavam por interesses minoritários, como é o caso da questão de gênero que teve uma maior visibilidade com a presença dos movimentos feministas e de mulheres que reivindicaram melhorias em várias esferas: trabalhistas, sexuais, familiares, culturais, políticos, entre outras.

[...] mas a luta das mulheres por sua emancipação é também – e decisivamente – uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. Nesse domínio, a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital: será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e indiretamente o fim da opressão de gênero. Claro que o fim das formas de opressão de classe, se geradoras de uma forma societal autenticamente livre, autodeterminada e emancipada, possibilitará o aparecimento de condições histórico-sociais nunca anteriormente vistas, capazes de oferecer condicionantes sociais igualitários que permitam a verdadeira existência de subjetividades diferenciadas, livres e autônomas. Aqui as diferenças de gênero tornam-se completamente distintas e autênticas, capazes por isso de possibilitar relações entre homens e mulheres verdadeiramente desprovidas das formas de opressão existentes nas mais distintas formas de sociedade de classes. (ANTUNES, 1999, p. 111).

Pensamos, então, que a luta pela emancipação feminina extrapola a questão de gênero e se constitui como um desafio posto à espécie humana para além da sociedade de classes opressora e desigual. Então, quando reconhecemos a necessidade dos direitos serem iguais, não desconsideramos as diversidades existentes entre o homem e a mulher e, sendo assim, ambos devem ser respeitados igualmente (considerando as diferenças e as peculiaridades de cada um), pois são essas que enriquecem a convivência humana.

Em síntese, acreditamos que a luta pela emancipação de gênero constitui-se como uma conquista dentro da utopia da emancipação do *gênero humano* e, nesse contexto, todos os seres humanos, profissionais, pesquisadores, estudantes, militantes, entre outros segmentos precisam estar sintonizados com essa diretriz.

Neste momento final de nosso estudo, cabe uma pequena reflexão sobre a emancipação do ser humano, pois acreditamos que, para além das condições de

vida limitantes e precárias de nossas protagonistas do estudo, pulsa um desejo de enveredar por perspectivas diferentes das existentes, conforme pudemos perceber em alguns momentos das narrativas das mulheres.

Respalhada nessa perspectiva, compartilhamos da definição de Marx que contribui com nossas análises ao demonstrar em sua obra, “A questão Judaica”⁸⁶, as diferenças entre a emancipação política⁸⁷ e humana. No sentido destacado, a emancipação humana está baseada em um novo ideal de liberdade que visa à superação da sociabilidade que se encontra regida pela lógica da propriedade privada, indo além da própria emancipação política, a qual está condicionada aos ditames do Estado.

Vejamos a explanação do referido autor sobre esse assunto:

Somente quando o homem individual real se recupera em si o cidadão abstrato e se converte como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propres’⁸⁸ como forças sociais e quando, portanto, já não se separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, 2005, p. 42).

Portanto, no sentido destacado, a emancipação humana se dá pela superação da propriedade e pela constituição do ser humano genérico, por meio do desenvolvimento do trabalho emancipado.

Ao tocarmos na questão do trabalho e centrando nossa atenção ao terceiro capítulo em que discutimos os limites da proteção social e os reflexos do precário nas relações trabalhistas e nas vivências familiares, observamos que houve avanços dentro de um ponto de vista legal, no que tange à construção da Seguridade Social no Brasil.

Nesse sentido observamos que a precariedade se faz presente de uma forma intensa em vários momentos das narrativas das mulheres que colaboraram com este estudo. Tal dado corrobora que, embora existam programas de proteção social às famílias em vulnerabilidade social, esses são insuficientes e distantes de assegurar a manutenção das necessidades básicas das famílias, sendo que nos municípios de pequeno porte, como é o caso de Guaranésia, os recursos não

⁸⁶ Na obra em destaque, Karl Marx (2005) faz uma interessante diferenciação entre a emancipação política e humana. Para um maior aprofundamento consultar o livro em questão.

⁸⁷ Para Marx (2005, p. 23), a emancipação política representa um importante progresso, embora “não seja a última etapa da emancipação humana em geral.”

⁸⁸ Próprias forças.

menores, contribuindo para diminuir as possibilidades de qualidade de vida das famílias vulneráveis e intensificam, por conseguinte, a questão social.

O Programa Bolsa-Família apareceu em vários depoimentos como um mecanismo de apoio às mulheres e suas famílias, entretanto, esse recurso é limitado, não suprimindo, pois, todas as carências e necessidade básicas existentes no *lôcus* familiar. Também vale dizer que observamos a fragilidade da Seguridade Social no cotidiano das mulheres e de suas famílias, assim percebemos que não existem interfaces entre as políticas sociais de saúde, previdência e assistência social.

A questão do trabalho também mereceu uma atenção especial em nossa pesquisa, pois observamos que tal categoria continua ocupando um espaço de centralidade na vida humana. Percebemos, em diversos momentos dos relatos das mulheres, as faces da precarização que foram manifestadas em trabalhos sazonais, temporários, informais, sem garantias trabalhistas e ausência de segurança no trabalho, jornadas extensas, ausência de pagamento de horas-extras, insalubridade, enfim, o estranhamento se fez presente limitando as possibilidades de as mesmas atingirem suas capacidades criativas.

Em suma, ao chegar ao final desta pesquisa, notamos que as indagações iniciais que nos motivaram a buscar as respostas para o estudo em questão serviram como uma bússola indicativa para realizarmos a travessia. Todavia, como pesquisadoras, compreendemos o quão complexo é o processo de fazer pesquisa, sendo impossível darmos por encerrado este estudo.

Assim, de uma forma singela, acreditamos que a mesma, constitui-se como um primeiro passo na direção do descortinamento de alguns fenômenos concernentes ao cotidiano das famílias de Guaranésia-MG sob o olhar feminino (de nós, enquanto mulheres e pesquisadoras) e das mulheres com as quais tivemos a oportunidade de estreitar os elos por meio da pesquisa e enriquecer nossa formação profissional. Afinal, concordamos que precisamos melhor aprofundar os estudos ligados à discussão de gênero e à história das mulheres, afinal:

Não se trata de defender a tese de que os estudos sobre mulher devam ceder espaço, inteiramente, ao estudo de gênero. Há ainda muita necessidade dos primeiros, na medida em que a atuação das mulheres sempre foi pouquíssimo registrada e que por via de consequência, a maior parte de sua história está por ser estudada. (SAFIOTTI, 2004, p. 103).

Inspirada nas vidas construídas, “remendadas” e costuradas no universo marcado pela precariedade, compusemos o poema para finalizar o nosso estudo:

Vivendo na Ponta da Agulha

Vidas tecidas entre a dor e as utopias
Doce lamento
Expectativas frustradas

O amanhecer se inicia
Elas lavam, passam...
Trocaram seus filhos
Cozinham... trabalham...
(Re) criam seus dias.

Ensaboa Teresa... ensaboa Maria...
Torcem... esfregam...
No suor de seus rostos ainda pulsa
A singela melodia

Os sonhos roubados
As cantigas recitadas
Os retalhos cortados
Se transformam em lembranças

Sim, são lembranças
dos melhores momentos vividos:
o casamento, o primeiro beijo,
o rosto do bebê...
a luta pela casa própria,
a pequena poupança.

Agora tudo se mistura
O passado... Quantas quimeras!
O presente... A desilusão latente!
E o futuro?
Devassidão, resistência, apatia e imaginação apenas.

São vidas espetadas, costuradas, remendadas...
Como ecos, elas se misturam.
Simplesmente, ecos então...

Meire de Souza Neves, primavera de 2009.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ÁLVARES, L. C. **Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2003.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDRADE, C. D. **Nosso tempo: poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Riqueza e miséria do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- AVALIAÇÃO da extensão universitária. **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 2, p. 69-83, nov. 2000.

ÁVILA, F. G. **Por uma nova sociabilidade:** Agnes Heller e a condição do sujeito na contemporaneidade. 2010. Monografia (Curso de Especialização em Filosofia) – Instituto de Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e historia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BLANES, D. Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de políticas sócio-assistenciais. In: ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F. (Org.). **Famílias:** redes, laços e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURGUIGNON, J. A. Processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 41-52, 2006.

BRAGA, L; CABRAL, M. S. R. **O Serviço Social na previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, C. R. **Educação popular.** 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **O que é educação.** 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2009/2010.

_____. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 2009/2010.

_____. Lei n. 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 2009/2010.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 2009/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**: 2004. Brasília, DF, 2005.

_____. Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 2009/2010.

_____. Decreto 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, DF, 28 set. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 2009/2010.

_____. Decreto Legislativo n. 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 2008a. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/99423/8/Decreto186_2008_aprova_Convencao_direito_pessoas_deficiencia.pdf>. Acesso em: 2009/2010.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa-Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br-bolsafamilia>>. Acesso em: 10 ago.2009.

BRUSCHINI, C. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

_____. **Trabalho doméstico**: um trabalho invisível. São Paulo: Fundação Seade, 1998.

CALDERON, A. I; GUIMARAES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p. 21-34, dez. 1994.

CARDOSO, F.G. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, L. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 57, p. 74-98, jul. 1998.

CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: PAULO NETTO, J.; CARVALHO, M. C. B. F. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CASSAB, L. A. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 55-63, 2007.

CESG. **Projeto Político Pedagógico do Centro Educativo e Social de Guaranésia**. Guaranésia, 2007.

CFESS. **Lei n. 8.662 de 1993**: código de ética profissional do assistente social de 1993. 4. ed. Brasília, DF: Câmara Brasileira do Livro, 1997.

CHESNAIS, F. A **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHINALLI, I. G. **De volta ao lar?** trabalho feminino e globalização. 1997. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

CLUBE do Imperador. Direção de Michael Hoffman. Produção: Marc Abraham e Andy Karsch. Los Angeles: Universal, 2002. 1 DVD. (108 min.).

COLCHA de Retalhos. Direção de Jocelyn Moorhouse. Los Angeles: Universal, 1995. 1 DVD (116 min.).

CORREA, M. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, M. S. K. et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUNHA, E. L. Trabalho feminino e instituição familiar: o papel dos indivíduos na esfera doméstica. In: PAULA, B. X. (Org.). **Relações de trabalho e processos de exclusão na sociedade contemporânea**: raça, gênero e geração. Franca: Ribeirão Gráfica, 2007.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Petrópolis: Vozes : M.N.D.H., 1997.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: _____. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ENGELS, F. Teoria da violência. In: PAULO NETTO, J. (Org). **Política.** Rio de Janeiro: Ática, 1996.

_____. **A origem da família, da propriedade e do Estado.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala.** 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 1981.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GOMES, F. Trabalhando com análise de conteúdo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GUEIROS, D. A. A família e proteção social: questões atuais de limites da solidariedade familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 102-121, set. 2002.

GUERRA, Y. O. Projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, esp., p. 5-31, 2006.

GUIMARÃES, G. T. D. **Historiografia da cotidianidade: nos labirintos do discurso.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GUIRALDELLI, R. **Ser negra na precariedade das relações de trabalho**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

_____. **Mulheres que tecem a vida: trabalho e gênero em tempos precarizados**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JOSÉ FILHO, M. **A Família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1998.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1998.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

LAURELL, A. C. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e dialética**. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIBERATI, W. D; DIAS, F. M. D. **Trabalho infantil**. São Paulo: Malheiros, 2006.

LOWY, M; NAIR, S. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classes**: estudos de dialética marxista. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1984.

MARCONDES FILHO, C. **O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização da discussão sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 14, n. 43, p.136-141, dez. 1993.

_____. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2006.

_____. **Serviço Social**: identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo, Veras Editora, 1999. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade. Núcleos de Pesquisa 1.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1980. L. 1.

_____. **A questão judaica**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____.; ENGELS, F; LENIN, V. **Sobre a mulher**. Tradução de Armandina Venâncio. São Paulo: Global, 1980.

MATOS, M.; SIMÕES, S. Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. In: SOUZA, M. F. (Org.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2010.

MAUAD, A. M. Fotografia e história: possibilidade de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, N. (Org.). **Leitura de imagens na pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MEDEIROS, M. B. M. **Interdição civil**: proteção ou exclusão? São Paulo: Cortez, 2007.

MENDES, J. M. R. **O verso e o averso de uma história**: o acidente e a morte no trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi et al. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: atlas do desenvolvimento humano, 2002.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p.114-129, nov. 1997.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____.; LIMA, T. C. S. de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37- 45, 2007.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAIS, R. **Violência e educação**. Campinas: Papirus, 1995.

NASCIMENTO, A. F; REIS, C. N. Os Programas de Transferência condicionada de Renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 2, n. 13, p.183-193, jan./jun. 2009.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2004.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: Ed. UnB : CEAD, 2000.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: ABEPSS, 2009. v. 1.

_____.; CARVALHO, M. C. B. F. Para a crítica da vida cotidiana. In: _____.; _____. (Org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, J.; CARVALHO, M. C. B. F. (Org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEDRO, J. M. Mulheres do sul. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PETERSEN, Áurea. Homens e mulheres: enfim, as desigualdades estão acabando? In: STREY, M. **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

POCHMANN, M. et al (Org.). **Atlas da exclusão Social: agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. v. 5.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, R. M. et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1998.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMANO, A. P. H. **Entre a socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos ns CRAS em São José do Rio Preto-SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009.

SAFFIOT, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C; COSTA, A. O. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. (Fundação Carlos Chagas).

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMARA, E. N. **A família brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, J. R. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHONS, S. M. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”**. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, I. M. F. **Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistoricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA, J. F. S. **Os justiceiros e a violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, L. M. R. **Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia**. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, M. O. S. (Coord.) **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, S. P; QUIMELLI, G. A. S. A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 279-296, 2006.

SIMÕES, C. **Curso de direito do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, A. C. N. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

SOIHET, R. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, P. **Serviço social e educação: o papel socioeducacional do CESC - Centro Educativo e Social de Guaranésia**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé, Guaxupé, 2008.

SPOSATI, A. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

STREY, M. N. (Org.). **Mulher, estudos de gênero**. 2. ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

STREY, M. N. Gênero, família e sociedade. In: STREY, M. N.; SILVA NETO, J. A.; HORTA, R. L. **Família e gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 22, n. 71, p. 9-25, set. 2002.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

TORRES, I. C. **As primeiras damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão em família. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 74-83, nov. 1997.

YASBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

I) Dados de Identificação do sujeito

Nome fictício

Idade

Profissão

Trabalho Atual

Configuração familiar

Renda Familiar

Provedor(es) econômico(s)

Acesso a programas e projetos sociais e políticas públicas

II) Questão do trabalho

Jornada de Trabalho

Condições de trabalho

Sentimento relativo ao próprio trabalho(críticas e expectativa)

III) Cotidiano

Descrição dos dias da semana

Dias Iguais

Dias Diferentes

IV) Família

Definição de família (real-ideal)

Importância da família

Lugar da mulher na família

Papel do homem na família

Valores da família de origem e da família atual

V) Rede de Apoio (refere -se ao acesso as políticas publicas)

Doente

Conversas- apoio

Dinheiro

Cuidados

Conflitos

Serviços de saúde, assistência social , previdência social, habitação , educação, segurança, lazer, etc.

Vizinhança

Familiares

Suporte financeiro

APÊNDICE B – POEMA “CICATRIZES”

As marcas da violência
Ainda pulsam em mim
Como uma canção interrompida
Germinando sem fim

Olhando para o espelho
Vejo-me madura
Rugas se fazem presentes,
Pele ressecada
Olhar compreensivo

Será que esquecerei~
Foram golpes doídos
Invadiram-me além do físico..

Por que será que confiei;
Um dia fui criança, mas cadê a infância.
Interrompida pela violência
De meu pai

Agora sou mulher
Entreguei meu amor
Iludida fiquei
Pensei que ia ser diferente
Não foi.!
Meu marido...
que doce ilusão...
Já cedo conheci o peso de sua mão

Aqui estou,
Envelhecida pelo passar dos anos
Ainda ouço aquela canção

Lágrimas rolam

Dormi e o sol apareceu
Junto com ele surge a esperança
Ela tenta me acalmar quando,
os soluços se fazem latentes

Cicatrizes, quero apagá-las,
Mas é inútil,
Suas marcas ficaram cravadas
No meu coração,
Na minha alma

Um curativo talvez ajude...

Levantei, plantei margaridas, coei café e agüei as plantas...
Talvez porque seja primavera,
As flores voltaram a desabrochar e
A dor passou, e elas : as cicatrizes ,secaram então.

Meire de Souza Neves, dezembro de 2009.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: O cotidiano das famílias de Guaranésia-MG sob a ótica das Mulheres. O projeto de pesquisa será conduzido por Meire de Souza Neves, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof.(a). Dr(a) Ana Cristina Nassif pertencente ao quadro *docente* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação - Mestrado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A presente pesquisa objetivará conhecer aspectos do cotidiano das famílias de Guaranésia-MG pelo olhar das mulheres do Grupo “Colcha de Retalhos”. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de 2009. .

Assinatura do participante.

Pesquisador responsável

Meire de Souza Neves

Endereço: R: Ruth, 126

Tel: (35) 3558-7717

e-mail: meireoracular@ig.com.br

Orientador

Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares

Endereço: Av. Eufrásia Monteiro, 900

Tel: (16) 9967-3456

e-mail: anassif@netsite.com.br